

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Andresa Caravage de Andrade

**PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

São Carlos, SP

2019

Andresa Caravage de Andrade

**PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA: PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Doutoranda: Andresa Caravage de Andrade
Orientadora: Fátima Corrêa Oliver

Tese de Doutorado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Terapia Ocupacional, no Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Terapia Ocupacional (PPGTO) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidades

São Carlos, SP

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Andresa Caravage de Andrade, realizada em 27/02/2019:

diogo 27/08/2019

Profa. Dra. Fátima Correa Oliver
UFSCar

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes
UFSCar

Prof. Dr. Marco Antônio Bettine de Almeida
USP

Profa. Dra. Maria Luiza Tanure Alves
UNICAMP

Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral
UNICAMP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Fátima Correa Oliver

*Para aqueles que amam, lutam e
resistem...*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Ao Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional e aos respectivos docentes pelos ensinamentos.

À orientadora Fátima Corrêa Oliver pela parceria e amizade que se estende desde o mestrado. Pela orientação, paciência e pelas palavras de incentivo quando tudo parece estar perdido. Muito obrigada por acreditar no meu trabalho e por aceitar o desafio de pesquisar sobre esporte e atividade física.

Aos membros da banca: Maria Luiza Tanure Alves, Marco Antônio Bettine de Almeida, Roseli Esquerdo Lopes e Silvia Cristina Franco Amaral por aceitarem compor a banca.

Aos entrevistados que disponibilizaram um pouco do seu tempo para compartilhar as suas trajetórias e experiências na gestão do esporte e no direito das pessoas com deficiência.

À minha avó Almira, por ser essa mulher inspiradora e apaixonada pela vida, que não teve estudos, porém, nunca lhe faltou a sabedoria sobre a vida.

Aos meus pais Adeodato e Sandra e aos meus irmãos Vanessa e Rodrigo pela luta diária e pelo amor que nos une.

Ao meu companheiro Luiz Paulo, por esses 10 anos de amor, carinho, compreensão e apoio. Pela escuta, pelo cuidado diário e por ser a pessoa incrível que é.

Aos amigos do mestrado e doutorado pela caminhada até aqui.

Aos amigos da vida pelo carinho, cuidado, afetos e apoio emocional.

Àqueles que amam, lutam e resistem. Que fazem do seu trabalho a ferramenta de transformação na esperança de um amanhã melhor!

A todos os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de compreender as possibilidades de participação de pessoas com deficiências em programas físico-esportivos desenvolvidos no estado de São Paulo. Para isso foram selecionados os municípios contemplados pelo Governo Federal em 2013 para receber os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs). Foi realizada pesquisa documental da carta proposta dos 56 municípios contemplados com o CIE no estado, consulta e análise em documentos legislativos e em dados públicos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no levantamento do perfil esportivo dos estados e municípios brasileiros, a fim de se compreender a organização da gestão esportiva no Brasil. Complementarmente, foram analisados o perfil dos paratletas que participaram das Paralimpíadas Escolares e do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018. Observou-se que ações, projetos e programas para pessoas com deficiência estão presentes em todas as manifestações esportivas, que os conselhos de esporte e de direitos das pessoas com deficiência são pouco frequentes e atuantes – não sendo capazes de influenciar nas políticas do setor, e que há participação predominante de homens com deficiência física em competições paradesportivas. Na pesquisa de campo foram entrevistados os gestores da Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Secretaria Estadual de Esporte e do Comitê Paralímpico Brasileiro. Foram escolhidos os municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí para a realização de entrevistas com gestores locais. Os municípios possuem formas distintas de gestão na área do esporte: por meio de repasse de recursos às associações, de parceria com a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência ou por atuação da própria Secretaria Municipal de Esporte. Os gestores destacaram a redução de recursos para o esporte pós-eventos, a burocracia do sistema público, a falta de estruturas esportivas adequadas, o modelo esportivo brasileiro centrado nos clubes, o esporte como uma das formas de inserção social, a importância da articulação e das parcerias estabelecidas, principalmente, com as universidades, como também a formação profissional e a troca de experiências entre municípios vizinhos. Conclui-se que apesar dos marcos normativos legais de participação das pessoas com deficiência em práticas físico-esportivas não há uma política que direcione as ações. Estas surgem de acordo com o contexto histórico, político e social de determinado município.

Palavras-chave: Programas físico-esportivos. Pessoas com deficiência. Políticas públicas. Direitos. Participação social.

ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss about the possibilities of participation for people with disabilities in physical-sports programs developed in the state of São Paulo. For this intent, were selected the cities chosen by the Brazilian Federal Government in 2013 to receive the Sports Initiation Centers (CIEs). Initially, was carried out a documentary research in the proposed letters of the 56 cities with the CIE in state of São Paulo, consultation and analysis in legislative documents and public data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the survey of sport profile of the Brazilian states and municipalities, in order to understand the organization of sports management in Brazil. In addition, the para-athlete's profiles who participated in the School Paralympics Games and the São Paulo Regional Games in 2016, 2017 and 2018 were also analyzed. It was observed that actions, projects and programs for people with disabilities are present in all sporting dimensions, that sports and rights councils for people with disabilities are infrequent and very few active – and they are unable to influence the sport policies of the sector, and the fact that there is predominant participation of physically disabled men in Paralympics sporting competitions. In the field research were interviewed the managers of the State Secretariat of the Rights of Persons with Disabilities, the Sport State Secretariat and the Brazilian Paralympic Committee. The municipalities of Barueri, Campinas and Jundiaí were chosen for local managers interviews and for a brief observation of the identified programs. The selected cities have different management ways in the sport area: through the resources transfer to associations, partnership with the Municipal Secretariat of the Rights of Persons with Disabilities or by the Sport Municipal Secretariat itself. The managers highlighted the post-event resource's reduction for sports, the public system bureaucracy, the lack of adequate sports structures, the Brazilian clubs-centered sports model, sport as way to social insertion, the value of articulation and partnerships mainly with universities, as well the professional qualification and the experiences exchange between neighboring municipalities. Given the limitations and possibilities of sports management, from the managers and local experiences, it's hoped that data can be extrapolated to understand similar realities.

Key words: Physical-sports programs. People with disabilities. Public policy. Rights. Social participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organização da Rede Nacional de Treinamento.....	60
Figura 2. Distribuição da Rede de Treinamento no Brasil.....	61
Figura 3 . Cartograma pessoas com deficiência por regiões do Brasil.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Municípios e número de atividades ofertadas às pessoas com deficiência.	68
Gráfico 2. Modalidades esportivas para pessoas com deficiência nos municípios estudados....	69
Gráfico 3. Conselhos municipais de esporte e da pessoa com deficiência por regiões do Brasil.	75
Gráfico 4. Percentual de municípios que realizaram ação, projeto ou programa por manifestação esportiva, nos 24 meses anteriores à pesquisa - 2003/2016.	76
Gráfico 5. Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, rendimento, lazer e inclusão social executados pela prefeitura nos últimos 24 meses anteriores à pesquisa.	78
Gráfico 6. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte escolar realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.	79
Gráfico 7. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte rendimento realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.	79
Gráfico 8. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte lazer realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.	80
Gráfico 9. Número e percentual de ações, projetos e programas de esporte visando a inclusão social realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.	81
Gráfico 10. Percentual de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência por região do Brasil e manifestação esportiva.	83
Gráfico 11. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte escolar realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.	85
Gráfico 12. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte rendimento realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.	86
Gráfico 13. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte lazer realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.	87
Gráfico 14. Número e percentual de ações, projetos e programas de esporte visando a inclusão social realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.	88
Gráfico 15 - Participantes das Paralimpíadas Escolares nos anos de 2016, 2017 e 2018 conforme sexo.	132
Gráfico 16 - Participantes das Paralimpíadas Escolares conforme sexo e deficiência nos anos de 2016, 2017 e 2018.	133
Gráfico 17. Participantes das Paralimpíadas Escolares por deficiência e região.	134
Gráfico 18. Participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017e 2018 conforme sexo.	136

Gráfico 19. Participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018, por deficiência conforme sexo 137

Gráfico 20. Paratletas participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme faixa etária..... 137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Organização da estrutura administrativa de gestão do esporte	71
Tabela 2. Mecanismos que compõem a estrutura de gestão esportiva nos municípios	72
Tabela 3. Perfil dos gestores esportivos	72
Tabela 4. Organização dos Conselhos Municipais de Esporte	73
Tabela 5. Municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, rendimento, lazer e inclusão social, realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa-.....	77
Tabela 6. Número total de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência por região do Brasil e manifestação esportiva.	83
Tabela 7. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte por manifestação esportiva.	84
Tabela 8. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte escolar.	85
Tabela 9. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte rendimento.	86
Tabela 10. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte lazer.	87
Tabela 11. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte como inclusão social.	88
Tabela 12. Participantes das três últimas edições das Paralimpíadas Escolares por deficiência e estado.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dimensões do esporte, princípios e a atuação das políticas públicas.	35
Quadro 2. Cartas Internacionais da Educação Física e Esporte - UNESCO 1978 e 2015	50
Quadro 3. Documentos relacionados ao esporte e aos direitos das pessoas com deficiência, no período entre 2005 e 2015.....	53
Quadro 4. Eixos de discussão para as Conferências Nacionais de Esporte e para as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.....	55
Quadro 5. Municípios selecionados, população residente, população com deficiência, IDHM, modelos dos CIE e região esportiva.	62
Quadro 6. Regiões esportivas e Diretorias Regionais de Esporte e Lazer no Estado de São Paulo.....	64
Quadro 7. Caracterização dos gestores das secretarias estaduais.	91
Quadro 8. Caracterização do gestor do Comitê Paralímpico Brasileiro	92
Quadro 9. Caracterização dos gestores municipais de esporte.	108
Quadro 10. Caracterização dos gestores de secretarias ou órgãos parceiros do esporte no município.....	112
Quadro 11. Distribuição dos paratletas do Regional São Paulo de acordo com a região esportiva no estado de São Paulo.....	138
Quadro 12. Cidades com maior número de paratletas no Regional São Paulo (2016, 2017 e 2018) e região esportiva.	139

LISTA DE SIGLAS

ADEACAMP	Associação de Esportes Adaptados de Campinas
AFEs	Atividades Físicas e Esportivas
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
AJEP	Associação Jundiaiense de Esportes Paralímpicos
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APC	Associação Paraolímpica de Campinas
CBRu	Confederação Brasileira de Rugby
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CEAR	Centro Esportivo de Alto Rendimento
CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
CEFAN	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
CIEs	Centros de Iniciação ao Esporte
CND	Conselho Nacional de Desporto
CNE	Conferência Nacional de Esporte
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conselam	Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras
COT	Centro Olímpico de Treinamento
COB	Comitê Olímpico do Brasil
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CTE	Centro de Treinamento Esportivo
DREL	Diretorias Regionais de Esporte e Lazer
Estadic	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais

EUA	Estados Unidos da América
FAAP	Fundação Armando Alvares Penteado
FEF	Faculdade de Educação Física
FEFISA	Faculdades Integradas de Santo André
FIEC	Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas
FIEP	Fédération Internationale D'Education Physique
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FUNDESP	Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo
GADECAMP	Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
JEESP	Jogos Escolares do Estado de São Paulo
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MBA	Master in Business Administration
Munic	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NID	Núcleo de Integração de Deficientes
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORCAMPI	Organização Funilense de Atletismo
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCD	Pessoa com Deficiência
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PEAMA	Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas
PELC	Programa Esporte e Lazer na Cidade
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPGTO	Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional
PROUNI	Programa Universidade para todos
PST	Programas Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RNT	Rede Nacional de Treinamento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
SELJ	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
SMEL	Secretarias Municipais de Esporte e Lazer
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCON	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
I – INTRODUÇÃO	20
II - HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	25
Histórico das políticas públicas de esporte no Brasil.....	25
Histórico das políticas públicas em torno dos direitos das pessoas com deficiência	37
III - MATERIAIS E MÉTODOS	43
1. Ética na Pesquisa	43
2. Local e Participantes.....	43
3. Procedimentos Metodológicos	44
3.1 Pesquisa Documental	44
3.2 Entrevista Semiestruturada	45
IV- MARCOS NORMATIVOS DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PRÁTICAS FÍSICO-ESPORTIVOS E DE LAZER.....	48
V - ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL: A REDE NACIONAL DE TREINAMENTO E OS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE	59
Perfil dos municípios contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIE). 62	
Análise das cartas-propostas para os CIEs	65
VI - GESTÃO ESPORTIVA NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NOS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM OS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE (CIEs).....	69
Estrutura administrativa do esporte, perfil dos gestores e mecanismos de participação popular	70
Ações, projetos e programas nas manifestações do esporte: escolar, rendimento, lazer e no esporte como inclusão social no Brasil	76
Ações, projetos e programas nas manifestações do esporte: escolar, rendimento, lazer e no esporte como inclusão social no estado de São Paulo	84
VII – ATORES, POLÍTICAS E PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	90
Atores das políticas de esporte para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo e a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro.....	90

Experiências locais: atores das políticas de esporte para as pessoas com deficiência nos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí.....	108
VII – PERFIL DOS PARATLETAS.....	131
IX – AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIENCIA: O RETRATO ATUAL.....	140
X – CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	149
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	157
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	159

APRESENTAÇÃO

A pesquisa de doutorado que resultou nesta tese é o reflexo dos meus anseios, inquietações e expectativas. Falar sobre ela é falar sobre mim, sobre a minha trajetória até aqui. Afinal, não se dedica tanto tempo e tanto esforço em algo que não se acredite ou minimamente haja uma identificação. Tudo começou em 2007 quando ingressei no curso de Ciências da Atividade Física pela Universidade de São Paulo (USP). Na universidade tive algumas disciplinas e experiências em estágios que me aproximaram da prática físico-esportiva para as pessoas com deficiência. Em 2009, o Brasil é anunciado como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, fato que me despertou o interesse em compreender como este cenário poderia contribuir para o maior acesso das pessoas com deficiência à prática físico-esportiva, tema do meu trabalho de conclusão de curso. Depois de graduada me mudei para São Carlos, trabalhei em academias e cursei algumas disciplinas como aluna especial no Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional. Vi este espaço como possibilidade para continuar desenvolvendo essa temática de pesquisa. Em 2013, ingressei como aluna bolsista, rapidamente fui acolhida pelos professores e demais alunos com o desafio de me aproximar do campo de conhecimento da Terapia Ocupacional e de associar minhas expectativas com relação à pesquisa nessa proposta de pós-graduação. Analisei a organização dos programas físico-esportivos para pessoas com deficiência da cidade de São Carlos e concluí o mestrado em 2015. Retornei ao mercado de trabalho atuando com ginástica laboral e após alguns meses ingressei no doutorado em Terapia Ocupacional, conciliando as duas funções. Meses depois me vi desempregada e aproveitei o momento para cursar mais disciplinas e, especialmente, me aproximar da temática de políticas públicas, tema transversal na minha pesquisa com o qual tinha pouca familiaridade. Me candidatei como voluntária nos Jogos Olímpico e Paralímpico. Estar desempregada me dava a possibilidade de participar desses eventos, no entanto, havia poucas condições financeiras de me manter nesse período. Optei, então, pela Paralimpíada devido a meu interesse pelo tema desde a graduação. Fui selecionada para atuar na vila dos paratletas e consegui alojamento durante todo o período. Dessa forma, tive a melhor experiência da minha vida! Com os contatos estabelecidos durante o período que fui voluntária, consegui trabalho como staff em eventos paradesportivos realizados no recém-inaugurado Centro de Treinamento Paraolímpico, o que me ajudou financeiramente e me aproximou do meu objeto de estudo. Algum tempo depois

consegui uma bolsa de pesquisa que, após 10 meses, tive que abrir mão para ingressar no meu atual emprego como coordenadora do setor esportivo em uma instituição privada. A decisão não foi fácil, no entanto, era financeiramente mais viável, especialmente no momento de instabilidade política que enfrentávamos no Brasil. No entanto, essa situação acabou por consumir muito mais energia. A realização da pesquisa de campo, que já era difícil devido a burocratização do setor público, se tornou muito mais complexa com uma carga horária de trabalho intensa. O escopo da pesquisa acabou tendo que ser redesenhado e, ao mesmo tempo, tive acesso a bases de dados importantes sobre a gestão do esporte no Brasil. Nesse período foi possível realizar, após diferentes, múltiplos e insistentes contatos, algumas entrevistas com gestores – o que tornou possível novo fôlego para retomar e desenvolver a tese. Ao entrevistá-los, passei a me identificar com questões cotidianas da gestão que também tenho vivenciado na minha atuação profissional. Essa trajetória me possibilitou outro olhar sobre as questões que inicialmente me inquietavam como: quais são as ações desenvolvidas no estado de São Paulo que promovem a participação das pessoas com deficiência em práticas físico-esportivas? Como essas ações são estruturadas? Como o contexto dos megaeventos esportivos pode ou não ter contribuído para uma possível maior participação das pessoas com deficiências em práticas físico-esportivas?

Desde o início sabia da complexidade da temática de pesquisa devido ao fato de haver poucos estudos na área e da dificuldade em realizar a pesquisa de campo com diferentes gestores responsáveis pelo desenvolvimento de ações relacionadas às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiências na gestão estadual e de alguns municípios. Apesar disso, a construção do processo de pesquisa trouxe elementos para maior conhecimento sobre o tema e, com certeza, não esgota a discussão necessária.

A tese está dividida em dez capítulos. No Capítulo 1 há uma breve introdução sobre os estudos na área de políticas públicas de esporte. No Capítulo 2 é desenvolvido um breve histórico das políticas públicas de esporte e dos direitos das pessoas com deficiência. No Capítulo 3 é apresentado o percurso metodológico. No Capítulo 4 são apresentados os marcos normativos para a participação das pessoas com deficiência em práticas físico-esportivas. No Capítulo 5 é abordada a organização do esporte no Brasil. No Capítulo 6 são apresentados dados sobre a gestão esportiva no país e, em especial, no estado de São Paulo. No Capítulo 7 são discutidos os atores, as políticas e os programas físico-esportivos para as pessoas com deficiência. No Capítulo 8, o perfil dos

paratletas é apresentado. No Capítulo 9, buscou-se discutir com base no referencial teórico a complexidade da constituição das políticas de esporte para as pessoas com deficiências. Por fim, no Capítulo 10 são trazidas algumas considerações sobre o desenvolvimento da pesquisa, suas lacunas e as novas possibilidades de estudos.

A tese foi desenvolvida com muito esforço e amor para superar as dificuldades que o cotidiano nos impõe. Poder trazer à discussão algo tão necessário às pessoas com deficiência, que possuem tão poucos espaços de participação social, me faz sentir muito realizada.

I – INTRODUÇÃO

Os estudos nos subcampos científico e acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são recentes, datam dos anos 1980, período de abertura democrática no país (STAREPRAVO, 2011). O primeiro estudo no Brasil sobre as políticas de esporte foi de Lino Castelani Filho em 1985, que entre 2003 e 2006, atuou no recém-criado Ministério do Esporte como Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Outros pesquisadores que iniciaram o debate sobre as políticas públicas de esporte no Brasil são Eduardo Dias Manhães (1986) e Meily Assbú Linhales (1996).

A realização de megaeventos esportivos no Brasil tem proporcionado maior interesse de pesquisadores em estudar as políticas públicas de esporte. De fato, estudos recentes têm demonstrado o aumento da produção de conhecimento em políticas públicas de esporte. Amaral e Pereira (2009) ao analisarem 159 artigos de 3 periódicos da área e os publicados no Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte entre 1997 e 2007 constataram que a maioria destes não possuía clareza metodológica, se ancorava na dimensão conceitual e na implementação da política, sendo pouco abordadas a questão normativa e a arena política. Castro e colaboradores (2012) analisaram 41 trabalhos divulgados entre 2000 e 2009, sendo 9 artigos, 25 dissertações e 7 teses e concluíram que há o predomínio de trabalhos de natureza quantitativa, em sua maioria realizados por meio de análise documental e pesquisa de campo sobre programas e projetos específicos. Sousa, Silva e Silva (2013) analisaram os resumos de 85 trabalhos, sendo: 7 teses, 43 dissertações e 35 artigos publicados entre 2007 e 2012 e constataram a mesma dificuldade, falta de clareza metodológica e discussões superficiais sobre as políticas públicas. Os autores identificaram também 27 grupos de pesquisa, que tiveram seus grupos e/ou linhas de pesquisa criados e/ou consolidados, a partir da criação da Rede Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (Rede CEDES). Em outra revisão de literatura Amaral, Ribeiro e Silva (2014) analisaram 22 artigos publicados em 5 periódicos científicos, entre os anos de 2009 e 2013, 8 dissertações/teses e as linhas de pesquisa de 15 grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e observaram sua concentração na região sudeste, com predominância de grupos de pesquisa na educação física (10), seguida pela área de educação (3), sociologia e administração (1); além, do aumento das pesquisas sobre a

agenda governamental dos megaeventos esportivos e a tendência a estudos que abordam a interdisciplinaridade e a intersetorialidade. No estudo de Rojo, Mezzadri e Silva (2019) foram analisados 85 artigos publicados entre 2013 e 2016 em 14 periódicos, observou-se predomínio da produção bibliográfica na região sul e sudeste, em parte explicada pela maior concentração de cursos de pós-graduação, com destaque para a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual de Maringá. Dos artigos analisados, 61,18% foram publicados em revistas classificadas em B2 no Sistema *Qualis* (2013-2016), na área de Educação Física, a maioria deles em parceria entre orientador e orientando e de redes de colaboração interinstitucional. Embora os estudos apresentem diferentes procedimentos metodológicos os achados são similares: concentração de pesquisas na área da Educação Física, principalmente nas regiões sul e sudeste; mudança de paradigma da Política Nacional de Esporte para atender a agenda dos megaeventos esportivos em detrimento da democratização de acesso ao esporte; falta de clareza metodológica; discussões superficiais no campo conceitual e da implementação da política (programas e projetos). Com base nesses estudos é possível compreender lacunas da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil como discussões sobre gestão, financiamento, disputas na arena política e os mecanismos de desobrigação do Estado no fomento do esporte como direito social.

A partir dos anos 2010, têm surgido algumas pesquisas sobre financiamento do esporte e sobre as lacunas nas avaliações das políticas públicas como o estudo de Almeida e Marchi Jr. (2011), Almeida e colaboradores (2012), Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) e Teixeira e colaboradores (2018). Entretanto, poucos estudos abordam o processo decisório, a estrutura administrativa da política de esporte e o papel da gestão, e aqueles que o fazem, são do campo da Ciência Política: Bueno (2008), Carvalho (2013), Administração: Lorenzo (2008) e Políticas Públicas: Mendes e Codato (2015). Estudos como esses permitem compreender a complexidade na gestão das políticas públicas e a arena das disputas e barganhas políticas que envolvem grupos de interesse, movimentos sociais e coalizões.

Nesse sentido é importante considerar que política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2007, p.69). A autora ressalta que outros segmentos além dos governos se envolvem na formulação de políticas públicas e de seu processo tais como: grupos de interesse e movimentos sociais, onde cada qual

atua com “maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo [...]” (SOUZA, 2007, p.72).

Políticas públicas tratam dos conteúdos concreto e simbólico “de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p.1). A entrada de determinada questão na agenda política se dá em resposta ao enfrentamento de um problema público, entendido como coletivamente relevante. A política pública resultante pode ser entendida como a diretriz criada para a resolução desse problema. O conceito de política pública é “transversal a diversas áreas ou setores de intervenção pública” (SECCHI, 2013, p.14). Portanto, as políticas públicas tomam a forma de programas, projetos, leis, campanhas e subsídios governamentais em várias áreas, como: Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Cultura, Economia, Meio Ambiente, Emprego e Renda, Segurança, Habitação, Assistência Social, entre outras inúmeras possibilidades.

Celina Souza (2006, p.36) sintetiza os elementos principais da política pública em seis tópicos:

1. A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
2. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
3. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
4. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
5. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
6. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Em português, a palavra política tem um significado abrangente, porém, em inglês há a diferenciação dos termos *polity*, *politics* e *policy*. *Polity* está relacionado à estrutura do sistema político e sua organização. *Politics* se relaciona à dinâmica política, conflitos, disputas, coalizões e barganhas. *Policy* se refere, ao conteúdo da política propriamente dita, leis, programas, projetos. O primeiro termo está relacionado à

dimensão institucional da política, o segundo à dimensão processual e o terceiro à dimensão material (FREY, 1999).

Nos últimos anos, o esporte no Brasil tem atraído maior atenção, em parte, devido aos megaeventos esportivos que sediou: Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos 2007, Jogos Militares 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpico e Paralímpico 2016. Nesse período, estruturaram-se as políticas e programas de esporte e lazer, como: o Programa Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade (2003), Bolsa-Atleta (2005), Lei de Incentivo ao Esporte (2006), Mais Educação (2007), Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento às Forças Armadas Brasileiras (2008), Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (2010), Bolsa-Pódio (2011), Plano Brasil Medalhas (2012), Atleta na Escola (2013) e os Centros de Iniciação ao Esporte¹ (2013).

Com relação à organização, gestão e desenvolvimento do esporte, três ações foram fundamentais: 1. A realização das Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2007 e 2010), que pretendiam promover a democratização do esporte e a participação popular; 2. A criação do Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – Rede Cedex (2004), que visa fomentar a gestão de políticas públicas de esporte e lazer por meio de referenciais teóricos produzidos por grupos de pesquisa acadêmica; 3. A criação da Rede de Treinamento (2011), que visa interligar toda a infraestrutura esportiva do país.

As reflexões aqui apresentadas procuram, como salientam Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011), pensar as políticas públicas para além da política pública em si, do programa ou da iniciativa pública como fenômenos estanques e isolados do contexto social. Afinal,

A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas. Em suma, escrever sobre políticas públicas de esporte e lazer requer **mapear o espaço social** onde estas são produzidas, avançar no entendimento das **relações entre os agentes**, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas. (STAREPRAVO, 2014, p.34, grifo nosso).

¹ Os Centros de Iniciação ao Esporte foram articulados à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do Governo Federal, em 2013, e têm como objetivo incentivar a iniciação esportiva e o esporte de rendimento por meio da adequada infraestrutura esportiva. O projeto inclui acessibilidade arquitetônica e prevê a realização de modalidades esportivas adaptadas.

Diante deste cenário no qual as políticas de esporte no Brasil tiveram visibilidade, é fundamental compreender sua organização, suas contradições, fragilidades e potencialidades no que se refere ao esporte como direito social, principalmente, para as pessoas com deficiência, população vulnerável que constantemente se encontra à margem das políticas públicas. Estudos sobre políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência ainda são iniciais e alguns podem ser apontados como os de Andrade e Almeida (2012), Andrade et al. (2014) Silva (2015) Reis (2014), Pancotto (2016), Silva (2017), Reis, Mezzadri e Silva (2017), Caravage e Oliver (2018). Ressalta-se que a tarefa de analisar o subcampo político/burocrático² das políticas públicas é “complexa e por vezes limitada, dada a posição de quem está observando ou o lugar de onde se está falando” (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011). Indicada parte das limitações e complexidade, esta pesquisa teve como objetivo discutir as políticas públicas de direito das pessoas com deficiência às práticas físico-esportivas, por meio da compreensão da organização da gestão esportiva no Brasil e no estado de São Paulo e da análise de experiências locais na gestão do esporte para pessoas com deficiência no estado de São Paulo com base em três municípios distintos: Barueri, Campinas e Jundiaí, contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs).

Portanto, buscou-se contribuir para a leitura crítica das macro e microestruturas de proposição e desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência, a partir, da compreensão do: 1. Contexto histórico de constituição das políticas de esporte e de direitos das pessoas com deficiências; 2. Marcos normativos de participação das pessoas com deficiência em práticas físico-esportivas; 3. Organização e gestão do esporte no Brasil e no estado de São Paulo; 4. Atores das políticas de esporte no estado de São Paulo e nos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí; e 5. Perfil dos paratletas participantes das Paralimpíadas escolares e do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018.

² Os autores utilizam o conceito de campo e subcampo, sob a orientação teórica de Pierre Bourdieu, que os caracterizam como lócus de disputas entre agentes que compartilham interesses e *habitus* em comum. No subcampo político/burocrático é onde as especificidades da área de atuação do Estado delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados. (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011)

II - HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Histórico das políticas públicas de esporte no Brasil

O início da organização esportiva no Brasil ocorre na década de 1930 na era Vargas, sob os vieses do desenvolvimentismo e populismo. A prática esportiva tinha como objetivo a disciplina, o desenvolvimento corporal, manutenção da força de trabalho e a defesa da pátria por meio da formação de soldados. Estes princípios têm origem no Movimento Ginástico Europeu do século XIX, onde eram difundidos preceitos higienistas, nacionalistas, pedagógicos e morais por meio da prática da ginástica. Os principais expoentes eram a ginástica: Alemã, Sueca, Francesa e Inglesa. A Alemã, de caráter essencialmente militarista, influenciou a Ginástica Artística e a Ginástica Rítmica; a Sueca de viés médico inspirou a prática de atividade física como promoção da saúde; a Francesa contribuiu para o desenvolvimento da Educação Física escolar e a Inglesa se voltou as atividades esportivas (DODÔ; REIS, 2014).

O esporte já era difundido em países desenvolvidos e, portanto, era visto como símbolo da modernidade. Seus princípios iam ao encontro dos princípios político-ideológicos do Governo Vargas, o que contribuiu para a forte intervenção do Estado para a sua implantação. O Decreto-Lei nº 3.199/41 foi o primeiro ato legal para a organização do esporte, que o estruturou de forma rígida e hierárquica, cria-se o Conselho Nacional de Desporto (CND) para orientar, fiscalizar e incentivar as práticas de desporto no país, vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde. A organização se dava basicamente por confederações, federações, associações e clubes em determinadas modalidades esportivas. Esta estrutura corporativista atrelada ao Estado, contribuiu para as trocas clientelistas e barganhas por apoio político (LINHALES, 1996). Para Schmitter (1974) corporativismo é:

um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número de categorias singulares, obrigatórias, não competitivas, ordenadas hierarquicamente, e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou licenciadas (se não criadas) pelo Estado e beneficiárias de um monopólio representativo deliberado dentro de suas respectivas categorias, que dão em troca a observações de certos controles na seleção de líderes e na articulação de demandas ou apoios. (SCHMITTER, 1974 apud SECCHI, 2013, p. 121).

O esporte de alto rendimento teve resultados expressivos em diversas modalidades, principalmente no futebol, o que reforçou investimentos no setor, enquanto que as outras esferas do esporte eram marginalizadas.

O problema público, esporte, entra na agenda governamental via interesse governamental, ou seja, o Estado se apodera do esporte como instrumento para galgar objetivos político-ideológicos que, por sua vez, legitimaria a atuação e a ação política de um grupo seletivo para tratar da questão esporte. Grupo esse, concatenado aos ideais e valores da elite política dominante, com o objetivo de incentivar e promover a ação estatal no desenvolvimento de políticas para a manifestação de esporte de alto rendimento, como forma de alcançar aspirações políticas, poder, prestígios sociais e dividendos econômicos. (CARVALHO, 2013, p. 41).

Durante a República Nova (1945-1964) os decretos nº 43.177/58 e nº 53.741/64, visavam a melhora na infraestrutura esportiva, o desenvolvimento da Educação Física e a capacitação destes profissionais, apesar dos investimentos em outros setores do esporte, segundo Bueno (2008) e Carvalho (2013), estes seriam mecanismo para incutir e fortalecer o alto rendimento na estrutura escolar. Durante o período, portanto, se mantém o subsistema esportivo criado na Era Vargas e o seu monopólio político em torno do esporte de alto rendimento, as mudanças ocorrem de maneira incremental, os valores do nacionalismo dão lugar aos valores olímpicos (CARVALHO, 2013).

No período militar, as políticas de esporte transitam do caráter corporativista para o tecnoburocrático. O principal ponto é o Diagnóstico Social do Esporte que levantou em todo o país a estrutura esportiva e os recursos humanos do setor. Este diagnóstico foi capaz de avaliar a ineficiência das políticas públicas de esporte, a falta de comprometimento das entidades federais e a precariedade do setor educacional. A partir disto, foi elaborado o Plano Nacional de Educação Física e Desporto, que embora previsse maior investimento no esporte escolar, a lógica ainda privilegiava o esporte de alto rendimento, por meio da competição e da busca de novos talentos esportivos. As Leis nº 66.118/70 e 6.251/75 contribuíram para a reformulação das políticas públicas de esporte, principalmente no que se refere ao repasse de 30% dos recursos da Loteria Federal e do abatimento de 5% no valor do imposto de renda devido pelas empresas privadas, valores estes que eram repassados ao Conselho Nacional de Desporto. O esporte foi dividido em 4 categorias: militar, classista, comunitário e estudantil (escolar e universitário).

A Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) foi criada para elaborar as diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos, inspirada em manifestos dos organismos internacionais que defendiam o esporte para todos: Manifesto do Esporte (1968), Manifesto Mundial da Educação Física (1970), Carta Europeia de Esporte para Todos (1975), Manifesto do Fair Play (1975), Carta de Paris (1976) e a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (1978) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (TUBINO, 2010). Como até então a prática estava fortemente atrelada ao alto rendimento, no Brasil foram desenvolvidas campanhas nacionais como a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo (1971) e a Campanha Esporte para Todos (1977) que visavam a popularização do esporte.

No período anterior à Constituição de 1988 a política de esporte se caracterizava por um monopólio de arranjo institucional corporativista, normativo e fiscalizador sob a ação de um grupo seletivo na formulação de política. Compartilhava-se valores e ideias nacionalistas sob a ótica do esporte de rendimento (CARVALHO, 2013).

As políticas de esporte durante o período de redemocratização do Brasil são marcadas pelo surgimento de outros grupos de discussão no cenário político, pela descentralização das políticas e pelo ingresso da mídia e das empresas privadas no setor, o que populariza outras modalidades esportivas e fortalece o futebol como esporte de massa. No entanto, profissionais e pesquisadores da área de Educação Física começam a ter maior visibilidade no cenário político, e passam a discutir em congressos e simpósios novos caminhos para a educação física que partissem do modelo higienista e disciplinador para um modelo que valorizasse o esporte como ferramenta para a formação do ser humano. Apesar destas mudanças ainda havia um predomínio das ideias e valores do período militar, aqueles que defendiam o esporte como direito tiveram pouca abertura, contudo, fizeram resistência a estas ideias predominantes (VERONEZ, 2005).

Com o fim do governo militar em 1985 e com o decreto 91.4521/85 é instaurada a Comissão pela Reformulação do Esporte, sob a coordenação do Professor Manoel Tubino³, então presidente do Conselho Nacional de Desporto. A Comissão teve 120

³ O professor Manuel José Gomes Tubino foi uma das maiores expressões na área da Educação Física e política esportiva no Brasil, tendo ocupado o cargo de presidente do Conselho Nacional do Desporto e de secretário de Educação Física e Desportos entre 1985 e 1990 no Ministério da Educação. No Ministério de Esportes e Turismo foi presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte – INDESP em 1999. Foi um dos grandes responsáveis pela inclusão na Constituição Federal de 1988 da seção sobre o esporte, o Artigo 217. Exerceu a Presidência Mundial da Fédération Internationale d'Éducation Physique (FIEP) e desenvolveu vasta produção científica na área da Educação Física.

dias para apresentar um relatório conclusivo, foram discutidos o conceito de esporte, sua desburocratização e descentralização, o financiamento de pesquisas, a capacitação de profissionais e o esporte como prática pedagógica (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005; BUENO, 2008; CARVALHO, 2013). O relatório final teve 79 indicações ou propostas, para posterior aprofundamento, divididas em 6 eixos temáticos: 1. Reconciliação do esporte com três aspectos de sua natureza (educacional, lazer e rendimento); 2. Redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte; 3. Mudanças jurídicas-desportivas-institucionais; 4. Carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas; 5. Insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte; 6. Imprescindibilidade da modernização de meios e práticas no esporte (BUENO, 2008; TUBINO, 2010; CARVALHO, 2013). Veronez (2005) destaca que no período houve um discurso conciliador entre os velhos e os novos interesses.

A constituição foi promulgada finalmente em 5 de outubro de 1988, no seu artigo 217 estabelece: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, p.128). Ao estabelecer o esporte como direito a constituição vai ao encontro do movimento que já vinha sendo discutido internacionalmente, porém, diferentemente dos organismos internacionais o esporte foi entendido aqui como um direito de cada um, não um direito de todos. A implicação disso consiste na compreensão do esporte como direito individual aos invés de direito social, deste modo o esporte não é entendido como um dos elementos básico para as condições de vida e sua existência não depende da atuação e regulamentação do Estado. O artigo 6º define que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p.18).

Santos (2014) ao analisar os documentos produzidos pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 buscou compreender a inclusão do lazer como direito social no texto constitucional. Segundo a autora, “não houve mobilização e organização em torno do lazer que justificasse sua definição como direito social na Constituição” (SANTOS, 2014, p. 1322). As reivindicações ao longo dos trabalhos da ANC não mobilizaram parte significativa da população, não houve movimentos sociais organizados ou lobbys em torno desse tema, como ocorreu por exemplo, com a saúde.

As compreensões difusas referentes ao lazer contribuíram para a sua inclusão enquanto direito social, visto que, a discussão surgiu em diversas comissões e subcomissões, tendo relação com o esporte, recreação, cultura, turismo, saúde e justiça social sendo defendido por entidades científicas, movimentos sociais, igreja católica, categorias profissionais distintas, entre outros. O lazer foi compreendido desde uma simples atividade, a direito de grupos específicos (crianças carentes, crianças e adolescentes, idosos, trabalhadores), sua relação intrínseca com a cultura foi defendida, principalmente, pelo sociólogo Florestan Fernandes, então deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (SANTOS, 2014). Porém, o lazer foi suprimido e tentativas de sua reinclusão foram feitas por meio de emendas, por fim, no último momento dos trabalhos da Constituinte, no Plenário, o lazer foi apareceu pela primeira vez em uma emenda como direito social, quando os únicos atores políticos participantes do processo eram os constituintes (SANTOS, 2014).

A relação do lazer com o esporte também compõe a Seção III - Do Desporto, Artigo 217, parágrafo 3, no qual ele é entendido “como forma de promoção social”. Embora não seja compreendido como um direito social no texto constitucional os debates em torno do esporte, como discutido, tinham grupos bem definidos com interesses distintos. Esse cenário favoreceu disputas mais acirradas, principalmente, por aqueles que detinham o monopólio e defendiam o esporte de rendimento, tendo aqueles que defendiam o esporte como direito pouca abertura para o diálogo. Contudo, uma conquista dos embates foi o reconhecimento do esporte nas suas três manifestações: esporte educacional, esporte participação e esporte rendimento, ampliando assim o conceito de Esporte conforme defendido pelo professor Manuel Tubino (TUBINO, 2010). O artigo constitucional, por outro lado, também redefiniu a relação entre o esporte e o Estado, rompendo com a tutela deste, dando mais autonomia às entidades esportivas, mas mantendo-as dependentes dos recursos públicos.

Alguns estudiosos na área da educação física consideram o esporte como um direito social, já que se relaciona com as condições adequadas de vida. De fato, o esporte em suas manifestações esporte educacional e esporte participação possui relação direta com os direitos sociais de educação e lazer. Todavia, ‘já existem sinalizações e balizamentos nítidos que marcam a imprescindibilidade de uma ampliação conceitual do Esporte nos instrumentos legais vigentes, o que pode ser explicado pelos novos fatos esportivos que vão surgindo a cada momento histórico’ (TUBINO, 2010, p. 38).

Na década de 1990, no então governo Collor, se inicia a reformulação das políticas de esporte, se cria a Secretaria dos Desportos da Presidência da República e o ex-jogador Zico a assume e cria o projeto de lei nº 965/91 que tramitou no congresso até se tornar lei em 1993, Lei 8.672/93 (Lei Zico), no entanto, muito antes ele deixa o cargo fazendo duras críticas à corrupção, aos cartéis, à falta de transparência e à dependência de capital estatal para a gestão esportiva.

Durante o processo de tramitação do projeto, segundo Linhales (1996), três grupos de interesse atuaram intensamente: 1. Entidades esportivas conservadoras – Bancada da bola, 2. Órgãos governamentais e entidades esportivas liberais, 3. Organizações de Profissionais de Educação Física e representantes de esquerda. Os dois primeiros grupos possuíam interesse vinculados ao esporte de alto rendimento, no entanto, havia conflitos em relação às propostas. O primeiro, era formado pela bancada da bola por ter caráter conservador, era composto por entidades esportivas, principalmente, as ligadas ao futebol que temiam perder o seu poder baseado em barganhas políticas. O segundo grupo, era vinculado às entidades esportivas liberais, à Secretaria de Desportos e ao Conselho Nacional de Desporto, mas defendiam a “moralização do futebol pela via de sua liberalização, privatização e mercantilização, sujeitando os clubes às leis de regulação do mercado presentes no código civil e nas leis trabalhistas” (VERONEZ, 2005, p. 297).

Suas propostas giravam em torno da “modernização” do setor esportivo e vinham sendo elaboradas desde a criação da Comissão de Reformulação do Esporte, em 1985. Na verdade, este grupo pretendia inaugurar um **novo tipo de corporativismo** no setor, no qual as entidades esportivas aufeririam autonomia na gestão de suas questões específicas, mas seriam financiadas pelo Estado com a criação de fundos, leis de incentivo e outras isenções fiscais. Tratava-se da proposta de **menos Estado interventor, mas mais Estado regulamentador e financiador**. (VERONEZ, 2005, p. 297, grifo nosso).

O então presidente Collor, no entanto, defendia para o setor menos Estado e mais mercado, sendo a proposta inicial retomada após sua saída com a criação de fundos que centralizassem os recursos advindos tanto do setor público como privado (VERONEZ, 2005). O terceiro grupo, defendia a reestruturação do Estado de modo a atender às demandas do esporte e lazer como direito social. Este grupo era mais difuso, formado essencialmente pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, pela Federação

Brasileira de Associações dos Professores de Educação Física e por deputados de esquerda.

Esse embate entre os grupos de interesse se torna claro ao analisar o percurso da Lei Zico e da Lei Pelé, onde muitas das propostas iniciais foram revogadas por pressão da bancada da bola. O Projeto da Lei Zico previa: a) regulamentar as novas formas comerciais no futebol; b) determinar a participação do setor nas Loterias; c) revogar a "lei do passe"⁴ e apresentar uma alternativa de vínculo contratual aos atletas profissionais; d) redefinir mecanismos fiscalizadores, assim como a manutenção da autonomia de entidades esportivas e assegurar sua representatividade nos órgãos competentes (PRONI, 2000, apud ALMEIDA, 2007). Contudo, quando o projeto foi aprovado, Lei 8.672/93 (Lei Zico), foi retirada a extinção do passe do jogador e a obrigatoriedade dos clubes se tornarem clubes-empresas, principais questões levantadas pela conservadora bancada da bola. Por fim, a lei avançou apenas no sentido de rompimento com a tutela do Estado (descentralização do esporte), na destinação de recursos públicos para o financiamento do esporte de alto rendimento (recursos das três esferas do governo, doações, patrocínios, recursos das Loterias Esportivas e dos Bingos) e no reconhecimento do esporte em suas três vertentes (alto rendimento, participativo e educacional) e como direito social. Cria-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP), para agregar os recursos públicos e privados destinados ao esporte, portanto, as ações se centraram mais em regulamentar a atuação do mercado no esporte nacional, enquanto, o esporte como direito ficou a margem.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) surgem vários escândalos de corrupção envolvendo os bingos e as entidades esportivas. Em 1995 cria-se o Ministério Extraordinário do Esporte, e Pelé é nomeado ministro, “mais uma vez verificava-se a nomeação de uma figura pública, ex-jogador profissional do futebol, de grande prestígio internacional, detentor de poder simbólico” (STAREPRAVO, 2011, p.220). O projeto de lei retoma as questões do passe e do financiamento do esporte, quando aprovada, a Lei nº 9.615 (Lei Pelé), possuía um capítulo apenas para tratar do bingo, de forma, a melhor regulamentar o financiamento do esporte. Os jogadores

⁴ O passe é "a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes. Em outras palavras, o "passe" é uma fixação indenizatória que estipula o clube que investiu no jogador ainda quando ele era desconhecido (projetou este jogador para os olhos dos demais) quando da mudança clubística pelo atleta. O passe consiste numa liberação dos serviços do profissional, que sem essa cessão de direitos não poderá transferir-se de empregador. [...] O direito do passe ou direito de transferência unilateral coloca o atleta sob as deliberações soberanas do empregador, que decide a seu respeito como decide a respeito das coisas de sua propriedade" (ALMEIDA, 2007, p.01).

passam a ter uma relação trabalhista com os clubes por meio de contratos que podem ser rescindidos unilateralmente mediante o pagamento da multa imposta na cláusula penal, portanto, o vínculo é regido pelas leis trabalhistas.

Entretanto, em que pese os avanços até aquele momento, as duas legislações (Lei Zico e Lei Pelé) concentraram-se basicamente nos problemas do futebol, tratando marginalmente as demais modalidades, em nada modernizando a estrutura do esporte educacional e tratando de forma ainda mais distante o desenvolvimento do esporte de participação. (BUENO, 2008, p. 208).

Os grupos de interesse continuavam o embate mesmo após a aprovação da Lei Pelé, o que resultou em várias modificações na lei original, e na declaração do próprio Pelé, que já havia deixado o cargo de ministro, que a lei não deveria mais ser chamada assim devido ao tamanho das mudanças em sua estrutura. A lei n° 9.981/2000 (Lei Maguito Vilela) retirou todos os artigos referentes ao bingo e revogou a obrigatoriedade dos clubes se tornarem clubes-empresas, o que agradou os conservadores da bancada da bola, mas desagradou os empresários que defendiam a mercantilização do esporte.

Em 2001 é aprovada a lei n.º 10.264 (Lei Agnelo-Piva) que modificou o artigo 56ª da Lei Pelé que tratava sobre os recursos financeiros destinados ao esporte. Fixou-se o valor de 2% sobre os prêmios da Loteria Federal e da arrecadação de concursos, do valor total arrecadado, 85% se destina ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 15% ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Contudo, estas entidades devem investir 10% no esporte escolar e 5% no desporto universitário. Outra fonte de recursos para o esporte de alto rendimento é o destinado por meio de patrocínio, em específico aquele de grandes estatais (Correios, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, entre outras) (BUENO, 2008).

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso alguns programas esportivos voltados ao esporte participativo e educacional começam a ser estruturados, muitos deles considerando o fator vulnerabilidade social, porém, as políticas eram fragmentadas e os recursos insuficientes para a demanda dos programas. Em 2001, é lançada a Política Nacional do Esporte, que teve como relator o Prof. Manuel Tubino, que procurou estruturar os debates que vinham acontecendo no setor. Em 2005, já no governo Lula, é lançada uma nova versão da Política Nacional do Esporte, muito semelhante à anterior, mas que deixa claro os seus objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas. Entre os princípios estão: a reversão do quadro atual de injustiça,

exclusão e vulnerabilidade social; o esporte e lazer como direito de cada um e dever do Estado; a universalização e inclusão social e a democratização da gestão e participação (BRASIL, 2005).

Diversos ministérios e secretarias são criados em 2003 quando Lula assume a presidência, de forma a permitir especificidade nas ações, mas, principalmente, garantir maior apoio político também por nomear como ministros, políticos de vários partidos. Pela primeira vez na história o esporte ganha um ministério próprio, o que demonstra a importância que recebeu do governo. É quando o Brasil se torna sede de diversos megaeventos esportivos. A criação em 2003 do Ministério do Esporte foi essencial para proposição e desenvolvimento das políticas no setor. Inicialmente, o Ministério foi estruturado em quatro secretarias: 1. Secretaria Nacional de Esporte Educacional; 2. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer; 3. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento e; 4. Secretaria Executiva. A gestão de três destas foi confiada a representantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), com representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) ficou a gestão da secretaria ligada ao esporte e lazer, que contava com apoio de acadêmicos da área da educação física e do lazer (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015). Este arranjo foi resultado da coalizão política em curso. O PC do B, ao contrário do PT, não possuía uma discussão acumulada sobre a temática, mas desde a década de 1980 apoiava o partido nas eleições presidenciais (CASTELAN; 2010) (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2015). Essa configuração trouxe vários tensionamentos e rearranjos dentro do Ministério do Esporte, discutidos mais detalhadamente por Starepravo, Mezzadri e Marchi Júnior (2015) no artigo “Criação e mudança na estrutura do Ministério do Esporte no Brasil: tensões nas definições de espaços”.

Desde a criação do Ministério do Esporte é possível notar duas correntes de atuação pública, a primeira, considerada progressista se deu no início do primeiro mandato de Lula e resultou nos Programas Segundo Tempo (PST) e Esporte e Lazer na Cidade (PELC), e na criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, ações que buscavam o acesso a direitos sociais, ao priorizar o esporte educacional e participativo (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015). Conforme os documentos finais da I Conferência Nacional de Esporte (I CNE). Entretanto, no segundo mandato de Lula (2007 a 2010) e início do mandato de Dilma Rousseff (2011) as ações do governo tenderam para uma corrente mais conservadora com a consolidação da agenda de megaeventos esportivos, inclusive com sua discussão durante a III CNE (SILVA;

BORGES; AMARAL, 2015). Além disso, segundo os autores, houve a tentativa de desobrigação do Estado em relação à garantia dos direitos sociais com a criação da Lei de Incentivo ao Esporte.

Esse fato reflete um histórico político no Brasil que privilegia a área econômica em detrimento à área social, e que dentro da área social estabelece uma hierarquia de prioridades na qual o esporte ocupa normalmente uma das últimas posições. Pensando relacionadamente, pode-se dizer que o esporte, enquanto subcampo político/burocrático, está em uma posição desprivilegiada em relação ao campo do poder, assim como outras políticas sociais. (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2015, p.219)

Como comentam Almeida e Gutierrez (2013), o esporte atrelado a questões de vulnerabilidade social se potencializaria, deste modo, passariam a ser explicáveis e justificáveis os investimentos no setor, tendo assim a sua legitimação enquanto política pública. Muitos gestores não veem no próprio esporte a justificativa das políticas públicas e investimentos, sendo o esporte a finalidade em si. Para sua valorização é importante que se conheça de fato o fenômeno e se construam políticas de longo prazo ao invés de ações pontuais. Profissionais e gestores precisam ter comprometimento político em projetos horizontais e longitudinais e valorizar o esporte enquanto elemento importante na formação social e cultural (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2013).

A ideia de uma prática esportiva pluralista trouxe a possibilidade de democratização e aumentou a abrangência do esporte contemporâneo, Almeida e Gutierrez (2013) defendem que além das três dimensões do esporte aqui discutidas (educacional, participativo/lazer e alto rendimento) há uma quarta, o esporte de massa, que devido a sua difusão na sociedade, a princípio, não necessitaria de investimentos públicos cabendo ao mercado a sua exploração. Os princípios de cada dimensão e de como as políticas públicas devem atuar, segundo os autores, estão sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1. Dimensões do esporte, princípios e a atuação das políticas públicas.

Dimensões do Esporte	Princípios	Atuação das políticas públicas
Educacional	Socioeducativos da participação, cooperação, coeducação, inclusão e do desenvolvimento do espírito esportivo	Projetos nas escolas, campeonatos escolares, professores, profissionais na área de saúde, ensino do movimento somado às modalidades, financiamento de estudos na área da pedagogia do movimento e do esporte e intervenção voltada ao aluno.
Popular/Lazer	Não obrigatoriedade, adaptação para a participação de todos e preocupação com os valores culturais do jogo e do esporte; tradição.	Praças de esporte e de lazer, recursos humanos, formação humanista voltada à saúde, projeto urbanístico, projetos sociais para pessoas em estado de vulnerabilidade, projetos para grupos especiais e projetos para formação cidadã.
Alto-rendimento	Superação, competição, performance e uso de diferentes tecnologias;	Investimento em locais, estruturas, atletas, treinadores, clubes e na ciência do treinamento
Esporte de Massa	Indústria do entretenimento, consumo de bens materiais, reprodução do movimento e busca de uma estética pré-determinada	Alto grau de influência e inserção na vida das pessoas, em um primeiro momento não deveria haver investimentos públicos no setor.

Fonte: Elaboração própria com base em Almeida e Gutierrez (2013).

Conforme pode-se observar no Quadro 1, as dimensões do esporte são abrangentes, o que abre muito o leque de atuação e os desafios das políticas. Historicamente, o esporte não possui grandes investimentos, programas e políticas públicas, cenário este que vem se revertendo nos últimos anos, principalmente com a criação de programas de esporte vinculados à educação e ao lazer (como Segundo tempo, Esporte e Lazer na Cidade, Esporte na Escola, Recreio nas Férias, por exemplo) e aqueles ligados à diminuição da violência, por meio de projetos para pessoas em situação de vulnerabilidade social como é o caso dos programas Pintando a liberdade e Pintando a cidadania, que envolvem o trabalho de internos do sistema penitenciário e pessoas em vulnerabilidade social em fábricas de material esportivo (BRASIL, 2014). E a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, que impulsionaram a criação e ampliação dos programas e investimentos no setor, sendo esses, justificáveis pela capacidade de promover o desenvolvimento econômico e projetar, internacionalmente, o país sede.

Para melhor compreender o cenário esportivo brasileiro, Figuerôa et al. (2014) utilizaram a análise documental do Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro ao Jogos

Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e os Cadernos de Legados, juntamente com informações do Plano Decenal de Esporte e Lazer, Plano Plurianual do Governo Federal e documentos oficiais de prestação de contas do Governo Federal além de, entrevistas com dois membros da Autoridade Pública Olímpica e um componente da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social. Os autores destacam o aumento nos investimentos por meio do Plano Plurianual (PPA), sendo que nos últimos 10 anos mais do que dobrou o volume de recursos (PPA 2004-2007- R\$ 2,4 trilhões e PPA 2012-2015 - R\$ 5,5 trilhões), sendo o esporte participativo/comunitário o que recebeu a maior parte deles. Contudo, os autores ressaltam que estes valores estão sendo utilizados em quase a totalidade para a modernização e implantação de infraestrutura esportiva, que pode ou não estar vinculada ao esporte participativo.

Outro estudo sobre financiamento foi o desenvolvido por Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) ao investigar a Política Nacional de Esportes durante o governo Lula (2003 a 2010) por meio da análise documental da base de dados SIGA Brasil, Senado Federal, documentos e relatórios do Ministério do Esporte, relatórios do Tribunal de Contas da União e pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Segundo os autores a descontinuidade política e administrativa não permite afirmar um padrão de financiamento ou mesmo hegemonia entre uma das três dimensões do esporte (educacional, lazer e rendimento), contudo, entre 2006 e 2007 houve o predomínio dos valores destinados ao programa “Rumo ao Pan 2007” visando a realização dos Jogos Panamericanos Rio 2007. Apesar do esporte rendimento possuir outras fontes de financiamento como o patrocínio de empresas públicas e os recursos destinados da lei Agnelo/Piva ao COB e ao CPB. Como salientam os autores o esporte e o lazer diferentemente de outros direitos sociais (educação, saúde e assistência) não possuem uma execução orçamentária mínima garantida legalmente, assim como a vinculação de um percentual mínimo do Produto Interno Bruto (PIB).

De certa forma, o que é observado historicamente nas políticas de esporte no Brasil é o predomínio/favorecimento do esporte rendimento em detrimento do esporte educacional e participativo (BUENO, 2008). Quando os investimentos são realizados nestes campos, geralmente, visam a infraestrutura esportiva, como apontado pelos autores, e a identificação e formação de talentos para o alto rendimento, o que não difere no esporte paralímpico. Por esporte paralímpico entende-se as modalidades esportivas adaptadas às pessoas com deficiência e que compõem o escopo dos Jogos

Paralímpicos. O esporte adaptado é compreendido como possibilidade de prática para pessoas com deficiência, no qual, regras, fundamentos e estrutura são adaptados para permitir a participação destas pessoas (ARAÚJO, 2011). Ao longo da tese optou-se por práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência, por entender que estas são mais abrangentes ao englobar não somente o esporte, mas a atividade física e as práticas corporais no sentido de possibilidade de participação dessas pessoas, que, espera-se, ocorra de maneira inclusiva.

Histórico das políticas públicas em torno dos direitos das pessoas com deficiência

As políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência historicamente foram criadas sob o viés da caridade, assistencialismo e protecionismo. Os institutos e associações criados até meados da década de 1960 não tinham cunho político claramente definido, mas propiciaram espaços de convívio entre os pares e a discussão de questões comuns, contribuindo para a formação da identidade da pessoa com deficiência (BRASIL, 2010) em sua diversidade. Em geral, as organizações cumpriam ações que deveriam ser do poder público, mantinham um modelo assistencial e filantrópico, com apelo à caridade, porém, eram dependentes do financiamento do poder público (SILVA, 2003). Ao tomar este modelo de organização da atenção o Estado diminui a sua intervenção e passa a responsabilidade cada vez mais para a sociedade civil.

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970 eram poucas as organizações populares de pessoas com deficiência, em geral, eram organizações locais, sem sede própria, estatuto ou qualquer outro elemento formal (BRASIL, 2010). As medidas nesse campo eram resultantes da imposição dos órgãos internacionais, porém, estas organizações locais se transformam no embrião do movimento político das pessoas com deficiência na década de 1970.

Por outro lado, é também a partir da década de 1950 que no Brasil surgem os modelos associativistas, organizados pelos próprios grupos de pessoas com deficiência (surdos, cegos, deficientes físicos) contrariamente à caridade, à filantropia ou às iniciativas governamentais. Essas associações nasciam da vontade e da ação dos indivíduos em busca de mecanismos para a organização das lutas e melhoria de sua posição no espaço social (BRASIL, 2010).

Assim, associações desportivas surgem como um espaço social para a convivência das pessoas com deficiência, principalmente para a prática esportiva, mas também como um espaço de troca e de discussão social. Em 1958, é fundado o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro por Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccoli e também o Clube dos Paraplégicos de São Paulo por Sérgio Seraphin Del Grande. Essas entidades foram fundadas após Robson e Sérgio realizarem o tratamento nos Estados Unidos, onde tiveram contato, principalmente, com o basquete em cadeira de rodas (COSTA; SOUZA, 2004). No ano seguinte é criada a Federação Desportiva para Surdos do Rio de Janeiro, chamada Federação Carioca de Surdos-Mudos, que mais tarde em 1984 contribuiu para a criação da Confederação Brasileira de Desportos para Surdos devido ao crescimento da prática desportiva.

As associações surgem da percepção das pessoas com deficiência de outras necessidades, além de educação e saúde, quando passam a identificar questões sobre mobilidade, trabalho, esporte e lazer o que fez com que as associações tomassem cada vez mais um cunho político. No final dos anos 1970, no contexto da redemocratização do país a união entre os movimentos de grupos excluídos da sociedade (pessoas com deficiência, pobres, mulheres, negros e homossexuais) começa a ganhar força em busca dos seus direitos, e as pessoas com deficiência adquirem maior visibilidade na sociedade (ROCHA, 2006).

Nesta época surgem as primeiras associações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência. Cabe diferenciar as entidades **de** e **para** pessoas com deficiências, nas primeiras as pessoas com deficiência participam ativamente, tendo a maior parte de seus membros pessoas com deficiência, já as entidades para pessoas com deficiência previam ações para estas pessoas, no entanto, estas não participavam da tomada de decisões. Deste modo, de um lado estava o protagonismo e autonomia das pessoas com deficiência e do outro o assistencialismo oferecido pelas entidades.

A redemocratização do país juntamente com a Declaração dos Direitos das Pessoas com deficiência (1975), o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência em 1981 e a Década Internacional das Pessoas Deficientes (1983 a 1993) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) foram os fatos que mais impulsionaram o movimento de pessoas com deficiência em prol dos seus direitos. Pode-se destacar durante este processo a realização de três Encontros Nacionais (1980 a 1983) que buscavam a criação de uma agenda única de reivindicações e lutas agrupando todos os tipos de deficiência.

Durante o 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que aconteceu em Brasília, entre 22 e 25 de outubro de 1980, a discussão girava em torno dos critérios para se definir quais as entidades que poderiam ser reconhecidas como integrantes da Coalizão, já que se priorizava aquelas coordenadas por pessoas com deficiência ou que possuíam entre a maioria de seus membros pessoas com deficiência. De um lado estava a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência e do outro a tutela proporcionada pelas entidades assistencialistas. O Núcleo de Integração de Deficientes (NID) criticou duramente a exclusão de pessoas sem deficiência do processo decisório do Encontro e a ideia de se criar Federações Nacionais por tipo de deficiência já que segundo este grupo “[...] ao que nos consta, nossa Federação não congrega profissionais, mas pessoas. [...] E pessoas se unem por objetivos afins, não por características físicas. [...]” (BRASIL, 2010, p.40). O NID defendia uma perspectiva a partir dos direitos humanos, numa luta de "todos para todos", mas que pouco foi compreendida.

No ano seguinte, em 1981, é declarado o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD) pela ONU e instala-se no Brasil a Comissão Nacional do AIPD pelos Decretos nº 84.919/80 e nº 85.123/80, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de discutir em âmbito nacional as questões das pessoas com deficiência tratadas pela ONU. A Comissão Nacional do AIPD era formada por representantes do Poder Executivo, de entidades não governamentais de reabilitação e educação de pessoas com deficiência, contudo, não havia nenhum representante de entidades de pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

A Coalizão Pró-Federação repudiou a ausência de pessoas com deficiência na Comissão e solicitou, por meio de carta ao presidente da República, a inclusão de representantes com deficiência. Deste modo, é incluído o representante da Coalizão na Comissão e como consultor o coordenador de uma organização não governamental (ONG) de pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

As subcomissões estaduais também não eram espaços representativos, o que levou as pessoas com deficiência a organizarem atividades paralelas para a discussão do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, com passeatas e manifestações. As entidades para pessoas com deficiência também realizaram suas próprias atividades e encontros.

O 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes foi realizado em Recife, de 26 a 30 de outubro de 1981. Como critério de inclusão das entidades na

Coalizão se estabeleceu que estas deveriam ser formadas por pessoas com deficiência em, no mínimo, dois terços de seus associados e diretoria. As discussões, porém, não progrediram como o esperado devido ao grupo heterogêneo e às demandas diversificadas (BRASIL, 2010).

O 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, foi realizado em São Bernardo do Campo, de 13 a 17 de julho de 1983. O embate entre as entidades para pessoas com deficiência de viés assistencialista com as entidades de pessoas com deficiência surgidas na década de 1970 sob a ótica dos direitos persistia. Entre o próprio movimento de pessoas com deficiência havia discordância relacionadas ao tipo de deficiência e demandas, essa disputa pouco favoreceu a criação de um única Federação e que resultou na criação de federações por tipo de deficiência. A criação de um Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes começou a ser estudada. Ele seria composto por representantes das federações por deficiência e teria por objetivo discutir pautas em comum. Mas o movimento não teve força suficiente para se efetivar, contudo, essa articulação foi essencial para a formulação da nova Constituição após a Ditadura Militar (1964-1985) devido à ampla participação popular (BRASIL, 2010).

O processo se iniciou com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 responsável por elaborar a nova Constituição, entre fevereiro e setembro de 1988 houve os debates da sociedade civil em defesa das emendas populares. Em 1986 o movimento das pessoas com deficiência já se articulava para participar da ANC por meio de um ciclo de encontros denominado “A constituinte e os portadores de deficiência” realizado em várias capitais do país pelo ministério da Cultura entre 1986 e 1987. A principal reivindicação era de que a Constituição não consolidasse a tutela às pessoas com deficiência e sim a sua autonomia. Desta forma, o movimento foi contra o capítulo constitucional intitulado de “Tutelas Especiais”, por considerá-lo discriminatório.

Desde o início da década de 1980, a principal demanda do movimento era a igualdade de direitos, e, nesse sentido, reivindicavam que os dispositivos constitucionais voltados as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os cidadãos. O movimento vislumbrava, portanto, que o tema da deficiência fosse transversal no texto constitucional. (BRASIL, 2010, p.65).

A princípio, as propostas não foram incorporadas ao texto Constitucional da forma esperada, com isso o movimento das pessoas com deficiência elaborou um

projeto de Emenda Popular e foi em busca das 30 mil assinaturas necessárias para submetê-lo à ANC. A proposta continha 14 artigos que sugeriam modificações e novamente nem todas as propostas foram incorporadas. Contudo, o movimento se mostrou muito organizado e articulado para apresentar as Emendas Populares quando necessário. (BRASIL, 2010).

Após um longo período de ditadura, onde os direitos sociais, civis e políticos foram suspensos, os movimentos sociais ganham força durante a redemocratização. Com a imposição internacional da ONU e o debate em torno de seus direitos, as pessoas com deficiência se organizam e ganham visibilidade na sociedade e na mídia. Esses eventos externos causam um choque nas crenças calcadas até então nos valores tradicionais, da caridade e da filantropia que as igrejas e entidades assistencialistas forneciam à estas pessoas que estavam institucionalizadas.

Ao organizar, criar e coordenar entidades, as pessoas com deficiência pautam suas ações na questão dos direitos, na participação e inclusão social, com isso outras demandas são levantadas, como o direito ao transporte público, ao trabalho, à cultura, ao esporte e ao lazer. A luta é pela visibilidade e reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência nos mais diversos âmbitos da vida. Neste contexto, o movimento conquistou a sua principal reivindicação, a Constituição promulgada em 5 outubro de 1988, incorporou os direitos da pessoa com deficiência ao longo de todo o texto Constitucional (BRASIL, 2010).

Ao analisar as políticas de esporte e aquelas sobre os direitos das pessoas com deficiência é possível encontrar familiaridades em sua constituição, em grande parte devido ao contexto político-histórico da sociedade brasileira e ao cenário internacional que por meio de movimentos sociais e organismos voltados à defesa de direitos, influenciaram a agenda política brasileira.

O período da redemocratização do Brasil foi um período fértil para a luta de direitos sociais, o que pode ser observado tanto no que se refere ao esporte, quanto ao direito das pessoas com deficiência. Esses movimentos de luta surgem principalmente na década de 1970, influenciados por movimentos internacionais. A Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO (1978), por exemplo, é considerada um marco para a área ao difundir, internacionalmente, o conceito de esporte para todos. Já neste período, o direito das pessoas com deficiência ao esporte era defendido como forma de promover o desenvolvimento humano (UNESCO, 1978). Este documento internacional repercutiu nas políticas de esporte no Brasil também durante a década de

1970, fortalecendo o movimento esporte para todos e a posterior discussão da Constituição de 1988, que incorporou o esporte como um direito constitucional por meio do Artigo 217 - “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Em 2015, foi lançada a nova versão da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte que retoma os princípios básicos de esporte para todos e acrescenta dimensões pouco presentes na versão anterior, como a igualdade de gênero, a não discriminação e a inclusão. Além disso, reforça ainda mais o direito ao esporte para as pessoas com deficiência e a importância de profissionais qualificados para atuarem na área (UNESCO, 2015).

Embora os marcos normativos surjam com a Constituição de 1988, seus desdobramentos em ações, projetos e programas de acesso das pessoas com deficiência ao esporte só ocorrem posteriormente, após a criação do Ministério do Esporte e, principalmente, com a vinda dos megaeventos esportivos ao Brasil. Este cenário, despertou o interesse em compreender como a gestão do esporte para as pessoas com deficiência se estruturava no estado de São Paulo. A princípio, a proposta era a partir da pesquisa documental e de formulários eletrônicos consecutivos com gestores dos 56 municípios contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) no estado de São Paulo compreender a organização e gestão do esporte para as pessoas com deficiência. No entanto, devido à dificuldade de acessar essas secretarias municipais e a burocracia para se obter as autorizações necessárias optou-se por realizar o mapeamento por meio de documentos públicos, como é o caso das cartas-propostas dos CIEs, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Esporte, que resultou também no Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Esporte (2016). Estes documentos deram subsídios para compreender a gestão esportiva, somadas as entrevistas com os gestores estaduais e do Comitê Paralímpicos, juntamente com as entrevistas com gestores locais dos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí.

III - MATERIAIS E MÉTODOS

1. Ética na Pesquisa

Durante todo o estudo desde sua definição e apresentação aos participantes até a preparação do campo e análise dos dados a pesquisadora esteve comprometida e implicada com o desenvolvimento de relações interpessoais pautadas pelo respeito às pessoas, seus pontos de vista e visões de mundo, postura ética que independe da apresentação do projeto a comissões de ética. Este estudo foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, apenas após o seu parecer positivo foi iniciada a pesquisa de campo. O parecer positivo foi obtido no dia 07 de julho de 2017 sob o número: 2.162.952, após readequação do projeto devido às dificuldades de se acessar os municípios o segundo parecer foi obtido no dia 30 de julho de 2018 sob o número 2.789.818.

Todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1), no qual ficaram cientes que a participação era voluntária, anônima e passível de interrupção em qualquer momento.

2. Local e Participantes

A pesquisa documental utilizou documentos oficiais que abordam as políticas de esporte e atividade física e os direitos da pessoa com deficiência. Assim como as cartas-propostas dos municípios do estado de São Paulo contemplados para receber os Centros de Iniciação Esportivas (CIEs) em 10 de dezembro de 2013.

A pesquisa de campo se desenvolveu na cidade de São Paulo, por meio de entrevistas com os gestores da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Estadual de Esportes e do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Na segunda etapa da pesquisa de campo foram entrevistados os gestores de três municípios (Barueri, Campinas e Jundiaí), a escolha se deu pelo fato de serem municípios contemplados com os CIEs, por possuírem estruturas esportivas inauguradas recentemente e/ou programas físico-esportivos para pessoas com deficiência e, principalmente, por fornecerem abertura para o desenvolvimento da pesquisa e autorizarem o acompanhamento de algumas de suas atividades.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o estudo foram realizadas pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com gestores ou representantes da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria Estadual de Esportes e com o Comitê Paralímpico Brasileiro. Com base nessas informações foram entrevistados os gestores das cidades de Barueri, Campinas e Jundiaí, a fim de compreender experiências locais, a partir, dos discursos dos gestores.

3.1 Pesquisa Documental

Na pesquisa documental foram levantados os documentos que tratam das políticas públicas e programas voltados para as pessoas com deficiência e aqueles que abordam as práticas físico-esportivas: Política Nacional do Esporte (2005), Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (2015), Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite (2011), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº13.146 (2015), assim como dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério do Esporte que resultou no relatório Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Esporte (2016), que aborda a organização e gestão esportiva no país. Além desses documentos foram consultados os relatórios das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (2004, 2006, 2010) e das Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006, 2008, 2012, 2016).

Os documentos citados deram suporte para a discussão relacionada ao direito das pessoas com deficiência ao esporte, principalmente em âmbito nacional. A aproximação com o estado de São Paulo, objeto deste estudo, se deu por meio da análise das 56 Cartas-propostas dos municípios que foram contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) no estado, e de informações disponíveis no sítio eletrônico desses municípios, assim como, de dados que foram obtidos por intermédio do Comitê Paralímpico.

A partir das informações das Paralimpíadas Escolares e do Circuito Caixa Regional São Paulo realizadas nos últimos 3 anos (2016, 2017 e 20148) foi possível compreender como essas competições para pessoas com deficiência são estruturadas. A

partir da análise foi possível compreender quais os municípios que mais possuem paratletas em tais competições, as características sociodemográficas dos participantes como sexo, idade e deficiência, assim como quais as modalidades esportivas a que se vinculam e, portanto, são mais praticadas no estado.

Segundo Markezan (2009) documentos oficiais, representam fontes de reflexão sobre o sujeito discursivo (pessoa com deficiência, suas necessidades e direitos), que têm existência em um espaço social e ideológico, num determinado momento da história, sendo que a “identidade dos sujeitos é definida/produzida por meio dos aparatos discursivos institucionais – a legislação” (MARQUEZAN, 2009, p.29). “A voz dele revela o lugar social de onde ele significa e expressa um conjunto de outras vozes componentes da mesma realidade social” (MARQUEZAN, 2009, p.32). Como expresso pelo autor com base nos documentos levantados sobre o tema foi possível compreender o cenário atual no qual as políticas e programas são constituídos e a identidade destes sujeitos.

Os documentos levantados foram analisados buscando conhecer as temáticas de relevância para o estudo, bem como, a fundamentação teórica das propostas que preconizam. Os dados relacionados aos programas físico-esportivos municipais e suas principais características também foram esquematizados em forma de quadros e tabelas.

3.2 Entrevista Semiestruturada

Na entrevista semiestruturada o roteiro tem como função principal auxiliar o pesquisador a conduzir a entrevista para o objetivo pretendido, mas pode também, segundo Meletti (2003) 1. ser um elemento que auxilia o pesquisador a se organizar antes e no momento da entrevista; 2. ser um elemento que auxilia, indiretamente, o entrevistado a fornecer a informação de forma mais precisa e com maior facilidade.

Neste sentido, o roteiro de entrevista utilizado foi construído de acordo com a literatura e com informações prévias obtidas durante a pesquisa documental no que se refere à prática físico-esportiva e às pessoas com deficiência no estado de São Paulo. Os roteiros permitiram a flexibilidade nas conversas e a absorção de novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância, servindo assim, como orientação ao pesquisador para as interlocuções (MINAYO, 2010).

Foram entrevistados 10 gestores entre agosto/2017 e junho/2019, com entrevistas variando entre 1h16 minutos e 2h23 minutos de duração. Para a

compreensão do tema proposto considerou-se relevante entrevistas com os gestores da Secretaria Estadual de Esporte e da Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, visto que elas dialogam tanto com a esfera Federal como Municipal, o que trouxe subsídios para a reflexão sobre como as políticas são pensadas, estruturadas e implementadas. Também foi realizada entrevista com representante do Comitê Paralímpico Brasileiro devido à importância da sua atuação na área.

Após a pesquisa documental e a realização das entrevistas foram selecionados os municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí, como experiências locais na realização de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência no esporte. Os gestores desses espaços foram entrevistados para a maior compreensão da organização e do trabalho desenvolvido. Estes municípios foram selecionados, primeiramente, por se disponibilizarem em contribuir com o estudo. Em segundo lugar, por possuírem diferentes características e formas de gestão esportiva para pessoas com deficiências, o que foi considerado positivo para o desenvolvimento da pesquisa.

3.2.1. Roteiro de entrevista semiestruturada

Durante a elaboração do roteiro buscou-se redigir as perguntas de forma simples e direta, evitando-se termos técnicos, palavras e frases não específicas ou vagas, assim como perguntas tendenciosas. Evitou-se a utilização de perguntas longas que exigissem alto grau de memorização do participante e foram usados termos de fácil compreensão, blocos temáticos para a organização das perguntas e a ordenação sequencial das mesmas partindo das perguntas mais fáceis para as mais difíceis, no que se refere ao aspecto cognitivo e emocional de forma a facilitar a compreensão do entrevistado (MELETTI, 2003). Em anexo, seguem os roteiros de entrevistas semiestruturadas com gestores (ANEXO 2).

As entrevistas foram transcritas na íntegra e o seu conteúdo organizado em falas respeitando-se a ordem do diálogo e dos assuntos abordados. Entre elas foram destacadas as falas de interesse para o estudo com o objetivo de se identificar os temas dominantes, que foram subdivididos em subtemas e, quando necessário, em categorias e subcategorias, de forma a agrupar falas de conteúdo homogêneo facilitando a análise e interpretação dos dados. Este procedimento de organização e exploração dos dados foi realizado nas transcrições de cada entrevistado, sendo assim, cada um obteve seus próprios temas e categorias de acordo com suas perspectivas e pontos de vista

(MELETTI, 2003). Com isto buscou-se compreender as perspectivas dos gestores, os elementos que perpassam o seu trabalho e as diretrizes com relação às pessoas com deficiência e à prática físico-esportiva. Foram criadas dez categorias: 1. Contexto histórico, político, econômico e social, 2. Paralimpíadas: mídia e visibilidade, 3. Organização da gestão esportiva, 4. Articulação e parcerias, 5. Infraestrutura, 6. Dimensões do esporte, 7. Políticas públicas de esporte, 8. Dimensões do esporte, 9. Direito da pessoa com deficiência ao esporte, 10. Pessoa com deficiência, família e redes de suporte.

IV- MARCOS NORMATIVOS DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PRÁTICAS FÍSICO-ESPORTIVOS E DE LAZER

Os problemas vivenciados pelas pessoas com deficiência têm adquirido maior visibilidade na sociedade, sendo considerados hoje como uma questão de direitos humanos. Embora as conquistas ocorram a passos lentos, um grande avanço tem sido obtido desde a década de 1970 com a mobilização das pessoas com deficiência em torno dos seus direitos. Como discutido, a Constituição de 1988 se apresenta como um marco importante no que se refere ao esporte como direito e ao direito das pessoas com deficiência. Contudo, outros documentos em âmbito internacional e nacional são relevantes para a compreensão da temática. Entre eles: o Manifesto da Mundial da Educação Física (1970) e a versão atual do Manifesto Mundial da Educação Física (2000), a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte (1978) e a nova versão a Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (2015), ambas produzidas pela UNESCO, a Política Nacional do Esporte (2005), a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (2011) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Soma-se a esses documentos os relatórios produzidos durante as I, II e III Conferência Nacional de Esporte (2004, 2006 e 2010) e da I, II, III e IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoas com Deficiência (2006, 2008, 2012 e 2016).

A primeira versão do **Manifesto Mundial da Educação Física** foi elaborada pela Fédération Internationale d' Education Physique (FIEP) no final da década de 1960 e lançado em 1970.

A FIEP é o organismo internacional mais antigo na área da Educação Física, suas ações conceituaram e nortearam o campo do conhecimento. A versão mais recente do Manifesto Mundial da Educação Física foi lançada em 2000 e teve como coordenador e redator o Prof. Manoel Tubino, que também atuou no final da década de 1980 durante a elaboração da Comissão pela Reformulação do Esporte que contribuiu para a formulação da Constituição de 1988. No que diz respeito às pessoas com deficiência o Manifesto Mundial da Educação Física (2000) no Capítulo XV – “A Educação Física para pessoas com necessidades especiais”. Afirma que:

Art. 17- A Educação Física, ao ser reconhecida como meio eficaz de equilíbrio e melhoria em diversas situações, quando oferecida a pessoas com necessidades especiais, deverá ser cuidadosamente adaptada às características de cada caso. (FIEP, 2000, p.38)

A **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte** de 1978 foi revista pela UNESCO e resultou na **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (2015)** a qual incorporou conceitos atuais relacionados ao direito ao esporte, a prática de atividades física, a sustentabilidade, o desenvolvimento para a paz, entre outros. No Quadro 2 é apresentado o comparativo entre as versões das cartas.

Ambas as Cartas afirmam o direito de todos à educação física, à atividade física e ao esporte. No entanto, a nova versão não utiliza mais o termo “pessoa portadora de deficiência” e detalha em outros tópicos como devem ser norteadas tais ações.

Oportunidades inclusivas, assistivas e seguras para a participação na educação física, na atividade física e no esporte devem ser disponibilizadas a todos os seres humanos, em especial crianças de idade pré-escolar, pessoas idosas, pessoas com deficiência e povos indígenas. (UNESCO, 2015, p.2)

Devem ser disponibilizados e mantidos espaços, instalações, equipamentos e vestiários, adequados e seguros, para atender às necessidades dos participantes da educação física, da atividade física e do esporte, levando em consideração as diferentes necessidades associadas às condições climáticas e culturais, assim como às questões de gênero, idade e deficiência. (UNESCO, 2015, p.7)

Iniciativas que promovam o esporte para o desenvolvimento e a paz devem ser inclusivas, levando em consideração questões de cultura, gênero, idade e deficiência, e contendo mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação. Elas devem estimular a apropriação local dos projetos e incorporar os mesmos princípios de sustentabilidade e integridade das outras iniciativas de educação física, atividade física e esporte. (UNESCO, 2015, p.10)

Quadro 2. Cartas Internacionais da Educação Física e Esporte - UNESCO 1978 e 2015

Carta Internacional da Educação Física e do Esporte (1978)	Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (2015)
Artigo 1. A prática da educação física e do esporte é um direito fundamental de todos.	Artigo 1. A prática da educação física, da atividade física e do esporte é um direito fundamental de todos.
Artigo 2. A educação física e o esporte constituem um elemento essencial da educação ao longo da vida no sistema educacional como um todo.	Artigo 2. A educação física, a atividade física e o esporte podem proporcionar uma ampla gama de benefícios às pessoas, às comunidades e à sociedade em geral.
Artigo 3. Os programas de educação física e de esporte devem satisfazer as necessidades individuais e sociais.	Artigo 3. Todas as partes interessadas devem participar da criação de uma visão estratégica que identifique as opções e as prioridades políticas.
Artigo 4. O ensino, o treinamento e a gestão da educação física e do esporte devem ser realizados por pessoal qualificado.	Artigo 4. Os programas de educação física, atividade física e esporte devem estimular a participação ao longo da vida.
Artigo 5. Equipamentos e instalações adequadas são essenciais para a educação física e o esporte.	Artigo 5. Todas as partes interessadas devem assegurar que suas atividades sejam sustentáveis, nos planos econômico, social e ambiental.
Artigo 6. Pesquisa e avaliação são componentes indispensáveis para o desenvolvimento da educação física e do esporte.	Artigo 6. A pesquisa, as evidências e a avaliação são aspectos indispensáveis para o desenvolvimento da educação física, da atividade física e do esporte.
Artigo 7. Informações e documentação auxiliam na promoção da educação física e do esporte.	Artigo 7. O ensino, o treinamento e a administração da educação física, da atividade física e do esporte devem ser realizados por pessoal qualificado.
Artigo 8. Os meios de comunicação de massa devem exercer uma influência positiva sobre a educação física e o esporte	Artigo 8. Espaços, instalações e equipamentos adequados e seguros são indispensáveis para a prática da educação física, da atividade física e do esporte de qualidade.
Artigo 9. Instituições nacionais desempenham um papel fundamental na educação física e no esporte.	Artigo 9. Segurança e gestão de risco são condições necessárias para uma oferta de qualidade.
Artigo 10. A cooperação internacional é um pré-requisito para a promoção universal e equilibrada da educação física e do esporte	Artigo 10. A proteção e a promoção da integridade e de valores éticos da educação física, da atividade física e do esporte devem ser uma preocupação constante para todos.
	Artigo 11. A educação física, a atividade física e o esporte podem desempenhar um papel importante na realização de objetivos relacionados ao desenvolvimento, à paz e a situações de pós-conflito ou pós-desastre.
	Artigo 12. A cooperação internacional é um pré-requisito para ampliar o alcance e os efeitos da educação física, da atividade física e do esporte.

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos supracitados.

A **Política Nacional do Esporte** tem como princípio o esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado, assim como consta no artigo 217 da Emenda Constitucional Nº 45/2004, entre outros princípios da Política estão a: reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; a universalidade e inclusão social e democratização da gestão esportiva e da participação popular (BRASIL, 2005). A Política defende o esporte e lazer como forma de promoção da saúde, inclusão social, desenvolvimento humano e de identidade cultural por meio de uma gestão democrática e participativa.

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano - **Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas** (2017) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi o primeiro relatório em nível mundial sobre o tema. Isso se deve a importância da década do esporte no Brasil que se iniciou com a realização dos Jogos Pan-Americanos (2007) e terminou com os Jogos Rio (2016), o documento reforça que essa deve ser uma pauta permanente ao reconhecer o “valor intrínseco da prática de atividades físicas e esportivas, bem como a relação positiva entre as mesmas e a saúde, a sociabilidade, a cognição, a produtividade e a qualidade de vida como um todo [...]” (PNUD, 2017, p.17). Segundo o Relatório a participação das pessoas com deficiência em atividades físicas e esportivas (AFEs) está deprimida visto que:

Os dados mostram que o índice de prática desse grupo está entre os mais baixos de todos os conjuntos de pessoas analisados. Dificuldades de acesso a espaços adequados, bem como a falta de clareza da população em geral sobre as possibilidades e necessidades dessas pessoas no que diz respeito às AFEs, dificultam fortemente o vínculo desse coletivo com esse universo. (PNUD, 2017, p. 127)

A **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência** aborda algumas ações que devem ser asseguradas pelos Estados Partes para que as pessoas com deficiência desfrutem de atividades culturais, recreacionais, de lazer e esportivas em igualdade de oportunidades com as demais, entre elas estão: incentivar e promover a maior participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas; assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências, além de, prover instrução, treinamento e recursos adequados às pessoas com deficiência; assegurar que estas tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e

turísticos; que as crianças com deficiência possam participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar; e que as pessoas com deficiência tenham acesso às atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer (BRASIL, 2007). Neste sentido, a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** vai ao encontro das propostas da Convenção, reafirmando a participação das pessoas com deficiência nas práticas físico-esportivas em seus diversos âmbitos. O Capítulo IX – “Do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer” define o número de vagas que devem ser reservadas às [pessoas] cadeirantes, demais pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, incluindo os obesos, de acordo com o número de lugares disponíveis nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculo de conferências e similares. A Lei ainda destaca que estes espaços e assentos reservados devem estar distribuídos pelo recinto, devem ter boa visibilidade e estar próximo a corredores sinalizados evitando-se áreas segregadas de público e a obstrução das saídas, conforme as normas de acessibilidade (BRASIL, 2015).

Outro documento importante para se compreender os princípios e propostas relacionados à participação das pessoas com deficiência em atividades físico-esportivas é o **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limite**, lançado em 2011 e composto por quatro eixos: 1. Acesso à educação; 2. Inclusão Social; 3. Acessibilidade e 4. Saúde. Embora não aborde diretamente a questão do esporte, no eixo sobre acessibilidade há o Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, que disponibiliza recursos para universidades, institutos de pesquisa e empresas para o desenvolvimento de produtos, práticas, serviços e métodos, que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência. O Programa possui duas linhas: inovação em tecnologia assistiva e desenvolvimento de equipamentos de treinamento e prática de esportes paralímpicos (BRASIL, 2013a). O Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva demonstra preocupação com o aumento de alternativas para articular as pessoas com deficiência e a possibilidade de desenvolvimento e ampliação da prática físico-esportiva, em grande parte, devido à realização de grandes eventos esportivos no Brasil, em especial as Paralimpíadas de 2016. No Quadro 3 estão sintetizados os principais documentos que abordam o direito ao esporte pelas pessoas com deficiência.

Quadro 3. Documentos relacionados ao esporte e aos direitos das pessoas com deficiência, no período entre 2005 e 2015.

(continua)

Política Nacional de Esporte (2005)	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)
<ul style="list-style-type: none"> - Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira. - Promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerentes. - Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer. - Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos. - Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paratletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva. 	<p>Artigo 30 – “Participação da vida cultural e em recreação, lazer e esporte” – aponta a necessidade de incentivar e promover a maior participação das pessoas com deficiência ao assegurar a oportunidade de organizar, desenvolver e participar de atividades esportivas, recreativas, turísticas e de lazer. Contudo, salienta ser essencial assegurar a acessibilidade aos locais e prover instrução, treinamento e recursos adequados aos profissionais. Com relação as crianças com deficiência, estas devem participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar (BRASIL, 2007).</p>
Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte – UNESCO 2015	Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites (2011)
<p>A Carta é a versão revisada e atualizada da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte de 1978. A nova Carta aborda a importância do conceito de atividade física como aliada fundamental na promoção de estilos de vida saudáveis; prega, entre outras recomendações, a necessidade de mais investimentos em políticas públicas de esporte e na educação física escolar; e reforça ainda mais o direito ao esporte para as pessoas com deficiência e a importância de profissionais qualificados na área.</p>	<p>O Plano é composto por quatro eixos: 1. Acesso à educação; 2. Inclusão Social; 3. Acessibilidade e 4. Saúde. Embora não aborde diretamente a questão do esporte, no eixo sobre acessibilidade há o Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva que possui duas linhas: 1. Inovação em tecnologia assistiva e 2. Desenvolvimento de equipamentos de treinamento e prática de esportes paralímpicos (BRASIL, 2013a).</p>
Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano - Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas (2017)	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015)
<ul style="list-style-type: none"> 1. As AFEs são um vetor de desenvolvimento humano. 2. As políticas de promoção de AFEs e as estratégias para aumentar e qualificar a adesão devem ser elaboradas e implementadas na perspectiva do direito ao acesso às AFEs 3. O quadro de iniquidade no acesso às AFEs existente no Brasil deve ensejar a adoção de 	<p>Capítulo IX- “Do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer” reafirma o disposto na Convenção e define o número de vagas que devem ser reservadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, segundo o número de lugares disponíveis em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculo, conferências e similares. Evitando-se áreas</p>

<p>medidas que aumentem e qualifiquem a adesão às AFEs, especialmente nos grupos menos favorecidos.</p> <p>4. É preciso ampliar a compreensão do papel das AFEs como ferramenta para melhorar a saúde</p> <p>5. As escolas precisam transformar-se em Escolas Ativas</p> <p>6. É necessária uma nova visão para o Sistema Nacional do Esporte que invista na melhora das condições para que todas as pessoas possam praticar, sempre e quando essa seja a sua escolha.</p>	<p>segregadas e obstrução de saídas, conforme as normas de acessibilidade (BRASIL, 2015).</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos supracitados.

A estruturação da política esportiva, após 2003, perpassa as Conferências Nacionais de Esporte onde primeiramente foi discutido o esporte como direito e a construção do Sistema Nacional de Esporte e, posteriormente, ações pautadas na realização dos megaeventos esportivos que resultou em alguns dos programas mencionados. Com relação às Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observa-se o mesmo movimento, o esporte que nem era discutido nesse espaço começa a fazer parte influenciado por este contexto. Por um lado, a abrangência das discussões é positiva ao passo que há o reconhecimento do esporte como direito das pessoas com deficiência e abertura para ações intersetoriais articuladas em diversas esferas da gestão pública e com participação da sociedade civil, por outro lado, a agenda política focada nos megaeventos esportivos direciona e limita as discussões. No Quadro 4 são apresentados os principais eixos de discussões das Conferências Nacionais de Esporte e para as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Quadro 4. Eixos de discussão para as Conferências Nacionais de Esporte e para as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Conferências Nacionais de Esporte		Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência	
I (2004)	Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano	I (2006)	Acessibilidade: você também tem compromisso
1. Esporte e Alto Rendimento 2. Esporte Educacional 3. Futebol 4. Esporte, Lazer e Qualidade de Vida 5. Direito ao Esporte e ao Lazer 6. Esporte, Economia e Negócios 7. Esporte, Administração e Legislação 8. Esporte e Conhecimento		1. Condições Gerais de Implementação da Acessibilidade 2. Implementação da Acessibilidade Arquitetônica, Urbanística e Transporte 3. Da acessibilidade à informação, à comunicação e ajudas técnicas	
II (2006)	Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer	II (2008)	Inclusão, participação e desenvolvimento: Um novo jeito de avançar
1. Estrutura: organização, agentes e competências 2. Recursos humanos e formação 3. Gestão e controle social 4. Financiamento		1. Saúde e Reabilitação 2. Trabalho e Educação 3. Acessibilidade	
III (2010)	Plano Decenal do Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais.	III (2012)	Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: novas perspectivas e desafios
1. Sistema Nacional de Esporte e Lazer 2. Formação e Valorização profissional 3. Esporte, Lazer e Educação 4. Esporte, Saúde e Qualidade de vida 5. Ciência, Tecnologia e Inovação 6. Esporte de Alto Rendimento 7. Futebol 8. Financiamento do Esporte 9. Infraestrutura esportiva 10. Esporte e Economia		1. Educação 2. Esporte, Cultura e Lazer 3. Trabalho e Reabilitação Profissional 4. Acessibilidade 5. Comunicação 6. Transporte e Moradia 7. Saúde e Prevenção, Reabilitação, Órtese e Prótese 8. Segurança e Acesso à Justiça 9. Padrão de Vida e Proteção Social	
		IV (2016)	Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos
Não houve Conferência		1. Gênero, raça e etnia, diversidade sexual e geracional 2. Órgãos gestores e instâncias de participação social 3. A interação entre os poderes e os entes federados	

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos supracitados.

Na I Conferência Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência, em 2006, o acesso ao esporte como um direito social foi citado em diversos momentos, porém,

durante a Conferência não houve discussão sobre o assunto como foi levantado por Luiz Cláudio Alves, participante da Conferência.

Eu sou oriundo do movimento de luta já desde o ano de 1980, mas fiz uma opção política no sentido de que o esporte para a pessoa portadora de deficiência deveria ser a vitrine para traduzir a potencialidade e fazer com que as nossas questões avançassem. Portanto, nós temos conseguido fazer isso nas Paralimpíadas e nas Olimpíadas. No ano que vem serão realizados os Jogos Pan-americanos e, lamentavelmente, nós não tivemos aqui nenhum painel sobre o esporte e a pessoa portadora de deficiência. Lamento que nós não estejamos utilizando esse instrumento, o esporte, que é muito importante. Já que o esporte é uma coisa que tem uma visibilidade muito grande [...]. Eu queria, portanto, fazer um registro da falta que o esporte está fazendo nessa discussão. [...] Eu estive agora na Conferência Nacional do Esporte e ouvi de algumas pessoas portadoras de deficiência que não seria necessário participarmos da Conferência Nacional do Esporte, porque nós vamos ter o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, como se nós não tivéssemos que participar dessas outras questões, como por exemplo, na área do esporte, educação e saúde. (BRASIL, 2006a, p.185)

Na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2008, novamente o esporte não é discutido como uma temática, no entanto, os participantes presentes propuseram uma moção de reivindicação pelo esporte adaptado que reuniu 59 assinaturas.

Tendo em vista a importância do esporte adaptado em nosso país, propomos: mais incentivo; organização de eventos de esporte adaptado; divulgação na mídia; centros esportivos adaptados e centros de lazer; palestras e debates sobre a inclusão esportiva em escolas, e até no âmbito de conferência nacional; e mais profissionais especializados. (BRASIL, 2008, p.97).

Na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2012, o esporte obteve espaço para debates compondo um dos eixos de discussão, juntamente com a cultura e o lazer. A Conferência ocorreu logo após os Jogos Paralímpicos de Londres, na qual o Brasil conseguiu a 7ª posição do quadro geral de medalhas, seu melhor desempenho desde então. A Paralimpíada seguinte (2016) por ser no Rio de Janeiro contribuiu para o maior espaço de discussão sobre o esporte, tendo inclusive, o então presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew George Parsons, entre os conferencistas. Entre as propostas aprovadas estava:

Criar e fomentar nos três níveis federativos, núcleos de paradesporto, centros de referência paraolímpica e surdolímpica, valorizando e

fomentando a utilização dos espaços públicos e de instituições de ensino e institutos federais já existentes no Brasil e outras, para o desenvolvimento de ações que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência (crianças, jovens, adultos e idosos), tendo a preocupação da universalização das estruturas físicas nas ações paradesportivas, garantindo a contratação, capacitação e formação continuada de profissional especializado para execução do treinamento das práticas paradesportivas. (BRASIL, 2013b, p.40).

Entre outras propostas também foram consideradas a garantia de igualdade nas premiações de paratletas e surdoatletas e a maior abrangência na transmissão em canal aberto das Paralimpíadas e Surdolimpíadas, com legenda em janela de LIBRAS. Também foi aprovada a criação de dois fundos ligados ao esporte nas três esferas, com gestão dos conselhos de pessoas com deficiência (BRASIL, 2013b, p.40):

1. Fundo permanente de apoio financeiro aos paratletas, surdoatletas e profissionais especializados, contemplando treinamento e competições;

2. Fundo permanente de apoio financeiro para promover o acesso das pessoas com deficiência para a prática de atividades paradesportivas, recreativas e de lazer.

Na IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2016, a transversalidade foi tema central das propostas e ações estratégicas, sendo entendida também como necessária nas estruturas governamentais. Outros pontos discutidos foram as parcerias com o setor privado e as universidades, além da necessidade de se construir Centros Esportivos e de Lazer que contemplem o esporte adaptado.

Construir espaços ou Centros Esportivos e de Lazer e estimular práticas de esporte adaptado e treino funcional, na perspectiva da equidade, desenvolvendo programas em parceria com faculdades, universidades e buscar patrocínios ofertando parcerias públicas e privadas que garantam as práticas desportivas adaptadas. (BRASIL, 2016a, p.19).

Incentivar os municípios para o fomento ao esporte paraolímpico incentivando parcerias de instituições esportivas paraolímpicas com o setor privado para investimento na pessoa com deficiência. (BRASIL, 2016a, p.19).

Ao longo das Conferências Nacionais de Esporte também foi sugerido o incentivo à aproximação dos municípios com a iniciativa privada para o desenvolvimento do esporte paralímpico, como discutido na IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Como já apresentado, até 2006 as políticas de esportes apresentavam como cerne o acesso ao esporte como direito social, por meio da

estruturação da política no setor e de mecanismos de descentralização da gestão e participação social como é o caso dos conselhos e conferências. Contudo, com a consolidação da agenda de megaeventos esportivos observou-se “a tentativa de desobrigação do Estado da garantia dos direitos sociais, como verificado na criação da Lei de Incentivo ao Esporte e no debate da III CNE [...]” (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015, p.75).

A I e a II CNE deram visibilidade à um grupo político contra hegemônico que conquistou força política para se colocar legalmente contra a visão conservadora do esporte. Contudo, este grupo não teve forças para que essas conquistas se concretizassem de fato nas políticas públicas, deste modo, a agenda política continuou sendo influenciada pelos mesmos grupos que historicamente privilegiam o esporte de alto rendimento (CASTELAN, 2010).

A partir da I e da II CNE foi possível afirmar que não existe um modelo social e político que reconheça o esporte e o lazer como direitos sociais, apenas um discurso falacioso que entende os mesmos como funcionais e remediadores de problemas sociais. As “Conferências” se configuraram como forma de descentralização das discussões acerca das políticas públicas, no entanto, na prática ocorreu a centralização na tomada de decisões. (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015, p.74).

Durante a III Conferência estas questões ficaram mais evidentes, a participação da sociedade civil ficou limitada a discussões pautadas nos megaeventos esportivos sob o tema “Plano Decenal do Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, sem de fato ter o poder de decisão. Assim é observado o esvaziamento desses espaços de participação nas políticas públicas, servindo apenas para reafirmarem a agenda governamental.

V - ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL: A REDE NACIONAL DE TREINAMENTO E OS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE

A Rede Nacional de Treinamento (RNT) é o principal projeto de legado dos Jogos Rio 2016 para a infraestrutura do esporte brasileiro ao interligar instalações esportivas existentes ou em construção no Brasil. Criada pela Lei Federal 12.395 de março de 2011 a Rede Nacional de Treinamento tem como objetivo interligar as diferentes estruturas esportivas; disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir o conhecimento esportivo; detectar, desenvolver e aprimorar talentos; preparar atletas da base ao alto rendimento; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta (Figura 1). (BRASIL, 2016c).

A rede possui uma estrutura piramidal, tendo na sua base os programas sociais de iniciação esportiva e como ápice os centros especializados de treinamentos e os atletas de alto rendimento. No nível intermediário da pirâmide, estão os centros locais e regionais de treinamento formados pelos “talentos” selecionados nos programas de iniciação. Desse modo, a RNT se organiza segundo o mesmo modelo esportivo vigente no país desde o período da ditadura militar, isto é, prevalece a ideia da pirâmide esportiva. A diferença é que naquele momento a base da pirâmide era a Educação Física escolar e atualmente são os programas sociais. (PNUD, 2017, p. 276)

Na base da pirâmide estão os clubes e programas sociais como o Segundo Tempo, Mais Educação, Forças no Esporte, Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Programa Atleta na Escola, cujo objetivo é promover a iniciação esportiva para crianças e jovens. Ao passo que potenciais talentos esportivos são identificados, estas pessoas são direcionadas aos CIEs, unidades militares, clubes, Sistema S, para então acessar os centros regionais e nacionais de treinamento e os centros olímpicos de treinamento.

Figura 1. Organização da Rede Nacional de Treinamento



Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2016c)

Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), o Governo Federal lançou os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs), que pretendem incentivar a iniciação esportiva e o esporte de rendimento por meio da adequada infraestrutura esportiva. O projeto dos CIEs inclui acessibilidade arquitetônica e prevê a realização de modalidades esportivas adaptadas, ao todo foram destinados R\$ 967 milhões do Orçamento Geral da União. Em fevereiro de 2013, foi lançado o edital que recebeu 566 propostas apresentadas por 439 municípios, destas, 285 unidades foram selecionadas em 263 municípios de todo país. Seriam 22 unidades (8%) na Região Centro-Oeste, 28 (10%) na Região Norte, 38 (13%) na Região Sul, 82 (29%) na região Nordeste e 115 (40%) na Região Sudeste (BRASIL, 2016b). Há três modelos de CIE que diferem em tamanho e infraestrutura ofertada, das 285 unidades: 168 são módulos 3 (com custo total R\$ 608 milhões), 74 são módulos 2 (com custo total R\$ 230 milhões) e 43 são módulos 1 (com custo total R\$ 128 milhões) (BRASIL, 2016b).

Os CIEs surgem da necessidade de disseminar pelo país infraestrutura adequada à prática esportiva, devido aos megaeventos e a consequente formação de atletas. Porém, das unidades propostas (Figura 2) poucas foram inauguradas até o momento.

Figura 2. Distribuição da Rede de Treinamento no Brasil



Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2016c)

Por sua proposta de fomentar a iniciação ao esporte, sua distribuição geográfica, estrutura que contempla diversas práticas esportivas e por sua acessibilidade arquitetônica, considera-se os CIEs equipamentos relevantes para incentivar pessoas com deficiência à prática esportiva. Portanto, o recorte por meio dos CIEs se torna central para o desenvolvimento da pesquisa. Afinal,

[...] ganham importância os estudos das políticas públicas, os quais devem abarcar desde os motivos que justificam determinada intervenção, seu planejamento, os atores envolvidos, a normatização necessária, o financiamento, até a avaliação de seus efeitos e possíveis impactos. (PNUD, 2017, p. 304)

Para a compreensão dos programas físico-esportivos para as pessoas com deficiência, objeto deste estudo, buscou-se levantar os principais documentos e programas para contextualizar o cenário dessas políticas. Avaliou-se que por suas características, os CIEs são infraestruturas relevantes para a implementação de ações, projetos e programas para as pessoas com deficiência, portanto, optou-se como recorte para analisar o estado de São Paulo os 56 municípios contemplados em suas cartas-propostas para receber os CIEs.

Perfil dos municípios contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs)

Como informado anteriormente, os 56 municípios contemplados com os CIEs no estado de São Paulo foram objetos de análise por meio das cartas-propostas e dos portais eletrônicos das respectivas prefeituras.

No Quadro 5 os municípios estão descritos conforme a população residente, população com deficiência (total e porcentual), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), modelo de CIE e Região esportiva, afim de caracterizar o conjunto de municípios que foram estudados.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Sendo de 0 a 0,499 - Muito baixo, de 0,500 a 0,599 - Baixo, de 0,600 a 0,699 - Médio de 0,700 a 0,799 Alto e de 0,800 a 1 - Muito Alto (PNUD, 2013). Segundo dados de 2010, no Brasil a média do IDHM é 0,727, no estado de São Paulo o IDHM é 0,783 (PNUD, 2013).

Quadro 5. Municípios selecionados, população residente, população com deficiência, IDHM, modelos dos CIE e região esportiva.

(continua)

	Cidade	População	População com deficiência		IDHM	Modelo de CIE	Região Esportiva
			Total	%			
22	Itapevi	200.769	40.490	20,17	0,735	III	1ª Região
8	Cotia	201.150	41.210	20,49	0,780	III (II)*	1ª Região
11	Embu das Artes	240.230	49.983	20,81	0,735	III	1ª Região
28	Mauá	417.064	89.173	21,38	0,766	II (I)*	1ª Região
54	Taboão da Serra	244.528	52.715	21,56	0,769	II	1ª Região
20	Itapeçerica da Serra	152.614	33.005	21,63	0,742	III	1ª Região
9	Cubatão	118.720	25.998	21,90	0,737	Cancelado	1ª Região
3	Barueri	240.749	53.789	22,34	0,786	I	1ª Região

45	São Caetano do Sul	149.263	33.617	22,52	0,862	II	1ª Região
50	São Vicente	332.445	75.410	22,68	0,768	Cancelado	1ª Região
43	Santos	419.400	96.209	22,94	0,840	Cancelado	1ª Região
16	Guarujá	290.752	66.972	23,03	0,751	Cancelado	1ª Região
42	Santo André	676.407	161.568	23,89	0,815	III	1ª Região
10	Diadema	386.089	92.995	24,09	0,757	III (I)*	1ª Região
24	Jandira	108.344	26.243	24,22	0,760	II	1ª Região
49	São Paulo	11.253.503	2.759.004	24,52	0,805	I, II,3(2)* III	1ª Região
7	Carapicuíba	369.584	91.698	24,81	0,749	I	1ª Região
38	Ribeirão Pires	113.068	28.442	25,15	0,784	II	1ª Região
31	Osasco	666.740	168.943	25,34	0,776	III	1ª Região
44	São Bernardo do Campo	765.463	195.008	25,48	0,805	I	1ª Região
36	Praia Grande	262.051	67.532	25,77	0,754	II	1ª Região
14	Francisco Morato	154.472	30.348	19,65	0,703	III	2ª Região
33	Pindamonhangaba	146.995	28.910	19,67	0,773	III	2ª Região
29	Mogi das Cruzes	387.779	80.954	20,88	0,783	III	2ª Região
48	São José dos Campos	629.921	140.835	22,36	0,807	Cancelado	2ª Região
23	Itaquaquecetuba	321.770	72.712	22,60	0,714	II (I)*	2ª Região
35	Poá	106.013	24.400	23,02	0,771	III	2ª Região
15	Franco da Rocha	131.604	30.743	23,36	0,731	II	2ª Região
53	Suzano	262.480	62.330	23,75	0,765	III	2ª Região
12	Ferraz de Vasconcelos	168.306	40.612	24,13	0,738	II	2ª Região
17	Guarulhos	1.221.979	298.094	24,39	0,763	Cancelado	2ª Região
46	São Carlos	221.950	38.808	17,49	0,805	III	3ª Região
34	Piracicaba	364.571	75.217	20,63	0,785	II	3ª Região
4	Bauru	343.937	73.157	21,27	0,801	III	3ª Região
19	Indaiatuba	201.619	39.091	19,39	0,788	II (I)*	4ª Região
1	Americana	210.638	39.742	18,87	0,811	I	4ª Região
40	Santa Bárbara d'Oeste	180.009	34.900	19,39	0,781	III	4ª Região
52	Sumaré	241.311	47.841	19,83	0,762	II	4ª Região
30	Mogi Guaçu	137.245	28.313	20,63	0,774	III	4ª Região
6	Campinas	1.080.113	232.050	21,48	0,805	2 III, 1 (I)*	4ª Região
18	Hortolândia	192.692	42.047	21,82	0,756	III	4ª Região
26	Limeira	276.022	61.166	22,16	0,775	III	4ª Região
25	Jundiaí	370.126	86.292	23,31	0,822	I	4ª Região
13	Franca	318.640	58.992	18,51	0,780	III	5ª Região
39	Ribeirão Preto	604.682	130.182	21,53	0,800	II	5ª Região
47	São José do Rio Preto	408.258	82.204	20,14	0,797	III	6ª Região
2	Araçatuba	181.579	38.603	21,26	0,788	III	6ª Região
5	Birigui	108.728	26.404	24,28	0,780	III	6ª Região
27	Marília	216.745	40.702	18,78	0,798	III	7ª Região
37	Presidente Prudente	207.610	43.936	21,16	0,806	I	7ª Região
32	Ourinhos	103.035	22.231	21,58	0,778	III	7ª Região
41	Santana de Parnaíba	108.813	17.461	16,05	0,814	II	8ª Região
56	Votorantim	108.809	20.927	19,23	0,767	III	8ª Região
21	Itapetininga	144.377	28.260	19,57	0,763	III	8ª Região
55	Tatuí	107.326	22.752	21,20	0,752	II	8ª Região
51	Sorocaba	586.625	126.898	21,63	0,798	II	8ª Região

*Os modelos foram alterados pelos indicados entre parênteses, segundo documento do Governo Federal de março de 2016. Ministério do Esporte (BRASIL, 2016b) - www.esporte.gov.br/cie e IBGE (IBGE, 2014) - www.sidra.ibge.gov.br/, Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017) - <http://www.selj.sp.gov.br/>. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. **Fonte:** Elaborado pela autora.

Conforme apresentado, os 56 municípios contemplados com os CIEs possuem IDHM entre alto e muito alto. Com relação à presença de pessoas com deficiência em cada município esse percentual variou entre 16,05% (Santana do Parnaíba) e 25,77% (Praia Grande). Segundo o censo populacional de 2010 dos 190.755.799 milhões de brasileiros, 45.606.048 milhões (23,9%), possuem alguma deficiência. No estado de São Paulo dos 41.262.199 milhões de habitantes, 9.344.109 (22,7%) tem alguma deficiência (IBGE, 2010).

Os modelos de CIEs são três: o modelo I é composto por ginásio de 2.500m², o modelo II por ginásio mais quadra externa com área total de 3.500m² e o modelo III por ginásio mais pista de atletismo com área total de 7.000m². No estado de São Paulo a maioria das propostas aprovadas são de CIEs modelos II e III. Para compreender melhor a distribuição dessas estruturas optou-se por organizar os dados de acordo com a divisão utilizada para a gestão do esporte, que organiza o estado em 8 regiões esportivas e 14 Diretorias Regionais de Esporte e Lazer (DREL) (Quadro 6).

Quadro 6. Regiões esportivas e Diretorias Regionais de Esporte e Lazer no Estado de São Paulo.

Região Esportiva	Diretorias Regionais de Esporte e Lazer (DREL)	Nº de Municípios
Região 1	DREL da Grande São Paulo DREL de Santos	32 municípios
Região 2	DREL de São José dos Campos	55 municípios
Região 3	DREL de Bauru	70 municípios
Região 4	DREL de Campinas	67 municípios
Região 5	DREL de Ribeirão Preto DREL de Franca DREL de Barretos DREL de Araraquara	86 municípios
Região 6	DREL de São José do Rio Preto DREL de Araçatuba	139 municípios
Região 7	DREL de Presidente Prudente DREL de Marília	112 municípios
Região 8	DREL de Sorocaba	84 municípios

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017) <http://www.selj.sp.gov.br/>

A maioria dos 56 municípios que foi contemplada com os CIEs se concentra nas regiões 1, 2 e 4. Até novembro de 2019, apenas oito CIEs foram inaugurados no estado de São Paulo: Franco da Rocha (junho/2016), Barueri (maio/2018), Santana do Parnaíba (junho/2018), Taboão da Serra (setembro/2018), Itapevi (novembro/2018), Praia Grande (janeiro/2019), Franca e São José do Rio Preto (março/2019) (BRASIL, 2019). Entende-se que ao longo da pesquisa certamente os CIEs não estarão

completamente implementados e em funcionamento, no entanto, compreende-se que a escolha dos municípios contemplados partiu do interesse dos mesmos em elaborar um projeto detalhando suas potencialidades no campo físico-esportivo e de sua consequente candidatura.

Com base nos dados obtidos durante a pesquisa documental e em entrevista com o secretário estadual dos direitos da pessoa com deficiência foram selecionados e convidados a participar da segunda etapa do estudo os municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí, nos quais foi realizada a ida a campo propriamente dita, por meio da entrevista com os gestores locais.

A pesquisa buscou contribuir para a identificação dos programas físico-esportivos existentes no estado de São Paulo, bem como sua organização com relação a equipamentos, parcerias e articulações. Além da identificação de experiências bem-sucedidas que podem ser utilizadas como parâmetros para as discussões de novas proposições.

Análise das cartas-propostas para os CIEs

Foram analisadas as cartas-propostas dos 61 CIEs distribuídos em 56 municípios, conforme listagem inicial divulgada pelo Ministério do Esporte. Porém, oito cartas-propostas não foram localizadas no Portal do Ministério do Esporte, sendo estas as pertencentes à Praia Grande, Barueri, Sumaré e cinco ao município de São Paulo. Complementarmente foram consultados os portais de todas prefeituras.

As cartas-propostas eram compostas por: 1. Dados do município; 2. Dados gerais/Característica do terreno; 3. Dados da Região a ser atendida; e 4. Potencial esportivo. Por fim, traziam mapas, plantas, fotos e documentos do terreno no qual as obras serão executadas. O item que mais detalha o trabalho no município no esporte é o Potencial Esportivo que é descrito em quatro questões abertas: 1. estrutura institucional do esporte; 2. programas desenvolvidos; 3. vocação esportiva; 4. parcerias firmadas no município. Contudo, salienta-se a falta de profundidade dos documentos, que em geral, se limitaram a descrever a participação em campeonatos e atletas de destaque do município. Quando descritos, os programas eram retratados de forma superficial sem detalhar seus objetivos, diretrizes, número de pessoas atendidas, tempo de atuação, impacto social na comunidade, entre outras informações. O mesmo se aplica para as parcerias firmadas, que eram apenas citadas sem explicitar, muitas vezes, o que estabelecem.

Algumas cartas-propostas apresentaram maior relação com as diretrizes e princípios norteadores da Política Nacional de Esporte. Destacando o papel do esporte para a inclusão social, a participação popular, a democratização da gestão esportiva, a descentralização da prática esportiva e da gestão por meio de parcerias como destacado na carta-proposta a seguir:

[...] desenvolvimento de programas e ações que: 1. **promovessem a Inclusão Social**; 2. resgatassem a autoestima de nosso povo, em especial os esportistas; 3. promovessem a **participação organizada dos segmentos sociais** – Ex: Conselam- Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras. [...] definimos as seguintes estratégias de ação: 1. **descentralização e ampliação da oferta de espaços, equipamentos e programas de esportes, lazer e atividades motoras** para a comunidade nos bairros da cidade; 2. **ampliação das parcerias com as instituições do município** (clubes, universidades, faculdades, associações, centros comunitários, Sesi, Sesc, Sest, entre outras); 3. estabelecimento de uma concreta **parceria com todas as demais Secretarias Municipais**, em especial com as mais afinadas com nossa área de atuação, para poder viabilizar as obras e ações planejadas. (Carta-proposta de Piracicaba, grifo nosso)

Discursos do esporte como ferramenta de transformação social em condições de vulnerabilidade social foram frequentes entre as cartas-propostas.

O município vocacionalmente entende e acredita que o Esporte é um importante instrumento de **transformação social**, e que o investimento no ser humano desde sua tenra idade edifica uma pessoa mais feliz, mais educada e mais preparada para a vida. O município, ainda, entende que este Centro tem papel fundamental na transformação da comunidade, principalmente por que será instalado numa região periférica e ampliara a rede de proteção social do município diminuindo a desigualdade entre aqueles que sobrevivem em condições de **vulnerabilidade**. (Carta-proposta de Itapetininga, grifo nosso)

Embora sejam reconhecidos esses valores do esporte, os investimentos no setor não devem ser justificados simplesmente por este viés. O esporte é um direito social e deve ser contemplado em todas as suas dimensões (educacional, participação e rendimento), no entanto, poucas cartas-propostas abordam o esporte de forma clara em todas as suas dimensões e o reconhecem como direito social.

Pesquisas de investigação junto à população (765.463 habitantes, IBGE, 2010) realizadas na última década, com o propósito de subsidiar a implantação de políticas públicas de desenvolvimento

social e de afirmação de **direitos**, demonstram o efetivo interesse, em todas as faixas etárias, pela implantação de ações (programas e projetos) para as áreas de Esporte e Lazer. Tais indicadores apontam surpreendente equiparação de interesse, no mesmo patamar de outros direitos sociais como educação, cultura, saúde, emprego e renda, entre outros. (Carta-proposta de São Bernardo do Campo, grifo nosso)

Garantir a população, em seus vários segmentos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, 3ª idade, mulheres, **pessoas com deficiência**, entre outros), o **direito** a assistir, participar e a praticar atividades esportivas, motoras e de lazer. (Carta-proposta de Piracicaba, grifo nosso)

Com relação ao acesso das pessoas com deficiência ao esporte, como estabelecido nos documentos legislativos, o tema ainda foi pouco abordado nas cartas-propostas. Quando esta população era abordada frequentemente utilizaram nomenclaturas errôneas e as atividades desenvolvidas eram retratadas sob o viés da caridade.

Os títulos obtidos a partir de 2008 em natação e atletismo nos Jogos Abertos do Interior por **francanos portadores de necessidades especiais**, e a classificação destes no ranking nacional, revelam que a cidade busca **incluir nas práticas esportivas mesmo os indivíduos com habilidades reduzidas**. (Carta-proposta de Franca, grifo nosso)

Como abordado nos capítulos iniciais embora hoje as questões das pessoas com deficiência estejam fundamentadas nos direitos, essas diferentes perspectivas são compreensíveis visto que historicamente as ações para as pessoas com deficiência eram baseadas na caridade e na filantropia, desta forma, tais visões ainda prevalecem e coexistem com as novas abordagens.

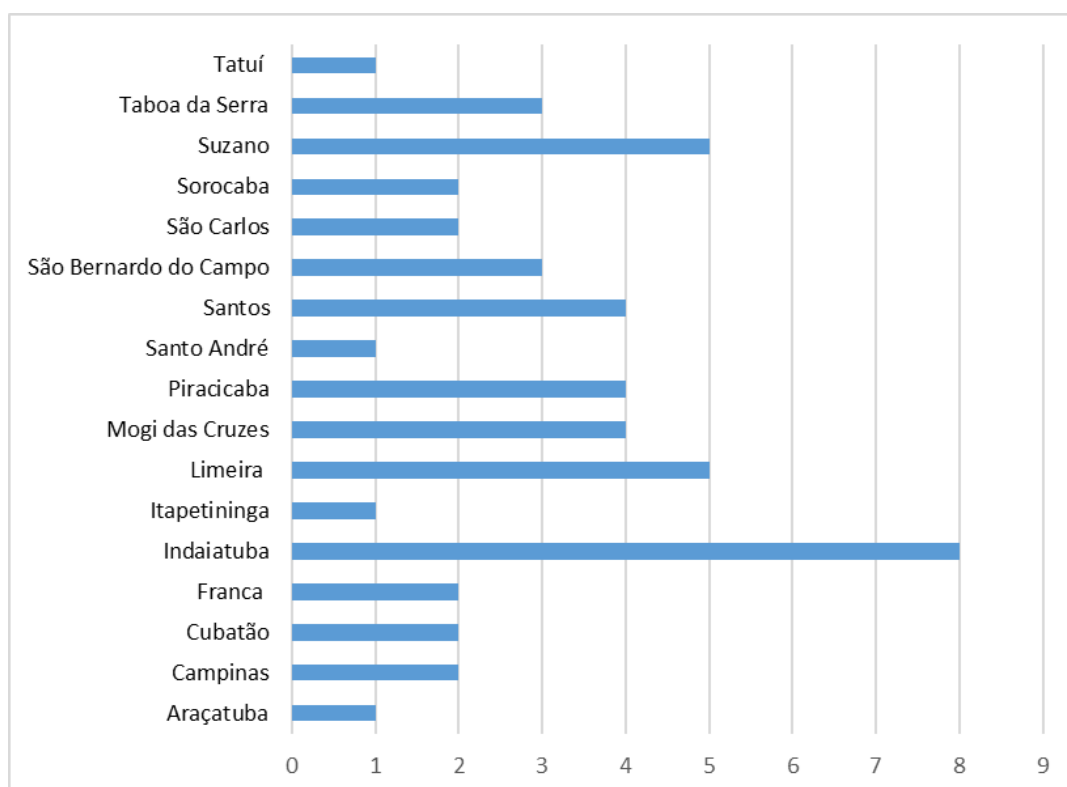
Essas diferentes percepções relacionadas às pessoas com deficiência e ao esporte têm raízes ao longo da construção das políticas públicas nesses setores. O viés pelo esporte rendimento ainda predomina nas políticas atuais, inclusive no esporte para as pessoas com deficiência, com a lógica de formação de atletas para o rendimento, representando os municípios em Jogos Abertos do Interior e Jogos Regionais.

Em relação ao esporte paraolímpico podemos destacar o trabalho realizado pela Fundação ORSA que desenvolve projetos esportivos em diversas cidades para **revelar futuros campeões paraolímpicos** como, por exemplo, o Atleta Solidário – Núcleo Suzano. O Atleta Solidário – Núcleo Suzano é um projeto voltado para as modalidades de Natação e Atletismo, responsáveis pela revelação de grandes atletas paraolímpicos brasileiros. Prefeitura de Suzano e o Serviço Social da Indústria (Sesi) também desenvolvem o Projeto Suzano Paraolímpico

que visa integrar socialmente e desenvolver as habilidades dos **portadores de necessidades especiais** por meio do esporte. Outras modalidades paraolímpicas também são desenvolvidas no município como o vôlei sentado, bocha adaptada e futebol de 7. (Carta-proposta de Suzano, grifo nosso)

As 53 cartas-propostas analisadas abordam as ações desenvolvidas em 52 municípios, visto que Campinas como foi contemplada com dois CIEs possui duas cartas-propostas. Como a carta-proposta de 4 municípios (Praia Grande, Barueri, Sumaré e São Paulo) não foram localizadas, buscou-se nos portais eletrônicos dos municípios informações, contudo, estes não apresentaram dados relevantes ao estudo. Desta forma, os dados apresentados correspondem a 52 municípios, sendo que destes, 17 desenvolvem alguma atividade voltada para as pessoas com deficiência e outros 8 municípios citam o atendimento à esta população, porém, sem especificá-lo. No Gráfico 1, são listados os municípios e o número de atividades ofertadas às pessoas com deficiências.

Gráfico 1. Municípios e número de atividades ofertadas às pessoas com deficiência.

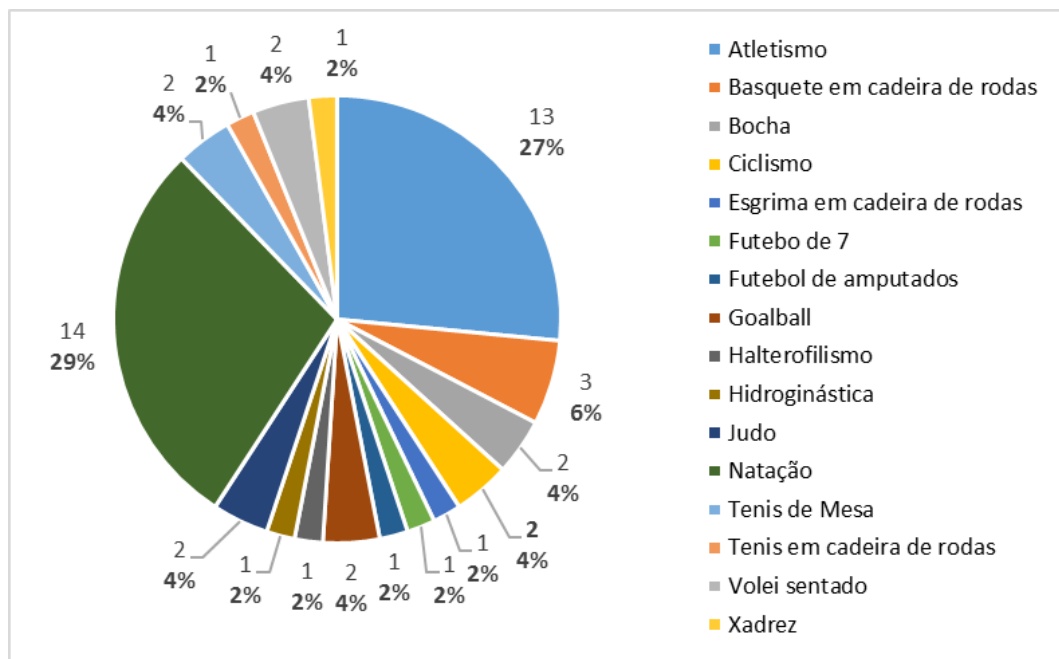


Fonte: Elaboração própria a partir das cartas propostas.

A parceria com entidades de/para pessoas com deficiência e entidades

paradesportivas foi citada por 10 municípios. Foram identificadas 49 atividades ofertadas pelos municípios, sendo distribuídas em 16 modalidades esportivas. No entanto, o atletismo e a natação foram as mais presentes estando em 13 (27%) e 14 (29%) dos municípios, respectivamente.

Gráfico 2. Modalidades esportivas para pessoas com deficiência nos municípios estudados.



Fonte: Elaboração própria a partir das cartas propostas.

A maior prevalência de atletismo e natação se justifica por serem modalidades individuais, com menor quantidade de equipamentos ou adaptações e por serem as únicas modalidades para pessoas com deficiência que são disputadas nos Jogos Regionais e nos Jogos Abertos do Interior, o que desperta nos municípios o interesse de fomentar tais ações. Além disso, no esporte convencional também são modalidades bem difundidas.

A partir da análise das cartas-propostas nota-se a fragilidade dos documentos e o raso entendimento dos gestores com relação ao esporte. De forma geral, o esporte é entendido como sinônimo de competições e resultados esportivos, salvo algumas exceções. A busca nos portais eletrônicos dos municípios acrescentou poucas informações, a maioria deles não traz nada além de dados sobre a secretaria, estrutura organizacional, infraestrutura esportiva e breve descrição dessa secretaria.

VI - GESTÃO ESPORTIVA NO BRASIL, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NOS

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM OS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE (CIEs)

Estrutura administrativa do esporte, perfil dos gestores e mecanismos de participação popular

A pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e a pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), assim como o Suplemento Esporte do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros, constituem os dados mais recentes e abrangentes relacionados à gestão esportiva, atingindo as 27 Unidades da Federação e os 5.570 municípios brasileiros. As pesquisas foram realizadas pelo IBGE por meio de entrevistas presenciais entre junho e outubro de 2016, com o objetivo de caracterizar o órgão gestor da política do esporte, o perfil do gestor e recursos humanos; legislação, instrumentos de gestão e de participação; convênios e parcerias; ações, projetos e programas; eventos esportivos; e instalações esportivas (IBGE, 2017).

As informações da Estadic e a Munic estão disponíveis no portal do IBGE, onde é possível encontrar tabelas com dados agregados segundo região do país ou tamanho da população de cada município. O portal do IBGE também disponibiliza para *download* tabelas com os dados brutos das 27 Unidades da Federação e dos 5.570 municípios, o que possibilitou reorganizar os dados para o recorte que interessava a este estudo, o estado de São Paulo, e de forma mais específica os 56 municípios contemplados com os CIEs. Por abordar também questões sobre as ações, projetos e programas de esporte para as pessoas com deficiência a pesquisa do IBGE permitiu a aproximação com o objeto do estudo.

De acordo com a pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), todas as 27 unidades federativas possuem órgão gestor para o esporte, sendo 6 secretarias exclusivas de esporte, 16 secretarias em conjunto com outras políticas, 2 setores subordinados a outras secretarias e 3 órgãos de administração indireta (IBGE, 2017)

Nas Informações Básicas Municipais (Munic) dos 5.570 municípios brasileiros, 5.442 (97,7%) declararam possuir órgão gestor para a política de esporte e 5.411 (97,1%) possuíam gestor de esporte nomeado no momento da pesquisa (IBGE, 2017).

Tabela 1. Organização da estrutura administrativa de gestão do esporte

Número de municípios e porcentagem	Brasil		Estado de São Paulo		Municípios “com” CIEs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estrutura administrativa do esporte	5.442	97,7	615	95,3	56	100%
Secretaria Municipal exclusiva	641	11,8	100	16,3	9	16,1%
Secretaria de esporte em conjunto com outras secretarias	3.524	64,8	353	57,4	46	82,1%
Setor esportivo subordinado a outra secretaria	905	16,6	50	8,1	1	1,8%
Setor esportivo subordinado diretamente à chefia do executivo	309	5,7	111	18	0	0%
Órgãos gestores na administração indireta	63	1,2	1	0,2	0	0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Embora a quase totalidade dos municípios tenha órgão gestor para o esporte, apenas 406 (7,3%) municípios possuem uma política pública de esporte mais estruturada por meio do Sistema de Esporte (IBGE, 2017).

O Sistema de Esporte é um conjunto de regras, direitos e deveres que estabelece mecanismos de gestão pública a fim de proporcionar condições para o exercício da cidadania esportiva e de lazer. A implantação do Sistema de Esporte visa garantir e executar o direito constitucional do cidadão ao lazer e às práticas esportivas formais e não formais, asseguradas por meio de ações e estratégias que norteiam as políticas públicas deste segmento. Tem por finalidade dotar os estados e municípios de instrumentos articulados e eficazes para garantir a promoção das práticas esportivas e de lazer integradas, contínuas e permanentes de forma organizada e estruturada. (IBGE, 2017, p.26)

Ao analisar o estado de São Paulo, observa-se cenário semelhante. Entre os 645 municípios paulistas, as estruturas administrativas da política de esporte estão presentes em 615 (95,3%), porém, apenas 55 (8,5%) possuem Sistema de Esporte (IBGE, 2016a). As Regiões Sudeste e Sul têm os maiores percentuais de municípios com Sistema de Esporte, respectivamente, 194 (11,6%) e 105 (8,8%) (IBGE, 2017).

Tabela 2. Mecanismos que compõem a estrutura de gestão esportiva nos municípios

Número de municípios e porcentagem	Brasil		Estado de São Paulo		Municípios “com” CIEs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sistema Municipal de Esporte	406	7,3	55	8,5	16	28,6
Conselho Municipal de Esporte	1.161	20,8	110	17,1	25	44,6
Fundo Municipal de Esportes	448	8,0	83	12,9	35	62,5
Municípios com Conselho e Fundo Municipal de Esporte	326	5,9	59	9,1	21	37,5
Nenhum dos dois instrumentos	4.287	77,0	511	79,2	17	30,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

O maior grau de escolaridade dos gestores nestas regiões pode ter contribuído para a melhor estruturação das políticas de esporte. Na região sul 824 (70,1%) municípios contam com gestores com ensino superior completo, pós-graduação, mestrado ou doutorado, enquanto, são 285 (61,6%) no centro oeste, 994 (61,5%) na região sudeste, 955 (54,7%) no Nordeste e 203 (45,9%) no Norte.

Tabela 3. Perfil dos gestores esportivos

Número de municípios e porcentagem	Brasil		Estado de São Paulo		Municípios “com” CIEs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sexo feminino	1.679	31,0	99	16,1	8	14,3
Sexo masculino	3.732	69,0	516	83,9	48	85,7
Total de gestores com ensino superior completo, pós-graduação, mestrado ou doutorado.	3.261	60,3	409	66,5	39	69,6
Formação em Pedagogia	935	28,7	66	16,1	2	5,4
Formação em Educação física	787	24,1	227	55,5	23	62,2
Formação em Administração	230	7,1	27	6,6	3	8,1
Entre 18 e 25 anos	152	2,8	7	1,1	0	0
Entre 26 e 40 anos	2.009	37,1	206	33,5	14	25,0
Entre 41 e 60 anos	2.892	53,4	341	55,4	38	67,9
Mais de 60 anos	331	6,1	61	9,9	4	7,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Embora o percentual de mulheres (31,0%) na gestão do esporte no Brasil seja inferior ao de homens (69,0%), 1.454 (86,6%) delas possuem ensino superior completo, pós-graduação, mestrado ou doutorado, enquanto, 1.807 (48,4%) deles possuem este tipo de formação. Ao todo 60,3% (3.261) gestores possuem essa formação.

Tabela 4. Organização dos Conselhos Municipais de Esporte

Número de municípios e porcentagem	Brasil		Estado de São Paulo		Municípios “com” CIEs	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Composição paritária	636	54,8	55	50	12	21,4
Maior representação da sociedade civil	313	27	36	32,7	9	16,1
Função consultiva	847	73	79	71,8	20	35,7
Função deliberativa	637	54,9	66	60	15	26,8
Não se reuniram ou se reuniram apenas uma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa	316	27,0	55	50	41	73,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Comparativamente, a organização da gestão do esporte no estado de São Paulo se assemelha àquela encontrada no Brasil, no que diz respeito a estrutura esportiva, ao perfil dos gestores e à organização dos Conselhos Municipais de Esporte, aspecto este que necessita de maior reflexão.

Os Conselhos Municipais surgem em diversos âmbitos das políticas sociais no contexto de redemocratização do país como importantes ferramentas de participação popular. Neste contexto, houve o alargamento dos direitos sociais e a busca pela descentralização e democratização das políticas. Os conselhos são instâncias estratégicas, arenas de discussão das demandas e interesses em determinadas áreas criados para aperfeiçoar o processo democrático, que até então, era restrito à democracia representativa (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). Vale ressaltar que os conselhos municipais são relevantes para as consequentes discussões nos conselhos estaduais e nas conferências nacionais. Deste modo, estes espaços de participação social permeiam as três esferas de governo com o intuito de contribuir para a construção da agenda política.

A partir de 1988, a construção ou reconstrução dos conselhos nacionais de políticas sociais baseou-se nas críticas ao padrão de relação predominante entre Estado e sociedade no Brasil, que seria marcado pela falta de democratização do processo decisório e à

ineficiência da máquina pública. Assim, tais espaços seriam antídotos aos problemas da burocratização, do corporativismo, do patrimonialismo e da captura dos espaços públicos por interesses privados no âmbito das políticas sociais. Distintos arranjos de participação foram instituídos nas diversas áreas das políticas sociais, inserindo, no interior do Executivo, novos espaços institucionais que contam com a presença do governo e da sociedade civil, com atribuições que transitam entre a co-gestão, a deliberação e a organização da agenda política. (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005. p.379)

Embora os Conselhos Municipais de Esporte estejam presentes nos municípios, em muitos deles não houve reunião ou esta se deu apenas uma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa, como foi apresentado na Tabela 4. O que aponta para o não reconhecimento dos conselhos como espaços para a participação popular nas políticas públicas do setor. Outro ponto a ser considerado é a característica desses Conselhos. Grande parte destes são apenas consultivos, o que significa que seu papel orientador é a construção de consensos entre os atores da arena política. Por não possuírem em suas atribuições mecanismos coercitivos e normativos estes conselhos são fortemente dependentes da vontade dos governantes (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005) e, portanto, suas decisões podem não se refletir nas políticas públicas. Nos conselhos deliberativos as decisões se traduzem em resoluções, que são vinculadas à ação estatal. Contudo,

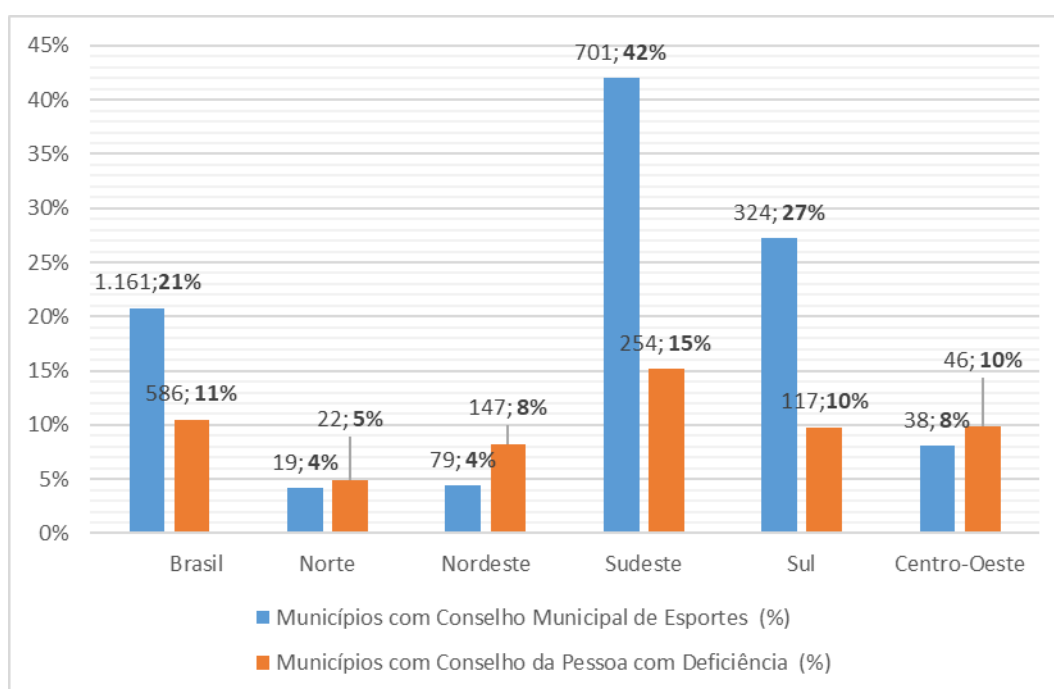
O fato das decisões dos conselhos terem caráter deliberativo não garante sua implementação pois não há estruturas jurídicas que dêem amparo legal e obriguem o executivo a acatar as decisões dos conselhos (mormente nos casos em que essas decisões venham a contrariar interesses dominantes). (GOHN, 2000, p.180)

Apesar da legislação incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa, o fato de suas ações serem essencialmente consultivas, mesmo naqueles com funções deliberativas - por falta de amparo legal que suporte as suas decisões, estes espaços acabam sendo meramente formais, sendo utilizados em determinados casos, apenas para legitimar as decisões políticas, como ocorreu, por exemplo, durante a III CNE, anteriormente discutida.

Ao considerarmos os Conselhos como espaços importantes para a participação social e construção das políticas públicas de esporte e aquelas sobre o direito das pessoas com deficiência, visto que, são espaços legítimos para essas discussões, é

possível constatar que estes mecanismos estão presentes em poucos municípios brasileiros e como discutido, ainda que existam, encontram diversas barreiras para a efetiva participação social. Dos 5.570 municípios, 1.161 (20,8%) possuem conselhos de esporte e 586 (10,5%) conselhos da pessoa com deficiência, conforme Gráfico 3. Ao se considerar o estado de São Paulo, a distribuição é diferente. Dos 645 municípios 110 (17,1%) possuem Conselho Municipal de Esportes, enquanto, 141 (21,9%) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e 57 (8,8%) contam com ambos.

Gráfico 3. Conselhos municipais de esporte e da pessoa com deficiência por regiões do Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2018), Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE, 2016a), Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadiv (IBGE, 2016b)

Ressalta-se que os dados referentes aos conselhos municipais da pessoa com deficiência foram obtidos por meio dos portais da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (nível federal) e pela Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (nível estadual), porém, as listagens apresentavam contradições e inconsistências. Para a análise referente ao Brasil utilizou-se a listagem disponibilizada pela secretaria nacional. Nos dados referentes ao estado de São Paulo optou-se por unificar as informações encontradas nas duas listagens, visto que, possivelmente elas não foram devidamente atualizadas pelos conselheiros municipais nos órgãos federal e estadual. A revisão das informações buscou reduzir essas e outras inconsistências,

porém, este fato deve ser considerado como uma fragilidade da fonte de dados que se reflete na análise subsequente.

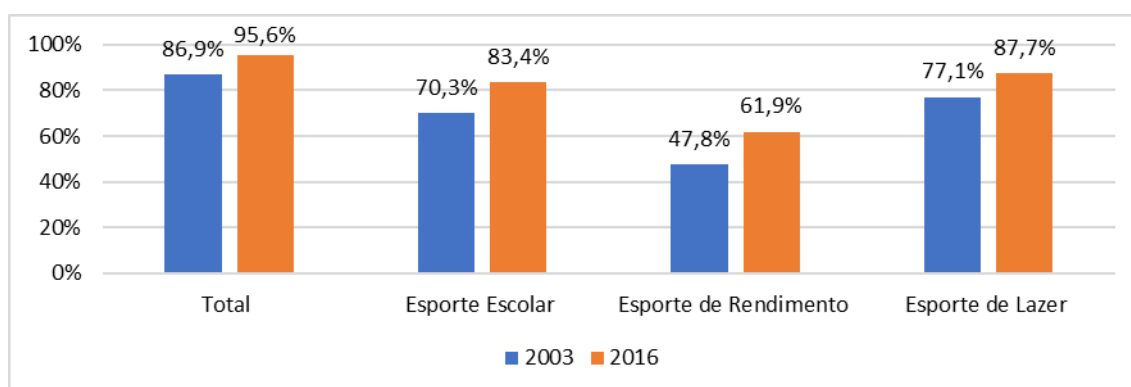
Ações, projetos e programas nas manifestações do esporte: escolar, rendimento, lazer e no esporte como inclusão social no Brasil

As pesquisas Estadoc e Munic no Suplemento de Esporte levantaram as ações, projetos e programas executados pelos governos estaduais e municipais, por manifestação esportiva, nos 24 meses anteriores às pesquisas, realizadas isoladamente pelos estados, Distrito Federal e municípios ou em conjunto com outros órgãos externos (IBGE, 2017).

À exceção de Rondônia e do Distrito Federal, todas as demais Unidades da Federação executaram ações, projetos e programas nas três manifestações esportivas. Dentre elas, o esporte de rendimento foi o único a ter mais de uma ação, projeto ou programa realizado por todas as Unidades da Federação, enquanto, o esporte de lazer esteve presente em todas as unidades com pelo menos uma ação, projeto ou programa (IBGE, 2017).

Comparando-se esses dados com aqueles da pesquisa anterior, em 2003, observou-se um aumento no percentual de municípios que afirmaram realizar ações no esporte, passando de 86,9% (4.829) para 95,6% (5.325) (IBGE, 2017). O Gráfico 4, publicado no Suplemento Esporte mostra o aumento por manifestação esportiva no período.

Gráfico 4. Percentual de municípios que realizaram ação, projeto ou programa por manifestação esportiva, nos 24 meses anteriores à pesquisa - 2003/2016.



Fonte: Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Suplemento esporte. Gráfico 16. (IBGE, 2017, p.45).

Como discutido, as políticas de esporte são divididas em três manifestações: esporte escolar, esporte de rendimento e esporte lazer. Porém, na pesquisa realizada pelo IBGE também foram consideradas as ações, projetos e programas de esporte que visam a inclusão social e que são desenvolvidos pelos municípios de forma permanente. Dos 5570 municípios brasileiros, 4644 (83,4%) realizam ações, projetos e programas para o esporte escolar, 3448 (61,9%) para o esporte rendimento, 4887 (87,7%) para o esporte lazer e 3285 (59%) para o esporte como forma de inclusão social. Na Tabela 5 e no Gráfico 5, são apresentados os dados dos municípios que realizaram ações no esporte por região no Brasil. Pelos dados, observa-se a tendência para o esporte escolar e para o esporte lazer. Na tabela estão os números totais e no gráfico as porcentagens.

Tabela 5. Municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, rendimento, lazer e inclusão social, realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa-

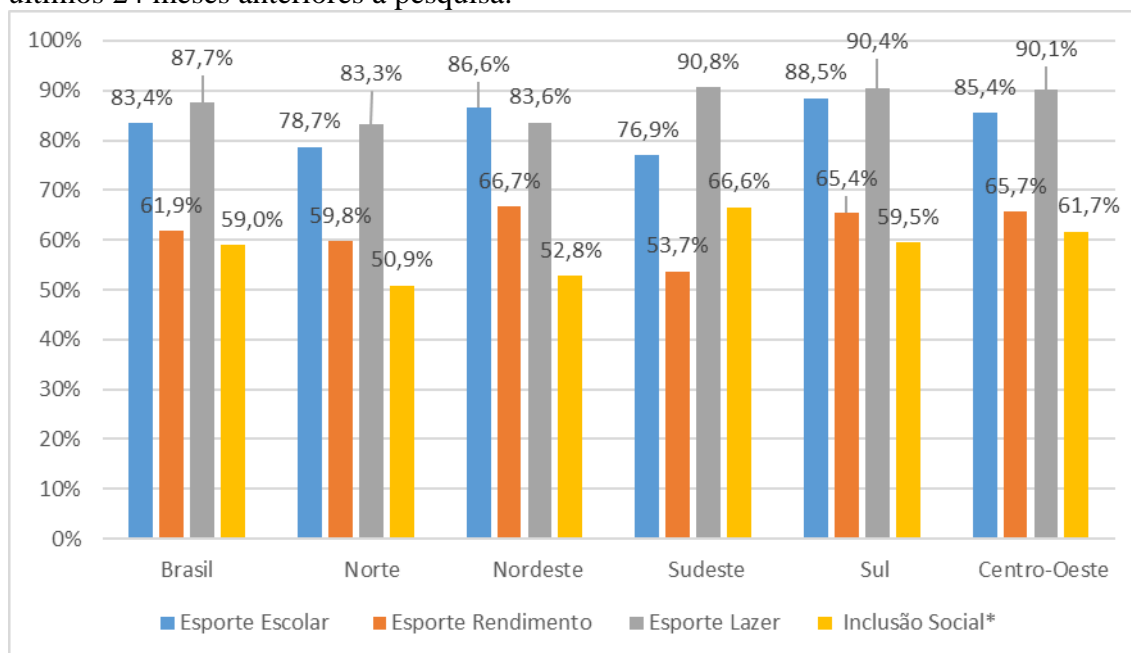
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de municípios	Municípios com ações, projetos e programas no esporte, por manifestação esportiva			
		Esporte Escolar	Esporte Rendimento	Esporte Lazer	Inclusão Social*
Brasil	5 570	4 644	3 448	4 887	3 285
Norte	450	354	269	375	229
Nordeste	1 794	1 554	1 197	1 500	948
Sudeste	1 668	1 283	896	1 514	1 111
Sul	1 191	1 054	779	1 077	709
Centro-Oeste	467	399	307	421	288

Fonte: Elaboração própria a partir das Tabelas 36,38,40,42 do IBGE (2016)

O esporte lazer possui o maior percentual de ações, projetos e programas realizados pelos municípios brasileiros (87,7%). No entanto, as regiões sudeste (90,8%), Sul (90,4%) e centro-oeste (90,1%) possuem percentuais acima da média nacional. O esporte escolar está mais presente nas regiões sul (88,5%) e nordeste (86,6%), com percentuais acima do encontrado a nível nacional (83,4%). Tal configuração vai ao encontro da proposta do esporte como ferramenta para a formação e desenvolvimento humano e para a democratização do acesso a práticas esportivas. Entre os principais programas do Governo Federal estão o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer na Cidade, ambos criados em 2003. O Programa Segundo Tempo visa “oferecer atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: Padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; Paradesporto – pessoas com deficiência a partir

de 6 anos de idade; e Universitário – discentes de universidades” (BRASIL, 2019). O Programa Esporte e Lazer na Cidade proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência. O objetivo é estimular o convívio social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento, para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos (BRASIL, 2019). O programa é dividido em Núcleos Urbanos e Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais que compreende comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

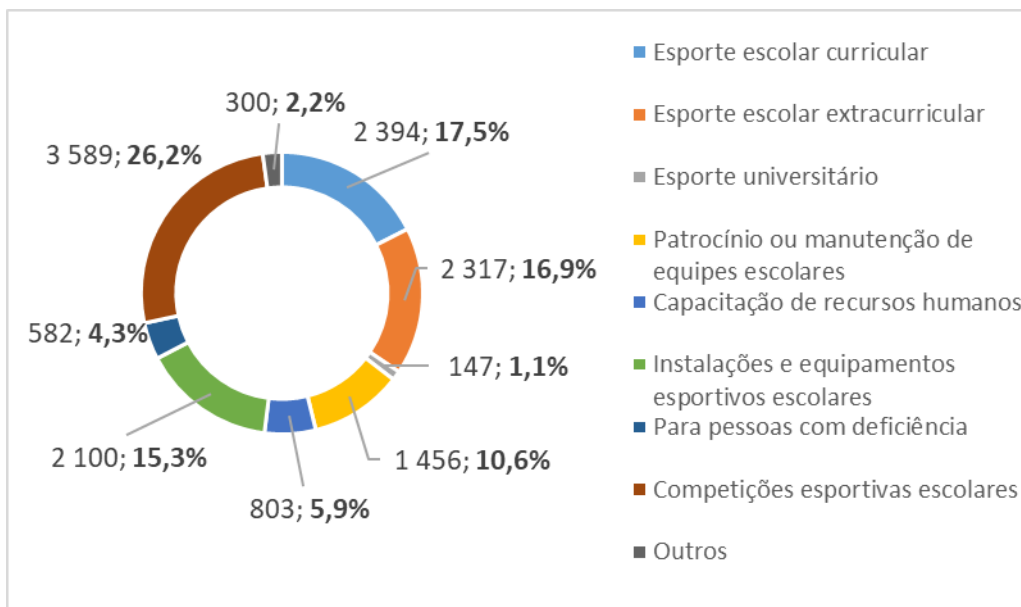
Gráfico 5. Percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, rendimento, lazer e inclusão social executados pela prefeitura nos últimos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir das Tabelas 36,38,40,42 do IBGE (2016).

Segundo dados da Munic no Brasil foram realizadas 13.688 ações, projetos e programas no esporte escolar, sendo estas distribuídas em diversas áreas desde às atividades propriamente ditas às competições, capacitação de educadores e àquelas voltadas a construção ou manutenção de equipamentos e instalações esportivas. A maior parte se concentra nas competições escolares 3.589 (26,2%), seguida por esporte escolar curricular 2.394 (17,5%) e por esporte escolar extracurricular 2.317 (16,9%). Foram realizadas 582 (4,3%) ações, projetos e programas para pessoas com deficiência. No Gráfico 6 encontra-se a distribuição completa.

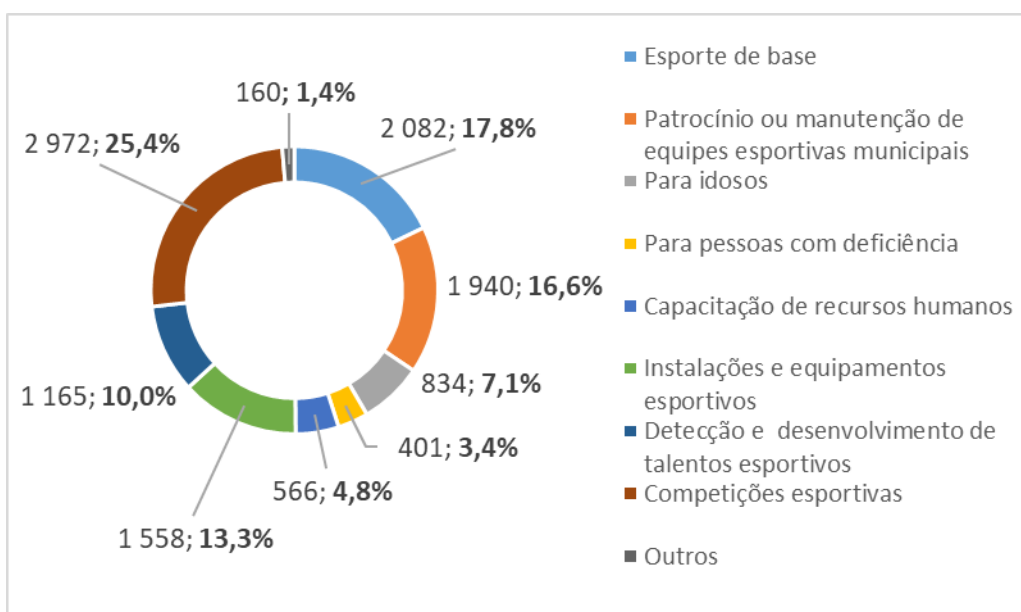
Gráfico 6. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte escolar realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 36 do IBGE (2016).

No esporte rendimento foram realizadas 11.678 ações, projetos e programas, sendo 2.972 (25,4%) voltado para competições, 2.082 (17,8%) para o esporte de base, 1.940 (16,6%) para a manutenção de equipes esportivas municipais e 401 (3,4%) para pessoas com deficiência, Gráfico 7.

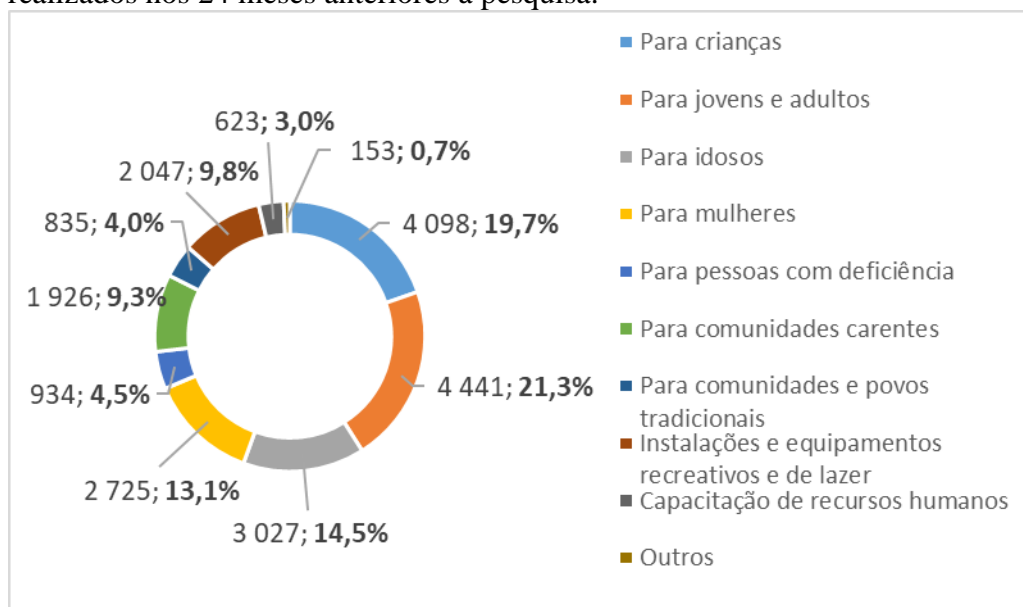
Gráfico 7. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte rendimento realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 38 do IBGE (2016).

No esporte lazer foram realizadas 20.809 ações, projetos e programas sendo que 4.441 (21,3%) foram para jovens e adultos, 4.098 (19,7%) para crianças, 3.027 (14,5%) para idosos e 934 (4,5%) para pessoas com deficiência, Gráfico 8.

Gráfico 8. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte lazer realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 40 do IBGE (2016).

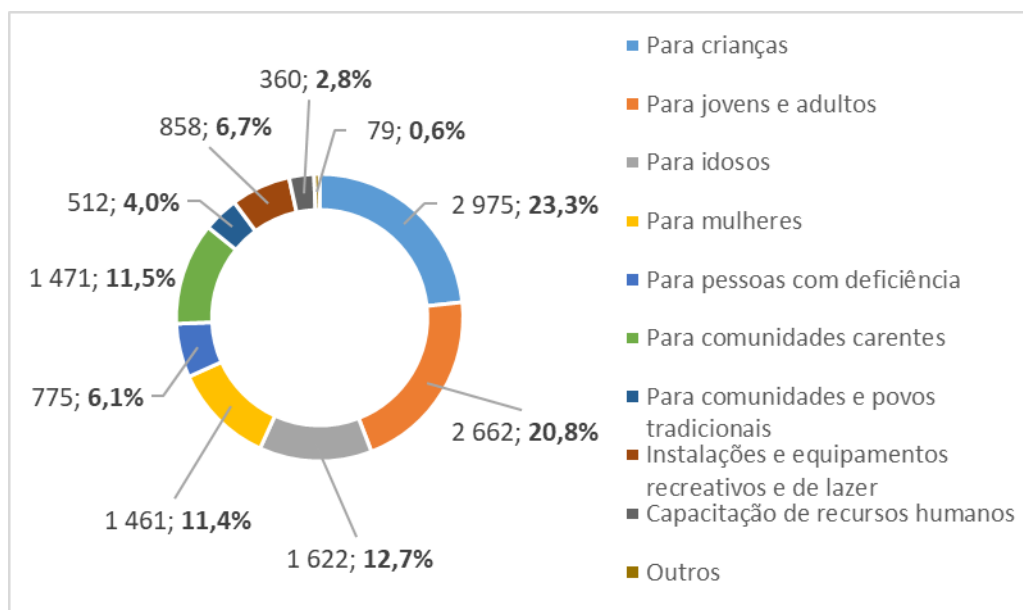
Ao todo foram 12.775 ações, projetos e programas esportivos visando a inclusão social, sendo que 2.975 (23,3%) foram para crianças, 2.662 (20,8%) para jovens e adultos, 1.622 (12,7%) para idosos. Enquanto, foram realizadas 775 (6,1%) ações para as pessoas com deficiência (Gráfico 9).

As ações, projetos e programas no âmbito do esporte lazer e do esporte como inclusão social são mais abrangentes, e compreendem o atendimento a populações específicas mais sujeitas a condições de vulnerabilidade social como as mulheres, comunidades e povos tradicionais e as comunidades carentes. Ao analisar as ações de ambas as propostas cerca de 40% delas estão voltadas para crianças, jovens e adultos. Ao considerar as mulheres como foco de atenção para ações específicas há o reconhecimento que o gênero é um dos fatores determinantes para o acesso desigual ao esporte e ao lazer. Portanto, promover a equidade é uma das formas para a democratização do esporte.

Entre as ações voltadas para as comunidades e povos tradicionais destacam-se os Jogos dos Povos Indígenas, a primeira edição ocorreu em 1996 e é organizada pelo

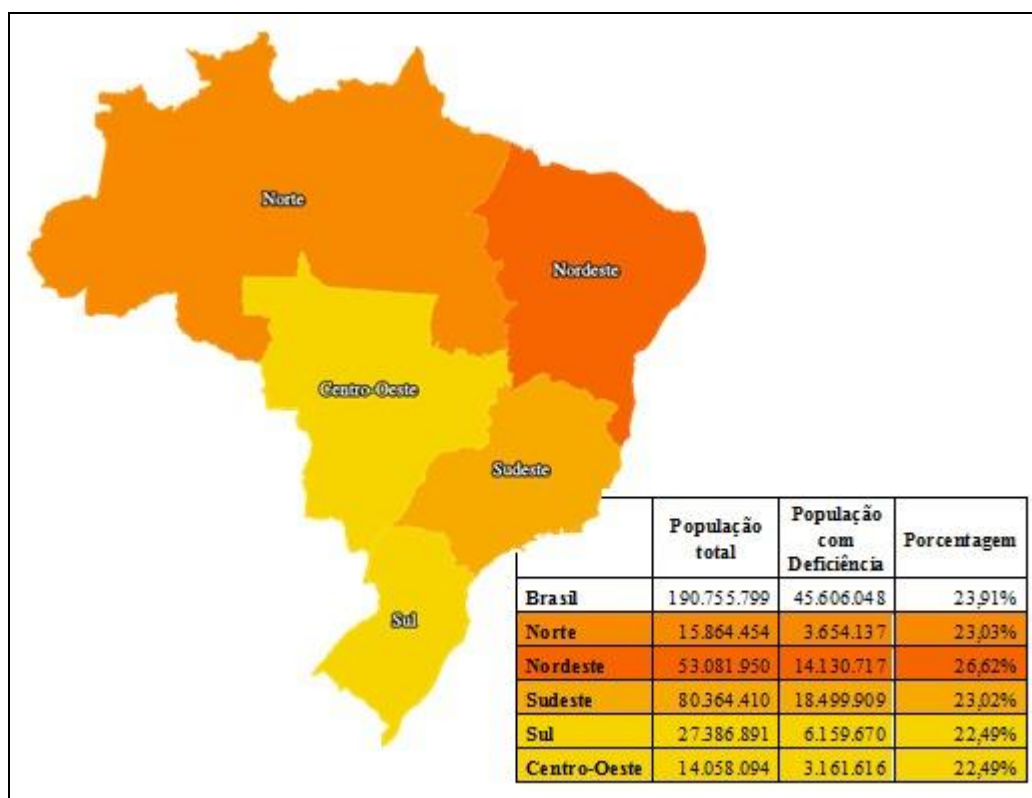
Comitê Intertribal Indígena, os jogos contam com a participação de diversas etnias de diferentes países e têm como objetivo promover a integração entre os povos, assim como o resgate e a celebração dessas culturas tradicionais (Brasil, 2019).

Gráfico 9. Número e percentual de ações, projetos e programas de esporte visando a inclusão social realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 42 do IBGE (2016).

Conforme apresentado, as ações, projetos e programas esportivos buscam contemplar a diversidade populacional, seja nas três manifestações esportivas como definido pela Política Nacional de Esporte, seja nas ações de inclusão social por meio do esporte desenvolvidas por diversos municípios de forma permanente. As pessoas com deficiência fazem parte dessa diversidade humana e como preconizado em diversos documentos de âmbito internacional e nacional, têm o direito de participar de atividades esportivas e recreativas, seja como organizadoras, espectadoras ou participantes. No Brasil, segundo o censo de 2010, cerca de 23,91% da população possuía alguma deficiência, sendo mais predominante nas regiões nordeste, norte e sudeste do país, sendo também as regiões sudeste e nordeste as mais populosas, conforme o Figura 3.

Figura 3 . Cartograma pessoas com deficiência por regiões do Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010 do IBGE (IBGE, 2014).

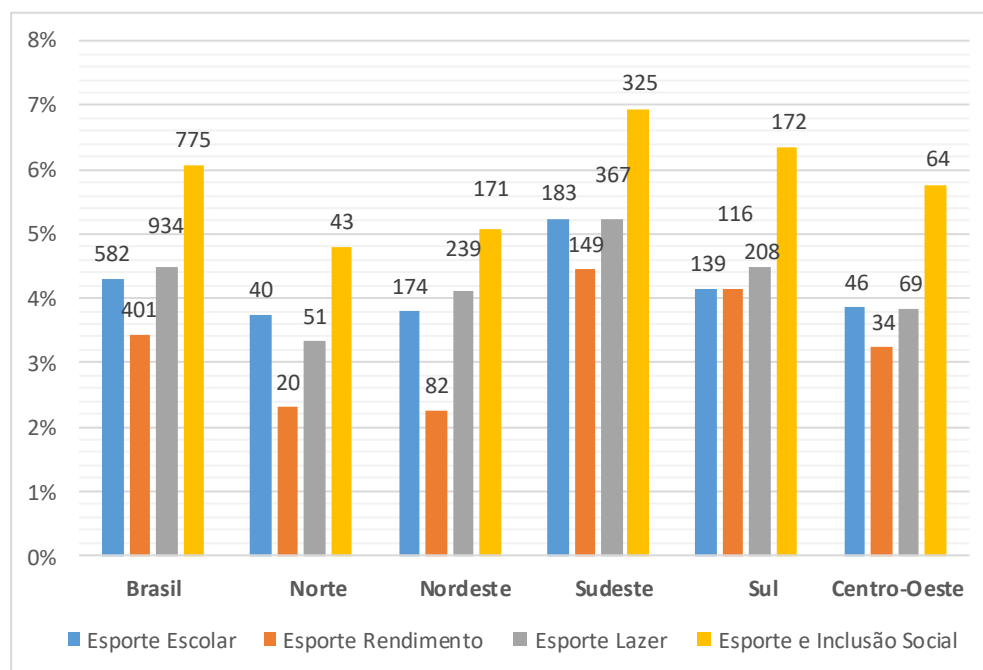
Conforme apresentado, nos últimos 24 meses anteriores à pesquisa foram executadas no Brasil 13.688 ações, projetos e programas no esporte escolar, sendo que 582 (4,3%) foram para pessoas com deficiência; no esporte rendimento foram realizadas 11.678 ações, projetos e programas, sendo 401 (3,4%) para pessoas com deficiência; no esporte lazer foram promovidas 20.809 ações, projetos e programas, sendo 934 (4,5%) para pessoas com deficiência. Foram 12.775 ações, projetos e programas executados de forma permanente nos últimos 24 meses anteriores a pesquisa que objetivam a inclusão social por meio do esporte, destes, apenas 775 (6,1%) foram para as pessoas com deficiência. A região sudeste é a única que apresenta em todas as dimensões do esporte percentuais maiores do que o nacional de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência, porém este percentual é abaixo de 7%. Na Tabela 6 e no Gráfico 10, são apresentados os números totais e as porcentagens das ações, projetos e programas desenvolvidos por manifestação esportiva e região do Brasil.

Tabela 6. Número total de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência por região do Brasil e manifestação esportiva.

Grandes Regiões e Unidades da Federação			Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Municípios			5 570	450	1 794	1 668	1 191	467
Ações, projetos ou programas executados	Esporte Escolar	Municípios	4 644	354	1 554	1 283	1 054	399
		Total	13 688	1 067	4 588	3 493	3 348	1 192
		Para pessoas com deficiência	582	40	174	183	139	46
	Esporte Rendimento	Municípios	3 448	269	1 197	896	779	307
		Total	11 678	867	3 618	3 352	2 790	1 051
		Para pessoas com deficiência	401	20	82	149	116	34
	Esporte Lazer	Municípios	4 887	375	1 500	1 514	1 077	421
		Total	20 809	1 532	5 833	7 003	4 646	1 795
		Para pessoas com deficiência	934	51	239	367	208	69
	Esporte para Inclusão Social	Municípios	3 285	229	948	1 111	709	288
		Total	12 775	897	3 373	4 682	2 714	1 109
		Para pessoas com deficiência	775	43	171	325	172	64

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Gráfico 10. Percentual de ações, projetos e programas para pessoas com deficiência por região do Brasil e manifestação esportiva.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

A presença de ações, projetos e programas para as pessoas com deficiência em todas as manifestações esportivas é de extrema relevância para o desenvolvimento do esporte em todos os seus âmbitos. Compreender a abrangência do esporte e as necessidades do público a ser atendido contribui para que as políticas públicas sejam pensadas na diversidade de públicos e de interesses.

Ações, projetos e programas nas manifestações do esporte: escolar, rendimento, lazer e no esporte como inclusão social no estado de São Paulo

Ao considerar o estado de São Paulo, dos 645 municípios, 440 (68,2%) realizam ações, projetos e programas para o esporte escolar, 335 (51,9%) para o esporte rendimento, 595 (92,2%) para o esporte lazer e 455 (70,5%) para o esporte como forma de inclusão social.

Tabela 7. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte por manifestação esportiva.

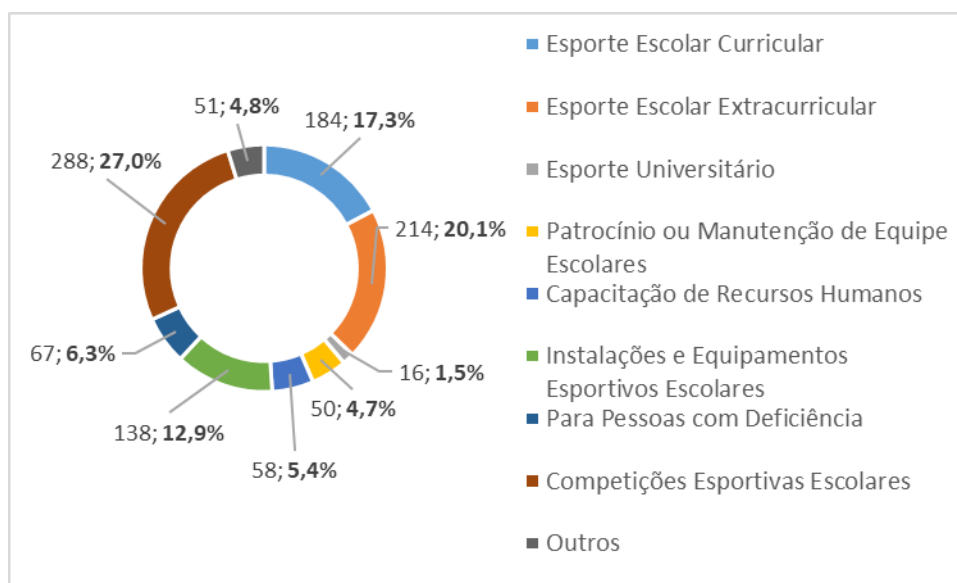
	Brasil		São Paulo	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Total de municípios	5570	100	645	100
Esporte Escolar	4.644	83,4	440	68,2
Esporte Rendimento	3.448	61,9	335	51,9
Esporte Lazer	4.887	87,7	595	92,2
Esporte como Inclusão Social	3.285	59	455	70,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Ao comparar a quantidade de ações, projetos e programas desenvolvidos no Brasil e no estado de São Paulo, nota-se que a maior parte está no esporte lazer. Seguido no Brasil pelo esporte escolar e no estado de São Paulo por ações esportivas permanentes que visam a inclusão.

No estado de São Paulo foram realizadas 1066 ações, projetos e programas no esporte escolar em 440 municípios. No gráfico 11 é apresentada a distribuição em cada uma das categorias avaliadas. Na Tabela 8 são comparados os números totais e porcentagens no Brasil e no estado de São Paulo. Destaca-se o maior percentual de ações voltadas para o esporte escolar extracurricular e para pessoas com deficiência no estado de São Paulo em relação ao Brasil.

Gráfico 11. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte escolar realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Tabela 8. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte escolar.

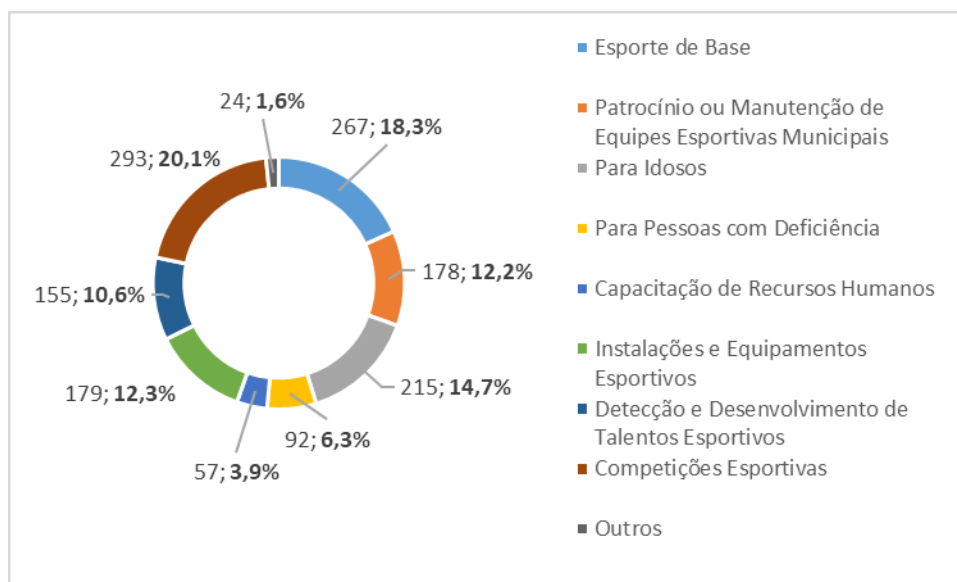
	Brasil		São Paulo	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Esporte Escolar Curricular	2394	17,5	184	17,3
Esporte Escolar Extracurricular	2317	16,9	214	20,1
Esporte Universitário	147	1,1	16	1,5
Patrocínio ou Manutenção de Equipe Escolares	1456	10,6	50	4,7
Capacitação de Recursos Humanos	803	5,9	58	5,4
Instalações e Equipamentos Esportivos Escolares	2100	15,3	138	12,9
Para Pessoas com Deficiência	582	4,3	67	6,3
Competições Esportivas Escolares	3589	26,2	288	27,0
Outros	300	2,2	51	4,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

No estado de São Paulo foram realizadas 1.460 ações, projetos e programas no esporte rendimento em 335 municípios. No gráfico 12 é apresentada a distribuição em cada uma das categorias avaliadas. Na Tabela 9 são comparados os números totais e porcentagens no Brasil e no estado de São Paulo. Destaca-se o maior percentual de

ações voltadas a idosos e pessoas com deficiência no estado de São Paulo em relação ao Brasil.

Gráfico 12. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte rendimento realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Tabela 9. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte rendimento.

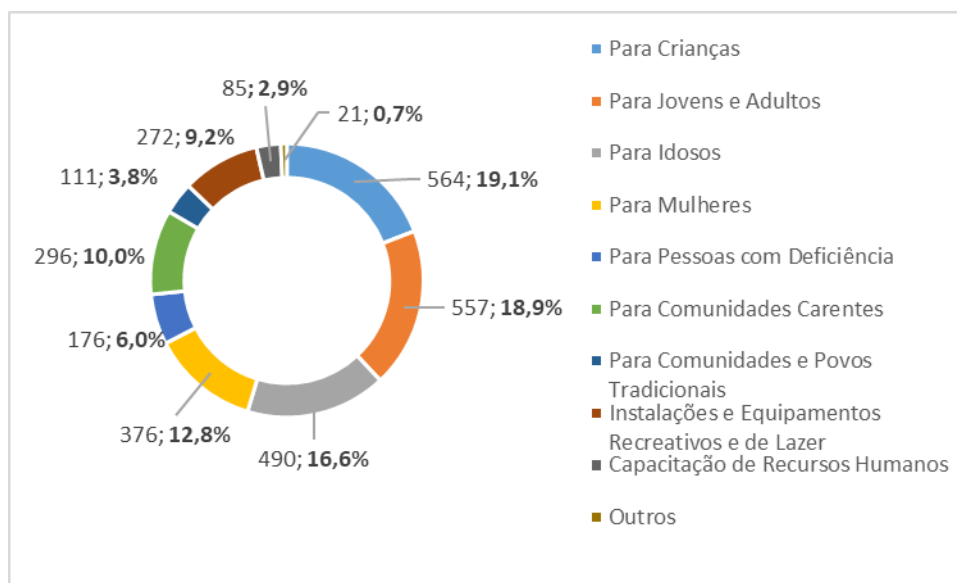
	Brasil		São Paulo	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Esporte de Base	2082	17,8	267	18,3
Patrocínio ou Manutenção de Equipes Esportivas Municipais	1940	16,6	178	12,2
Para Idosos	834	7,1	215	14,7
Para Pessoas com Deficiência	401	3,4	92	6,3
Capacitação de Recursos Humanos	566	4,8	57	3,9
Instalações e Equipamentos Esportivos	1558	13,3	179	12,3
Deteção e Desenvolvimento de Talentos Esportivos	1165	10	155	10,6
Competições Esportivas	2972	25,4	293	20,1
Outros	160	1,4	24	1,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

No estado de São Paulo foram realizadas 2.948 ações, projetos e programas no esporte lazer em 595 municípios. No gráfico 13 é apresentada a distribuição em cada uma das categorias avaliadas. Na Tabela 10 são comparados os números totais e porcentagens no Brasil e no estado de São Paulo. Destaca-se o maior percentual de

ações voltadas para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo em relação ao Brasil.

Gráfico 13. Número e percentual de ações, projetos e programas no esporte lazer realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa, no estado de São Paulo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Tabela 10. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte lazer.

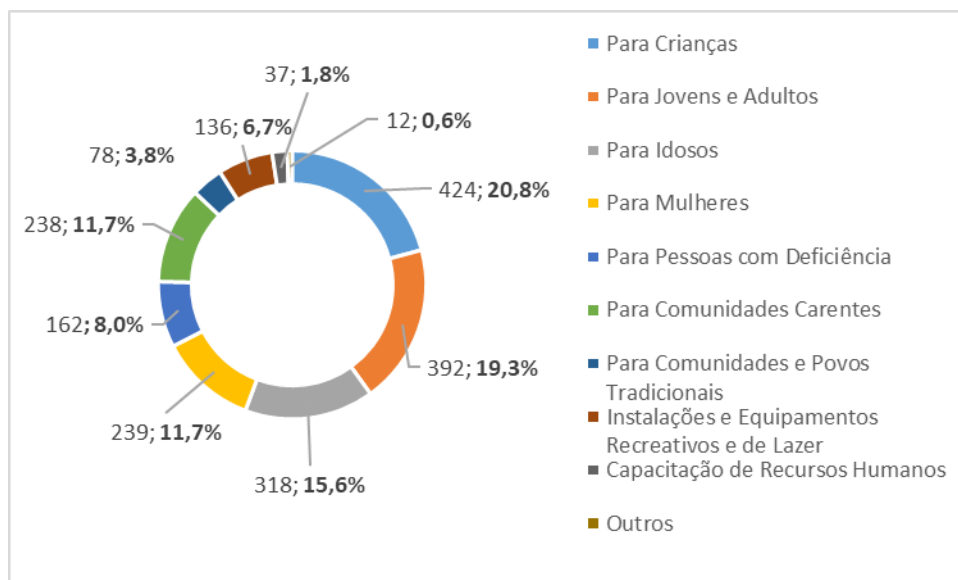
	Brasil		São Paulo	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Para Crianças	4098	19,7	564	19,1
Para Jovens e Adultos	4441	21,3	557	18,9
Para Idosos	3027	14,5	490	16,6
Para Mulheres	2725	13,1	376	12,8
Para Pessoas com Deficiência	934	4,5	176	6,0
Para Comunidades Carentes	1926	9,3	296	10
Para Comunidades e Povos Tradicionais	835	4,0	111	3,8
Instalações e Equipamentos Recreativos e de Lazer	2047	9,8	272	9,2
Capacitação de Recursos Humanos	623	3,0	85	2,9
Outros	153	0,7	21	0,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

No estado de São Paulo foram realizadas 2.036 ações, projetos e programas no esporte lazer em 455 municípios. No gráfico 14 é apresentada a distribuição em cada uma das categorias avaliadas. Na Tabela 11 são comparados os números totais e

porcentagens no Brasil e no estado de São Paulo. Aqui como nas demais dimensões esportivas também se encontra maior percentual de ações voltadas para idosos e pessoas com deficiência no estado de São Paulo em relação ao Brasil.

Gráfico 14. Número e percentual de ações, projetos e programas de esporte visando a inclusão social realizados nos 24 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Tabela 11. Municípios do Brasil e do estado de São Paulo com ações, projetos e programas no esporte como inclusão social.

	Brasil		São Paulo	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Para Crianças	2975	23,3	424	20,8
Para Jovens e Adultos	2662	20,8	392	19,3
Para Idosos	1622	12,7	318	15,6
Para Mulheres	1461	11,4	239	11,7
Para Pessoas com Deficiência	775	6,1	162	8,0
Para Comunidades Carentes	1471	11,5	238	11,7
Para Comunidades e Povos Tradicionais	512	4,0	78	3,8
Instalações e Equipamentos Recreativos e de Lazer	858	6,7	136	6,7
Capacitação de Recursos Humanos	360	2,8	37	1,8
Outros	79	0,6	12	0,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2016).

Ao analisar as ações, projetos e programas realizados no estado de São Paulo observa-se maior prevalência no esporte lazer e no esporte como forma de inclusão

social. Comparativamente com o Brasil o estado de São Paulo apresenta maior porcentagem de ações voltadas em especial para idosos e pessoas com deficiência em todas as manifestações esportivas. Esses dados evidenciam a hipótese inicial do estado ser um potencial para o desenvolvimento paradesportivo, por sua infraestrutura esportiva e fatores socioeconômicos. Nessa perspectiva, investigar mais a fundo o que tem sido desenvolvido, a partir, dos atores das políticas públicas é oportuno.

VII – ATORES, POLÍTICAS E PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo são apresentados os atores das políticas de esporte para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo e a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro. Também são apresentadas as experiências locais a partir da perspectiva dos gestores dos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí. Destaca-se que nenhum dos gestores entrevistados é pessoa com deficiência.

Atores das políticas de esporte para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo e a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro

No presente estudo considerou-se relevante realizar entrevista com os gestores da Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Secretaria Estadual de Esportes para se compreender as políticas públicas no Estado de São Paulo neste campo. Pelo fato de diversos programas e ações terem como parceiro o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) considerou-se pertinente também entrevistar representante desse órgão. A caracterização dos entrevistados está indicada no Quadro 7 e 8.

A primeira entrevista foi realizada com o gestor da Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência com a qual se obteve maior abertura para apresentar a proposta do estudo. O contato com a Secretaria Estadual de Esportes foi mais burocrático, sendo necessárias diversas tentativas até que se tivesse acesso a algum responsável. Infelizmente, pouco tempo depois, essa pessoa se desligou da secretaria e foi necessário retomar o contato o que demandou cerca de 1 ano e meio até a realização da entrevista. Por fim, a entrevista foi realizada de forma conjunta com duas gestoras de carreira dentro da secretaria. Elas são responsáveis pela divisão de esportes, embora hierarquicamente haja diferença entre os cargos, elas preferiram realizar a entrevista ao mesmo tempo pelo fato de trabalharem há muito tempo juntas e por dividirem diversas tarefas, o que foi muito produtivo para entrevista já que elas conseguiram desenvolver um maior detalhamento de suas afirmações. Como os entrevistados de ambas as secretarias mencionaram a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro como parceiro, foi realizada entrevista com o responsável pelo esporte escolar que possui maior articulação nas ações propostas.

Quadro 7. Caracterização dos gestores das secretarias estaduais.

Características dos Gestores Entrevistados			
	Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Secretaria Estadual de Esportes	
Entrevistado	G1	G2	G3
Data da entrevista	02/08/2017	27/03/2019	27/03/2019
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino
Idade	43 anos	60 anos	51 anos
Função	Assessor de paradesporto	Diretora da Divisão de Esportes	Analista sociocultural
Formação	Bacharel em Esporte (USP)	Educação Física (Universidade de Mogi das Cruzes)	Educação Física (FEFISA)
Ano de Formação	1998	1982	1991
Tempo de atuação na instituição	10 meses	40 anos na prefeitura 1 ano na gestão	23 anos na prefeitura
Formação Complementar	MBA em Gestão Esportiva (2012) Mestrado profissional em Administração do esporte (2015)	Pós-graduação Educação Física Escolar (2015)	Pós-graduação Educação Física Escolar (2015)
Experiência profissional	Técnico, preparador físico, classificador funcional e árbitro de basquete em cadeira de rodas. Diretor técnico da Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas, Coordenador de Programas Nacionais da Federação Canadense de Basquete em Cadeira de Rodas, Secretário geral da Federação Internacional de Desporto para Deficiências Intelectuais, Comitê Organizador dos Jogos Parapan-Americanos (2007) e Paralímpicos (2016), Comitê Paralímpico Brasileiro, Gestor do Programa São Paulo Paralímpico	Escriturária, Técnico desportivo, Analista sociocultural.	Professora, Técnico desportivo

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8. Caracterização do gestor do Comitê Paralímpico Brasileiro

Características do Gestor Entrevistado	
	Comitê Paralímpico Brasileiro
Entrevistado	G4
Data da entrevista	31/06/2019
Sexo	Masculino
Idade	57 anos
Função	Diretor técnico do esporte escolar
Formação	Educação Física (Universidade Castelo Branco)
Ano de Formação	1994
Tempo de atuação na instituição	10 anos
Formação Complementar	Mestrado em Ciência da Atividade Física (2008) Doutorado em Ciência do Desporto - Portugal (2014)
Experiência profissional	Professor no Instituto Benjamin Constant, professor no estado de Roraima e Rondônia, técnico na Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais.

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistadas (G2 e G3) da Secretaria de Esportes são funcionárias de carreira da secretaria passando por diversas funções até assumirem os cargos atuais. Ao longo da entrevista destacaram a importância do trabalho em equipe e de compreender toda a complexidade dos processos envolvidos na organização dos eventos, porém, o quanto ainda é incomum funcionários de carreiras assumirem cargos de gestão, e no caso da gestão no esporte, esse papel ser exercido por mulheres.

“[...] quando eu entrei na direção, que eu me assustei, porque eu nunca tinha tido uma experiência, quase de 40 anos de serviço, eu nunca tinha tido uma experiência de diretora de divisão e eu achava que era uma coisa que eu não iria conseguir [...] então para mim a maior dificuldade foi naquele momento, depois, eu senti que eu poderia, aí eu comecei a usar da minha organização [...] então foram os momentos onde eu senti uma certa, um certo receio, mas eu vi que não é nada difícil, é só você ter realmente a boa vontade e ter **pessoas do seu lado** que te apoiem e que tenham a mesma diretriz que você tem. Como eu falo sempre, ela [G3] até às vezes se sente assim, quando eu falo bem dela, da forma de trabalho que ela tem, ela é meu braço direito, porque ela tem a mesma forma de trabalho que eu tenho, ela é organizada, ela não deixa nada para fazer de última hora [...] mas aqui na divisão, o grupo que eu tenho não deixa a peteca cair, então isso aí eu posso ter realmente tranquilidade que as coisas vão acontecer a contento.” (G2 – Gestora 2)

“[...] ela [G2] está é um cargo de confiança, não é? Então, qualquer pessoa de fora pode ser convidada a assumir e ela é uma **funcionária de carreira**, às vezes a gente pensa assim: poxa, como foi quando ela entrou? Poxa, funcionária de carreira. Porque muitas vezes vem uma pessoa de fora e nós que temos que carregar a coisa, porque a pessoa de fora está entrando, não conhece a máquina e para a gente tocar todas as nossas coisas, a gente tem que arregaçar a manga, independente de quem for, se você gosta ou não do partido que é... Você arregaça a manga e ajuda a fazer, não é? E a pessoa fica com o nome. E ela [G2] é funcionária, depois de muito tempo, está como diretora e aí tem aquela coisa, **por ser mulher**, antes de ela ser diretora, ela não tinha que mostrar nada pra ninguém, provar nada para ninguém, porque ela é muito competente, mas a partir do momento que você senta **num cargo de direção sendo mulher**, não é? [...] Então esse é o desafio: um funcionário público assumir um cargo de direção e tocar a coisa transparente do jeito que ela tem que ser, não é? Não brincar com o dinheiro do estado, com dinheiro de imposto, fazer a coisa séria [...]” (Gestora 3 – G3)

O entrevistado G1 possui ampla experiência na área do esporte adaptado, em diversas funções, tendo inclusive atuação em órgãos internacionais. Atuou nos Comitês Organizadores dos Jogos Parapanamericanos (2007) e Paralímpicos (2016), no Comitê Paralímpico Brasileiro e em órgãos internacionais ligados ao esporte adaptado. No momento da entrevista estava há 10 meses na Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde foi convidado a assumir o cargo de assessor de paradesporto, à época não houve o período de transição e foi necessário que ele assumisse rapidamente a condução das ações, tendo que se adaptar também ao trabalho em um órgão público. Sobre a sua atuação na secretaria ele argumenta sobre a dificuldade de se adaptar aos processos burocráticos que os órgãos públicos demandam, e sobre o atual contexto brasileiro que vem passando por uma crise financeira que resulta em diminuição dos recursos, principalmente, na área do esporte.

“[...] Enfim, quando você trabalha com uma secretaria de estado é claro o objetivo que você tem, que é trabalhar com fomento, trabalhar com a **oportunização do esporte pra todos**, quer dizer de oportunidades pra todos, no meu caso, é a área de esporte, então o que muda na hora que você trabalha numa secretaria de estado, do que eu tava acostumado, eu sempre trabalhei com a iniciativa privada, são os processos. Então, acho que o início, assim, a grande adaptação são como funcionam os processos dentro do estado, né? Eles são mais **burocráticos**, são mais **morosos**, mas é, eu vejo que, assim, num difere muito do que você faz por aí, é ter vontade de trabalhar e caçar oportunidade pra fazer as coisas acontecerem. [...]” (Gestor 1 – G1)

Sobre a atuação da secretaria ele comenta:

“Então essa secretaria [dos direitos das pessoas com deficiência] tem uma característica um pouco diferente das outras, que ela é uma **secretaria transversal**. Nós trabalhamos com direitos de pessoas com deficiência, então o **direito não é algo palpável**, né? Então a nossa atuação é muito mais transversal, ou seja, a gente tem uma série de parcerias com entradas em outras secretarias para suprir necessidades, que eles não têm. Por exemplo, **secretaria de esportes é o meu maior relacionamento**, eles não têm esta área, não têm uma área específica para paradesporto. E o paradesporto que tem na secretaria [de esportes], é muito sub-representado.” (Gestor 1 – G1)

O entrevistado (G1) complementa destacando a situação econômica do país que acarretou em diminuição dos recursos, principalmente depois dos Jogos Rio 2016.

“[...] Eu acho que o que tá mais claro e latente hoje e não só pra cá, mas como pro Brasil inteiro é a **crise financeira** que nós estamos vivendo, que acaba tirando uma série de oportunidades de a gente fazer uma série de coisas. O Brasil tá em crise, **diminui a arrecadação** do Estado, e é lógico que todo mundo precisa fazer a conta fechar, então entra menos dinheiro, vai sair menos dinheiro. É, existem outras áreas que são mais prioritárias que o esporte quando a gente chega nessa hora, então o esporte perde muito dinheiro, o que não deixa de ter razão, você não vai tirar dinheiro da educação, não vai tirar dinheiro da saúde num primeiro momento, vai tirar de áreas que não são essenciais e fundamentais, né? [...] O esporte, apesar de cumprir um papel muito importante, principalmente no paralímpico, né? Eu vejo o esporte com um fator de **reabilitação social**, mas eu concordo que não é fundamental e essencial. [...] Hoje não tem orçamento, então estamos sendo **criativos na forma de encontrar parcerias**, encontrar formas de realizar coisas novas, mas é frustrante você ser freado por conta de orçamento que num tem, né? Já era curto antes e agora ficou mais curto ainda por conta da crise. [...]” (Gestor 1 – G1)

Como apontado pelo entrevistado (G1) uma das formas encontradas para contornar a falta de recursos tem sido a criação de parcerias por meio de chamamentos públicos.

“É uma secretaria transversal, por outro lado, até por lei estadual pra secretaria destinar qualquer verba tem que ser por chamamento público hoje. Então, no **chamamento público** você depende de parceria com alguma organização social civil com ou sem fins lucrativos, aí vai depender da característica do que você quer. Então sim, são com parcerias, como essas parcerias se estabelecem, aí a gente teria que pegar cada programa, cada caso pra você ver, mas

existe uma série, uma gama, né?[...] a nossa função aqui dentro é ver se eles estão usando bem o dinheiro público, então se eles estão entregando aquilo que foi acordado, se eles efetivamente atingem as metas que disseram que iam atingir quando nós firmamos o convênio através de chamamento público pra repassar o dinheiro pra eles.” (Gestor 1 – G1)

Entre as parcerias estabelecidas o entrevistado destaca aquelas com a Secretaria Estadual de Esportes, na época da entrevista ainda, Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) e com o Comitê Paralímpico. A Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência estabelece a conexão entre o CPB e a Secretaria de Esportes, sendo o articulador para os eventos.

“A secretaria, com a SELJ é um relacionamento estreito, a gente trabalha em parceria, aí sim são parcerias pra realização, é, constante, com uma série de, então a gente trabalha junto pra realizar os Jogos Regionais do Estado de São Paulo, Jogos Abertos do Estado de São Paulo, trabalha junto pra realizar o JEESP, trabalha junto pra mandar a missão de São Paulo pra Paralimpíada Escolar, que são as principais ações que nós temos no estado em termos conjuntos. É, com o **Comitê Paralímpico Brasileiro, o relacionamento é bom, é estreito**, até por conta agora do maior legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que é o Centro de Treinamento Paralímpico, o que hoje é, ele é do estado, mas tá cedido, tá cedido, não, foi passada a gestão dele para o Comitê Paralímpico Brasileiro, então quem faz a gestão dele é o comitê, de novo, com uma série de objetivos que têm que ser cumpridos, então basicamente o papel da secretaria é fiscalizar o trabalho do Comitê Paralímpico Brasileiro, pra saber, pra ver se estão sendo cumpridas as metas estabelecidas, é, esse contrato do CPB com o estado de São Paulo foi um contrato emergencial, o chamamento público foi lançado quinta-feira da semana passada.” (Gestor 1 – G1)

O Centro de Treinamento Paraolímpico em São Paulo é considerado o principal legado da Paralimpíada, inaugurado em maio de 2016, inicialmente gerido pelo Governo do Estado de São Paulo, desde outubro de 2017 a gestão é do CPB que foi o contemplado no chamamento público mencionado. Portanto, devido a sua importância nas relações estabelecidas se faz necessário compreender as ações do CPB e a sua gestão.

A Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001) representa a maior fonte de arrecadação do CPB, em 2017, 81% da receita arrecadada foi proveniente da Lei Agnelo Piva (CPB, s/d). Quando sancionada a lei destinava 2% da arrecadação bruta das loterias federais, descontadas as premiações, sendo que 85% desse valor era

para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e 15% para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (BRASIL, 2001). Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) houve a ampliação do valor das loterias repassado ao esporte de 2% para 2,7%, a porcentagem destinada ao CPB foi ampliada de 15% para 37,04%, sendo que parte do montante deve ser destinado para o desporto escolar (10%) e ao desporto universitário (5%) (BRASIL, 2015). Esse aporte a mais proveniente da lei “proporcionou condições para que o CPB assumisse os custos operacionais e de manutenção do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro” (CPB, s/d, p.21). O Centro, por se acessível e concentrar estrutura para a prática de diversas modalidades esportivas, mais infraestrutura de hospedagem, tem concentrado as competições paradesportivas, entre elas o Circuito Brasil Loterias Caixa (Nacional) e Open Loterias Caixa (Internacional) com o patrocínio das Loterias Caixa, campeonatos mundiais de diversas modalidades, além das Paralimpíadas Escolares e das Paralimpíadas Universitárias. O CPB é o organizador destes eventos, porém, também é parceiro nos eventos realizados pela Secretaria Estadual de Esporte, Jogos Abertos do Interior, Jogos Regionais e Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP), como descrito a seguir.

As entrevistadas da Secretaria Estadual de Esportes (G2 e G3) comentam sobre o trabalho desenvolvido pela secretaria, em especial, a Divisão de Esportes que realiza a organização dos eventos ao longo do ano. Ao todo são 29 competições, a divisão é responsável por toda a organização e logística desde a criação do regulamento, criação dos convênios, transporte, troféus, medalhas, material esportivo, uniformes, ambulância, arbitragem, organização do comitê dirigente, boletim de resultados, estatística, etc. As competições são realizadas para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Para este último público, são realizados os Jogos Abertos do Interior, Jogos Regionais e Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) que possuem algumas modalidades que contemplam a participação das pessoas com deficiência. Com relação às parcerias estabelecidas a relação direta é com a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que se responsabiliza pela inscrição dos participantes, fornecimentos dos avaliadores funcionais e negociações com o CPB para a utilização do espaço e da hospedagem dos paratletas no alojamento do Centro Paraolímpico.

“[...] chefia de gabinete e adjunto cuidam mais da parte administrativa. Da parte de convênio com o município, a parte mais política da secretaria, não é? E aí vem a coordenadoria de esportes e

lazer, que é a parte técnica. Que cuida dos eventos do calendário, não é? [...] no JEESP, nos jogos escolares, eles [Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência] estão lá fazendo as inscrições, recebendo as inscrições, aí eles vão passar para nós o calendário das modalidades, não é? A nossa secretaria, vai entrar com o transporte desses atletas aqui para São Paulo, com a alimentação deles no CPB. Durante essa competição e nós também vamos arcar com a parte técnica da realização da competição. Então nós temos o apoio deles, porque eles são os **conhecedores das modalidades. São os especialistas, mas nós somos os especialistas em organização**, não é? Então, essa a nossa parceria no escolar. O transporte, a alimentação, premiação também, a nossa arbitragem, toda a realização é nossa. [...] Então nós com o CPB, a **gente não tem ligação direta**, não é? **É tudo via mesmo secretaria de deficiência.**” (Gestor 3 – G3)

As entrevistadas (G2 e G3) relataram as suas experiências ao acompanharem pela primeira vez competições paradesportivas. Na fala elas deixam claro a surpresa e emoção ao mesmo tempo que apontam desconhecimento para as terminologias na área e o quanto essa convivência tem proporcionado aprendizagem.

“[...] primeira vez que a gente chegou lá, a gente não sabia o que que era aquilo, nós **ficamos deslumbradas** de ver mesmo lá a competição em si, [...] eu pude assistir as competições do atletismo, coisa mais linda! Eu vi uma menina arremessando dardo [...] “gente, como que uma pessoa com essa certa deficiência consegue fazer uma coisa dessa?” [...] Até no dia que eu fui assistir essa competição de bocha, eu fiquei pensando, poxa, mas com toda a deficiência cerebral que ele tem, como que ele faz uma estratégia que ele tem que jogar a bolinha ali perto daquela ali para empurrar essa aqui para lá para ficar numa melhor condição, se ele tem problema cerebral. Eu não consegui ainda detectar isso, de ele, mesmo com problema, ele ter uma estratégia de jogo, não é? De jogar a bolinha para ficar mais perto, uma bolinha mais rápida, uma mais lenta, não é? Que é o que eu fiquei observando ali.[...] Ele consegue fazer a jogada da bolinha com a boca, tem uma pessoa que fica junto, ele direciona acho que o movimento, ele mostra com olhar, alguma coisa, porque ele não faz nada, não é? Ele não fala nada, de por a rampa ou assim ou assim e direcionar para onde ele quer, então com toda a deficiência cerebral que ele tem, ele tem estratégia de jogo, só que para nós é duro, não é? A gente visualizar aquilo, é sofrido, de ver uma pessoa naquela condição estar fazendo aquilo [...] (Gestora 2 – G2)

“[...] Mas ele usa do raciocínio para ele dar aquele toquinho na bola na direção certa, não é? Então essa é a **superação** dele, não é? Ele pode demorar horas para fazer para fazer aquilo, ele tem direito de demorar horas para fazer aquilo, mas a bolinha chega lá e a criança deficiente mental, como que faz? Então é uma coisa assim. **Você até desculpa, às vezes**, a gente fala, não é? Tem toda, criança especial, tem toda a forma correta de se falar. A gente acaba, é, **por esse pouco conhecimento que a gente tem, a gente nem usa, às vezes, os termos certos.** (Gestora 3 – G3)

“É como o [nome], quando eu cheguei lá, eu falei para ele assim: “ah, o normal e o deficiente”. Ele falou: “não é normal, é convencional” (risos). [...] É, porque fala assim, nós somos normal o outro, não é? Não é que nós somos normal e o coitadinho não é, não. É convencional. [...] **Não é que ele não é normal, ele não é coitadinho**, foi o que ele falou, ele não é coitadinho, ele tem uma deficiência física e **ele simplesmente é diferente**, por isso que aí eu falei: “ó, obrigada, hein”, eu falei para ele assim: “ô, [nome], obrigada, hein”, aprendi essa: “convencional”, e não esqueci mais. Porque eu falava normal, o normal e o problemático.” (Gestora 2 – G2)

“[...] sempre uma preocupação nossa procurar fazer o melhor para essas pessoas terem uma **experiência boa, que elas levem a participação delas no evento para a vida inteira**, não é? Que seja gratificante para elas. E para nós também é muito gratificante, ano passado foi assim foi assim, a coisa aconteceu, nós não tínhamos conhecimento técnico, não é? [...] mas aí a gente pegou a coisa para nós executarmos ano passado e foi assim, foi tudo meio de surpresa, a gente teve que se virar e procurar quem sabia fazer e se mexer e quando terminou, nós falamos: “nossa”, não é? “Deu tudo certo”[...]” (Gestora 3 – G3)

Como destacado na fala das gestoras da Secretaria Estadual de Esporte as parcerias são importantes devido as especificidades desse público e o desconhecimento delas. Por outro lado, elas reconhecem a relevância que o trabalho delas possui para a concretização dos eventos. Como o CPB foi citado pelos demais entrevistados, considerou-se oportuno também entrevista com um representante, a pessoa indicada (Gestor 4) atua há 10 anos no CPB com o esporte escolar que envolve as Paralimpíadas escolares, o Seminário Esporte Escolar, as Paralimpíadas Universitárias, o *Camping* Escolar, o Festival Paralímpico – Dia do Atleta Paralímpico, o Centro de Formação e os Centros de Referências que estão sendo implantados.

O Gestor 4 tem experiência no esporte para as pessoas com deficiência desde a graduação, quando se envolveu com projetos de extensão na universidade e depois no mercado de trabalho no Instituto Benjamin Constant, na Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais e como educador em escolas estaduais de Rondônia e Roraima, onde articulou com as secretarias de educação e esporte para implementar eventos esportivos para crianças e jovens com deficiência. Para o desenvolvimento do trabalho o entrevistado destaca a importância de parcerias com o poder público e com as famílias, na perspectiva de formar além de atletas, pessoas.

“[...] a minha maior conquista até hoje é o convencimento da família, da escola, do município, do estado, do país, com a questão da importância da atividade física para a criança com deficiência [...]”

hoje [ex-alunos] são professores, fisioterapeutas, enfim, tem uma profissão, é reconhecido como cidadão / cidadã. Isso pra mim é a maior conquista, ela não se compara a – graças a deus – as medalhas que a gente ganhou.[...] o governo tem que gastar. Vai ter que dar benefício. E se ele se transformar num cidadão? Se ele tiver emprego? Ele não vai pagar imposto? Não vai reverter esse processo? Invés do governo pagar, ele não vai estar recebendo? Então é nessa política, nessa filosofia, que eu acredito. Não só na qualidade de vida dessa pessoa com deficiência, mas em todo processo. Porque certamente se ela tiver uma qualidade de vida melhor, e um **reconhecimento enquanto cidadão**, ela também vai se sentir bem. Ela também vai poder colaborar e construir todo nosso país.[...]” (Gestor 4 – G4)

Sobre as parcerias o Gestor 4 acrescenta que é importante que estejam bem definidas as responsabilidades de cada um dos parceiros para a sustentabilidade dos projetos e o quanto as ações do CPB tem atuado no sentido de romper com as ações paternalistas. Um exemplo citado foi o não fornecimento de transporte em dias de festivais aos finais de semana para que a família assuma a responsabilidade de estar presente e participar juntamente com os filhos das atividades propostas.

“Quando não é [conjunta a secretaria de Esportes com a Secretaria de Educação], a gente fala com as duas. Mas o nosso link sempre são essas instâncias. Por quê? Porque a gente acredita que o CPB não vai sozinho fazer isso tudo. Ele não tem braço pra fazer isso tudo. Ao mesmo tempo a cultura do esporte para o deficiente, ela é **paternalista**. Paternalista, o que quer dizer? A associação pai-escola quer que o CPB pegue essa criança em casa, traga ela até aqui, dê banho nele, alimente ele, vai lá, deixa ele em casa, na poltrona se possível. É uma **parceria**, nós estamos oportunizando. Então a família, a secretaria, tem que fazer a parte dela. Ela tem sua parte de responsabilidade. E é isso que a gente vem mudando ao longo desses anos. O que antes era paternalista, hoje a gente tá chamando e dizendo ‘não, não’. [...] ‘ó, isso aqui que você não tá fazendo é sua responsabilidade, não é responsabilidade nossa. Eu me responsabilizei por isso aqui, tá escrito que o CPB se responsabiliza por isso aqui.’. Então, você dividir essa responsabilidade também é muito importante. Porque aí o seu **projeto fica sustentável**. Se o CPB abraçar um projeto desse, amanhã ou depois acontece alguma coisa de um patrocinador nosso tirar sua verba daqui, simplesmente acaba. Agora, se a gente tiver dividindo as responsabilidades, a possibilidade de continuidade é muito maior.” (Gestor 4 – G4)

Uma das parcerias do CPB consiste no Time São Paulo Paralímpico juntamente com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre o projeto o entrevistado G1 comenta:

“O **Time São Paulo Paralímpico** foi criado dentro da secretaria, foi um projeto em conjunto da nossa secretaria com o Comitê Paralímpico

Brasileiro. Ele vem se renovando desde 2011 [...] Era um momento de pouco apoio pra atletas de alto nível, onde, precisava de uma ajuda pra preparação da missão brasileira pra Londres e acabou que se tornou um chamariz, né? [...] Ele teve uma importância muito grande até Londres, o próximo ciclo, ele também foi, teve um investimento pesado, já chegou até 5 milhões por ano, durante o ciclo inteiro, né? O Rio 2016, e agora pra Tóquio houve uma diminuição, mudou-se um pouco a característica, a gente apoiava, uma série de ações muito mais amplas, num ciclo, o Time São Paulo apoiava com compra de material, apoiava com contratação de profissionais, apoiava com pagamento de viagens pra competições e treinamentos, e esse ano mudou o foco, ele é basicamente o pagamento de bolsa de atletas e toda essa outra parte, que era bancada também pelo time São Paulo, passou a ser contrapartida do Comitê Paralímpico Brasileiro, como diminuiu-se um pouco o investimento, o foco agora passa a ser mais no desenvolvimento da base [...]” (Gestor 1 – G1)

Embora como comentado o foco do programa tenha mudando do alto rendimento para o esporte de base esse trabalho se faz necessário para a formação de novos atletas e continuidade do esporte paralímpico.

“Cara, o Comitê Paralímpico Brasileiro tá preocupado em fazer, é, capacitação de professores na escola, isso é objeto e objetivo de um comitê paralímpico ou olímpico? Não, não é. Mas pela quantidade pequena de pessoas que vêm trabalhando com esporte paralímpico no Brasil. [...] Cara, quem tem que se preocupar com base? Os clubes de formação, as federações estaduais, não é o Comitê Paralímpico Brasileiro. Mas pela falta de capilaridade do sistema do esporte paralímpico, todo mundo ajuda a fazer tudo. [...] Então o CPB consegue enxergar e tenta **suprir uma série de lacunas** que o resto do, da estrutura esportiva no Brasil não consegue, mas, enfim, tem que tomar cuidado também, porque, cara, ninguém tem braço pra abraçar tudo, né? O braço não é tão longo [...]” (Gestor 1 – G1)

Quando perguntado sobre a Rede Nacional de Treinamento, proposta do Governo Federal de interligar as estruturas esportivas do país, de forma a oportunizar equipamentos e melhores condições ao esporte, o entrevistado comentou:

“[...] mas a estrutura esportiva no Brasil sempre foi mais **clubística** do que estadual, né? Então a gente é muito fundamentado na cultura clubística, então a maioria dos atletas vêm dos clubes ou vêm de associações e os equipamentos públicos, vários deles são cedidos pra alguns clubes ou pra algumas associações pra treinar, então eu acho que é bem por aí, agora, se a gente fala de integração, não existe. Não são integrados como o plano, a operacionalização disso nunca saiu do papel [Rede Nacional de Treinamento].” (Gestor 1 – G1)

Complementarmente ele comenta sobre nossa política de esporte, tecendo uma crítica do quanto isso é difundido e aplicado pelos gestores.

“[...] a gente não tem política de Estado, no Brasil, de esporte. Isso eu num tô contando novidade pra você (risos). Qual é a política de Estado, de esporte, no Brasil? Num existe. Que que o ministério fala sobre evolução esportiva no Brasil? O que nós temos?” (Gestor 1 – G1)

Pesquisadora: A Política Nacional de Esportes, mas o esporte adaptado...

“Então, [o esporte adaptado] não faz parte desse documento. Mas como esse documento [Política Nacional de Esporte] é divulgado, pra quem ele é passado? Como ele é cobrado? Então se você tem uma regra que não é divulgada, ela deixa de ser regra, se você tem uma regra que não é cobrada, é pior ainda.” (Gestor 1 – G1)

Sobre a estrutura esportiva e os modelos de gestão do esporte no Brasil o entrevistado faz um paralelo com modelos internacionais, pautados no esporte escolar.

“[No Brasil] acaba tendo associações e clubes que são muito mais fortes, que praticam muito mais atividade física do que os centros educacionais municipais, estaduais, que sabem a diferença do que é uma competição esportiva. Para alunos universitários nos EUA funciona, o que a gente tenta fazer no Brasil? A estrutura é totalmente diferente. Não adianta, eu acho que, pra mim é um erro a gente “- ah, funciona nos EUA”, porque culturalmente eles são diferentes de nós. Não é porque funciona lá que vai funcionar aqui, acho que a gente tinha que assumir a nossa **cultura clubística** e de **associações** e fortalecer esse tipo de, de ação e esse tipo de relacionamento do que ficar martelando “- ah, porque tem que ser igual aos EUA”, não, a gente pode fazer alguma coisa, funciona lá? Funciona, mas vamos adaptar pra nossa cultura? Pra nossa realidade? Pra como a gente funciona? Não que a gente queira importar uma cultura deles que não é nossa, aquilo lá só funciona porque, porque eles têm a cultura do *alumni*, do *alumnae*, que devolve pra escola. Então, o cara se deu bem na vida, ele vai, doa pra escola pra ajudar a manter aquela estrutura, a gente não tem essa cultura. Então é difícil você manter uma estrutura parecida aqui com o que tem lá. [...] E se tá falando de gestão, eu acho que isso é uma coisa muito importante: nós queremos importar **modelos prontos**. [...] Vai funcionar? Não vai... Não vai. Por que não vai? Porque a cultura é diferente, a quantidade de recurso é diferente, a quantidade da população é diferente [...]” (Gestor 1 – G1)

Vale ressaltar que no paradesporto as ações estão mais concentradas em associações e organizações sociais do que em clubes esportivos, propriamente ditos. O entrevistado (G1) ainda ressalta modelos de gestão esportiva no Brasil que são referência, entre eles o desenvolvido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

“[...] Pro esporte paralímpico: eu acho que, assim, o esporte paralímpico, a gente vive um certo momento diferente do esporte como um todo, né? Sou suspeito pra falar, sou muito próximo, trabalho com isso há muito tempo, mas pra mim o CPB hoje é um dos modelos, é um **modelo de gestão esportiva** no Brasil. Os dois modelos de gestão esportiva no Brasil que nós temos de **vanguarda, que valem a pena ser observados** e repetidos é a Confederação Brasileira de Rugby, a CBRu e o Comitê Paralímpico Brasileiro. Ninguém é isento de acusações, mas quantas coisas foram provadas de tudo o que foi feito aí do Comitê Paralímpico Brasileiro em termos de malversação de verbas e uma série de coisas? Então, eu acho que, assim, a perspectiva é boa em termos de crescimento do Comitê Paralímpico Brasileiro, é das poucas entidades que faz **planejamento estratégico**, que tem um planejamento estratégico estabelecido, divulgado, difundido, mostrado pra todo mundo, todo mundo sabe aonde quer chegar, onde o comitê, todo mundo não, mas todo mundo sabe aonde o comitê quer chegar, o que ele quer fazer. Então eu acho que, assim, perspectiva pro esporte paralímpico tem muitas, até, né? Por um lado eu fiz uma observação crítica aqui de que “- ah, o CPB tá cuidando, tá querendo cuidar da formação de professor na rede escolar”, agora, que bom, por outro lado, que bom que o CPB tá querendo isso, porque se ninguém faz, ainda bem que tem alguém querendo fazer.” (Gestor 1 – G1)

O CPB possui diversas ações esportivas voltadas para a iniciação e formação de paratletas. Como apontado pelo Gestor 4:

“[...] o principal objetivo do CPB é ficar melhor ranqueado mundialmente. Isso aparece nas paralimpíadas, que dá essa leitura pra gente. Por exemplo, em dois mil e doze o Brasil ficou em sétimo, em dois mil e dezesseis já ficou em oitavo. Então, esse é o mais importante, inclusive pros nossos patrocinadores. Aí em função disso a gente trabalha desde o alto rendimento até a iniciação, que aí é a minha parte [...]Então, pra todas as nossas ações tem uma progressão, e essa progressão, o ápice dela, é exatamente o atleta de alto rendimento. **Em todos os... as setinhas, elas convergem para atletas de alto rendimento.**” (Gestor 4 – G4)

Entre as ações de iniciação ao esporte desenvolvidas pelo CPB o Gestor 4 destaca o Centro de Formação que oportuniza a vivência de crianças e jovens com deficiência em diversas modalidades esportivas, aquelas que apresentam melhor desempenho começam a se aperfeiçoar na modalidade em que mais se destacam.

“[...] Centro de Formação, é um programa que temos aqui dentro que a criança com deficiência, física, visual e intelectual, tem atendimento em oito modalidades, sempre à tarde, de manhã e à tarde, com uma hora e meia de atendimento. Hoje nós temos quatrocentos e setenta crianças fazendo esse atendimento. O objetivo maior – e na faixa etária de dez a dezessete anos – o objetivo maior desse evento, eu

acho que não precisa de nenhum outro, é exatamente fomentar o esporte pra criança com deficiência - minha parte é só pra criança, tá? – e ao mesmo tempo pinçar alguns alunos que tenham o melhor desempenho. Pra que eles sejam no futuro bem próximo representantes do Brasil nos mundiais e nas paraolimpíadas. [...] É onde a gente oportuniza às crianças que moram nas vizinhanças do centro, os municípios aqui próximos, que trazem as crianças pra cá, e nós damos dois atendimentos por semana. Ou segunda e quarta ou terça e quinta. E aí a criança, no primeiro ano, ela passa por todas as modalidades, nós temos oito modalidades, ela participa das elegíveis para a deficiência dela. [...] Ela passa em média dois meses em cada atividade dessa.[...] Fora isso, as crianças que tem um destaque maior, elas vêm nas sextas feiras e tem um tratamento diferenciado, que a gente chama de turno de aperfeiçoamento. E aí são exatamente alunos que só vem fazer aquela atividade [...]” (Gestor 4 – G4)

Similarmente, o *Camping* Paralímpico selecionada crianças e jovens com deficiência que se destacaram nas Paralimpíadas Escolares para participarem de algumas semanas de treinamento intenso no Centro de Treinamento Paraolímpico durante as férias escolares. Os participantes provenientes de diversos estados ficam alojados no Centro de Treinamento Paraolímpico. O CPB tem a proposta de implementar Centros de Referência em todos os estados, para descentralizar as ações. Para isso tem analisado as propostas recebidas, visitado os locais e negociado os termos das parcerias de acordo com o que cada proponente necessita e tem para oferecer.

“O Comitê Paraolímpico Brasileiro, a partir de dois mil e dezenove, vai criar centros de referência, um em cada estado, preferencialmente com a **parceria das universidades**. Eles [estados e municípios] se candidatam e mandam. Na verdade, isso aqui é uma carta de intenções. Então, ele manda a carta de intenção, primeiro explicando o que ele tem, e depois o que ele pode oferecer e o que ele precisa do CPB. Não quer dizer que o que a gente precisa a gente vá seguir. A gente vai **negociar**. [...] as cidades se comprometem em mandar suas cartas de intenções, e a gente estuda aqui, e ao mesmo tempo eu faço a visita nos locais. Esse ano eu já fiz quatorze visitas. [...]” (Gestor 4 – G4)

Entre as parcerias já estabelecidas para a formação dos Centros de Referência estão o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) da Marinha, localizado no Rio de Janeiro e o Centro de Treinamento Esportivo da Universidade Federal de Minas Gerais (CTE-UFMG), em Belo horizonte, segundo o entrevistado outras cidades que estão em negociação são: Natal, Goiânia, Espírito Santo, Uberlândia, Mato Grosso e Blumenau. Segundo o entrevistado, em algumas das propostas o local de treinamento sugerido são Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs). Proposta do Governo

Federal que como discutido ao longo do texto disponibiliza estruturas esportivas com acessibilidade arquitetônica o que permite a realização de atividades esportivas para pessoas com deficiência.

“[...] Então a gente quer que os centros façam desde a iniciação até o alto rendimento. Por isso a parceria com as universidades, porque hoje não tem como pagar fisioterapeuta, psicólogo, biomecânico, mas a universidade pode me dar esse atendimento ao atleta de alto rendimento. [...] E a **universidade pode me dar gratuitamente**. [...] As universidades, hoje, a gente vê como o parceiro mais promissor. Porque se a gente tá falando que falta atendimento nas escolas regulares para nossos alunos, nada melhor da gente **capacitar os nossos universitários** pra quando eles se formarem... [...] o nosso objetivo é capacitar os profissionais. Nada melhor do que pegar aqueles fresquinhos que tão saindo da universidade [...] Então na verdade a gente quer criar, a gente quer replicar, o que a gente faz aqui [Centro de Treinamento Paraolímpico] em cada centro. Esse é o nosso objetivo. Dentro de uma proposta única, mas a execução vai ser uma em cada estado [...] eles vão seguir uma cartilha, a gente tá chamando de **manual de procedimentos**. Todos eles têm que se adequar às ações que tão escritas aqui em quarenta e nove páginas, eles têm de se adequar àquilo ali. Não pode fugir da filosofia de trabalho do CPB, tá? O alto rendimento, todos eles vão ter de se reportar ao técnico chefe nacional. Ele vai fazer a periodização de um treinamento, eles vão ter que reportar, enviar, pro técnico chefe, ele vai analisar [...] apesar de estarem em vários estados, o trabalho vai ser o mesmo. Vai ser uma direção única. E aí a gente tem exatamente a possibilidade de ter N descobertas. E tem metas. Por exemplo, na iniciação cada modalidade, no seu primeiro ano, tem que ter no mínimo quarenta alunos. Dois atendimentos. No alto rendimento, no segundo ano, se ele tiver alto rendimento, ele tem que ter dez atletas na sua modalidade.[...]”
(Gestor 4 – G4)

A estratégia do CPB ao criar os Centros de Referência em parceria com universidades e órgãos públicos estaduais e municipais permite a descentralização das ações e a maior possibilidade de acesso a serviços de qualidade e a profissionais capacitados. O entrevistado destaca a importância da implementação desses centros para as edições das Paralimpíadas de 2024 e 2028, visando um trabalho à longo prazo.

Alves, Santos e Duarte (2018) relataram a importância de experiências na organização de eventos e ensino de esportes paralímpicos para estudantes de graduação com base em uma disciplina desenvolvida na Unicamp durante o semestre. Os estudantes se dividiram em dois grupos 1. Infraestrutura e suporte e 2. Grupo esportes, que se subdividia de acordo com as modalidades. A partir dessa experiência os estudantes foram capazes de desenvolver capacidades para o trabalho em grupo, gestão e resolução de problemas, discutir ferramentas pedagógicas e terem contato com o

público alvo, e assim puderam testar as atividades propostas. Atividades práticas como essa possuem forte potencial para a aprendizagem e estimulam os estudantes a vivenciarem situações diversas do campo de atuação profissional. Como destacado pelo entrevistado, os Centros e Referência, irão permitir oportunidade semelhante aos estudantes.

O Gestor 4 também complementa sobre a visibilidade que os paratletas tem obtido na mídia e de patrocinadores nos últimos anos e o quanto isso é resultante de uma mudança de social.

“Em mil novecentos e noventa e seis, nós levamos uma equipe para as paraolimpíadas dos Estados Unidos. A Coca... uma instituição internacional de bastante relevância, ela... A gente tava faltando uniforme pros nossos atletas, ela chegou e ‘olha, toma aqui, mas não coloca nada a respeito da minha instituição em lugar nenhum do uniforme. Toma aqui, ó. É verba perdida. Compra o que vocês têm de comprar, mas eu não sei de nada, não sei...’. Em dois mil e quatorze essa mesma instituição fez um anúncio com os nossos atletas cegos do futebol de cinco, passando exatamente nos horários nobres, na rede globo, antes do jornal nacional. Vamos lá, um lapso temporal aí de dezoito anos, para você **mudar uma ideologia**. Isso é fantástico! E passou o tempo todo depois, inclusive os garotos do futebol pegando na taça, como estímulo pra Copa do Mundo. Como é que você muda uma ideologia de uma instituição, inclusive internacional, em dezoito anos? O que é que você viu isso? E é o que eu falo muito nos seminários. Mas quem desconstruiu isso não foi o CPB, não foi nenhuma associação, nenhum órgão internacional. Fomos nós professores, que começamos a dar importância, a dar atendimento, oportunizamos a esse aluno fazer atividade física, e esse aluno começou a dizer pro pai dele, e a família dele começou a falar pras outras, e assim por diante. E aí mostrou a essa empresa internacional que o contingente, no caso, que bebe esse refrigerante, ele pode aumentar muito. Porque hoje nós temos uma população de quase vinte e cinco por cento de pessoas com deficiência. **Isso é representativo**. Comercialmente, é representativo. [...]” (Gestor 4 – G4)

Sendo as Paralimpíadas um evento mundial com grande visibilidade e repercussão e tendo o Brasil sediado a última edição em 2016, foi perguntado aos entrevistados sua opinião sobre os possíveis legados que o evento possa ter trazido à área. O Gestor 4 fala sobre o Centro de Treinamento Paraolímpico, o público durante os jogos e a construção de uma cultura para o esporte.

“[...] Esse centro é um legado de dois mil e dezesseis. Toda a discussão surgiu exatamente porque o Brasil sediou uma olimpíada e uma paraolimpíada. Então, eu vejo isso como muito positivo. Vejo como negativo o abandono do parque olímpico e paraolímpico no Rio

de Janeiro. Isso é muito triste. [...] Mas é certo que paraolimpíada foi um marco. Foi um marco até porque o público da paraolimpíada superou o da olimpíada. Tivemos um dia lá com cento e sessenta mil pessoas. Então, superou e muito o das olimpíadas que foi cento e quarenta e cinco, cento e quarenta e dois... entendeu? Então isso foi muito bom. E outra coisa, né? As olimpíadas aconteceram em recesso escolar, recesso de muitas instituições, e a paraolimpíada, não. Não teve nenhum recesso. Mesmo assim tivemos um público muito grande, permanente, representativo, todos os dias. Então isso pra gente foi uma alegria muito grande. E é o que eu te falei antes, é uma desconstrução. As pessoas passam a perceber que **esporte paraolímpico é muito legal. De assistir, de vibrar, de torcer...** [...]” (Gestor 4 – G4).

As entrevistadas da Secretaria Estadual de Esportes (G2 e G3) comentaram sobre a falta de estrutura esportiva adequada e da gestão do esporte de base. Fatores que se estivessem estruturados no momento dos Jogos poderiam ter contribuído para um legado significativo, inclusive para o estado de São Paulo.

“Ah, eu acho que na parte competitiva, eu acho que sim, mas eu acredito que aquela olimpíada que nós tivemos aqui poderia ter sido muito melhor se não tivesse tido tanto **desvio de verba**, eles poderiam ter aproveitado mais aquele dinheiro para fazer melhor, porque foi feio. Agora em relação à participação dos atletas, eu acho que foi excepcional [...]” (Gestora 2 – G2)

“É, a gente que está no meio do esporte, que acompanha, nós sempre achamos que **essa olimpíada deveria acontecer mais para frente**, não é? Com o país, é o que nós vemos em outros países, não é? Primeiro eles **se estruturam esportivamente**, trabalham a base bonitinho, tal, preparam os atletas, preparam os locais e aí faz, vamos fazer um grande evento, nosso, tanto que a gente acaba não tendo o legado que o mundo inteiro tem quando faz uma olimpíada. A gente não tem o legado, o que a gente está vendo é infelizmente a dívida, ou ali a parte de onde foi o parque olímpico meio já desgastada, não é? Tem que colocar uns eventos nem sempre esportivos, porque você tem que por aquilo tudo para funcionar, quando de repente poderia ter até o estado de São Paulo, não é? Nós entendemos que **São Paulo é uma potência esportiva**, e a gente sente também, durante a olimpíada e um pouco antes, não ter os nossos centros esportivos no estado prontos para receber atletas de outros países. Que seria natural, não é? Acontecer de os outros países virem, se preparar aqui em São Paulo, pela estrutura que nós sempre tivemos. Ao nível de prédios esportivos e tal, que é um Ibirapuera, um Baby Barioni, aquilo tudo que a gente tinha e aí a gente sabe que a gente perdeu não tendo esse intercâmbio. E de repente eles foram para outros estados. [...] Nós não tivemos o prazer de ter esses atletas dos outros países aqui, então eu acho assim que **São Paulo perdeu a oportunidade de estar mais presente na olimpíada**, não é? É lógico, a participação, os nossos atletas são heróis, não é?” (Gestora 3 – G3)

Sobre o legado da Paralimpíada Rio 2016 o entrevistado G1 comenta sobre a formação de mão de obra capacitada na área. Entretanto, destaca a dificuldade de se absorver essas pessoas no mercado, o que foi potencializado pelo atual contexto econômico e político do Brasil.

“Eu acho que o maior legado que foi deixado, isso efetivamente aconteceu, é o de **conhecimento**. O Brasil tinha uma série de gestores pouco capacitados e com os jogos em 2016, você capacitou muita gente, você deu experiência pra muita gente, muita gente trabalhou e aprendeu como trabalhar lá dentro, você especializou muita gente, então você tinha um monte de gente que já sabia trabalhar, mas não tinha um *know-how*, uma experiência tão a fundo quanto aquilo permitiu. [...] Pro mercado esportivo brasileiro foi positivo, você capacitou um monte de gente, o problema agora é a gente vencer uma série de **problemas culturais arcaicos** que nós temos pra conseguir transformar isso em algum benefício prático. [...] É, o problema daquilo hoje é que você não tem mercado pra absorver todo mundo que você formou, né? Então você tem um monte de gente aí que ou está recolocado em funções que não são análogas ao que fizeram lá, nem próximos do esporte ou você tem gente ainda procurando emprego. Era normal isso acontecer? Era. Você conversa com qualquer comitê organizador, sempre tem uma ressaca, você sempre tem um inchaço de capacitação, que por um lado é bom, só que a gente juntou duas coisas, né? Juntou essa ressaca, esse inchaço junto com uma crise tremenda que nós estamos vivendo e tudo encolheu. Mas, assim, eu acho que, é, então a gente perdeu uma oportunidade de ter um legado, seja lá ele qual for, maior da Rio 2016, porque a gente engrenou, a gente seguiu os jogos com uma **crise econômica**, mas pior, uma **crise política** e pior ainda, uma **crise social e moral** muito grande, então tá tudo muito parado e a gente acabou perdendo essa oportunidade de legado, eu acho, ainda não se perdeu, tá? Mas, assim, é, por conta disso, né? É o que eu acabei de falar, a gente não deu uma destinação pro Parque Olímpico ainda, por outro lado, tem como dar uma destinação pra aquilo vivendo tudo o que nós tamo vivendo? (Gestor 1 – G1)

Com as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 o Brasil sediou o maior evento esportivo do mundo, pela primeira vez tal evento foi sediado na América do Sul. Antes em 2014 foi realizada a Copa do Mundo entre diversos protestos e polêmicas. De fato, a realização desses eventos pode ter agravado a crise econômica, política e social na qual o Brasil está, porém, diversos outros fatores estão envolvidos. O conhecimento tem sido o principal legado, pesquisas em diversas áreas têm estudado o fenômeno e suas reverberações. Neste sentido, a contribuição do presente estudo é discutir as políticas de esporte para as pessoas com deficiência. A partir deste momento, por meio de experiências locais na voz dos gestores dos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí.

Experiências locais: atores das políticas de esporte para as pessoas com deficiência nos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí.

No presente estudo considerou-se relevante realizar entrevistas com os gestores dos municípios de Barueri, Campinas e Jundiaí. Primeiramente, por serem municípios que se disponibilizaram em contribuir com o estudo. Em segundo lugar, por possuírem diferentes características e formas de gestão esportiva para pessoas com deficiências. Nos municípios de Barueri e Campinas, onde as ações são desenvolvidas por meio de parcerias foram entrevistados os gestores desses espaços para a melhor compreensão do trabalho desenvolvido. A caracterização desses gestores está indicada nos Quadros 9 e 10.

Quadro 9. Caracterização dos gestores municipais de esporte.

Características dos Gestores Esportivos			
	Barueri	Campinas	Jundiaí
Entrevistado	G5	G6	G7
Data da entrevista	24/08/2018	22/08/2018	30/08/2018
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	50 anos	48 anos	46 anos
Função	Assessor do secretário	Coordenador de esporte de rendimento	Diretor do Departamento de Esporte Adaptado
Formação	Educação Física (FMU)	Educação Física (PUC)	Educação Física (Unicamp)
Ano de Formação	1992	1992	1999
Tempo de atuação na secretaria	29 anos	15 anos	23 anos 1 ano e meio na gestão
Formação Complementar	Especialização em treinamento esportivo (USP) Gerente de Cidades (FAAP)	Mestrado Treinamento esportivo – UNIMEP (2003) Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente – Unicamp (2013) Pós-doutorado em andamento	Não
Experiência profissional	Estagiário na secretaria, técnico, coordenador de voleibol, coordenador geral	Avaliador funcional da seleção brasileira da <i>Special Olympics</i>	Como professor no PEAMA

Fonte: Elaborado pela autora

Em Jundiaí o esporte para as pessoas com deficiência é desenvolvido por meio do Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas (PEAMA), um programa criado em 1996 por profissionais ligados à prefeitura e que tinham vínculo com a UNICAMP. Ao longo do tempo o programa foi se consolidando e recentemente foi incorporado à Secretaria Municipal de Esporte a partir da criação do Departamento de Esportes Adaptados.

“A nossa história começou como um programa que era um apêndice da secretaria e agora evoluiu, depois pra uma diretoria e agora recentemente pra um departamento. [...] É a gente dentro da prefeitura tem sempre as questões políticas que são muito delicadas, né. A gente passou por algumas gestões que, por exemplo, quiseram que o PEAMA não existisse mais nesses 23 anos de história. Isso não aconteceu graças a **pressão de alunos, pais, familiares**, etc. A **pressão popular**, portanto, que é o que move a questão política. [...]” (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

O entrevistado (G7) comentou um pouco da sua trajetória no PEAMA, que embora não tenha sido um dos fundadores, atua desde os anos iniciais do programa. Sua experiência vem desde a época de estagiário, passando para professor, coordenador e agora diretor do departamento. Em sua fala destaca as dificuldades da gestão para alguém que não é formado para essa finalidade, mas o quanto essa vivência prática e envolvimento no programa traz um olhar necessário para a sua atuação como gestor. Por entender o propósito do programa, por ter proximidade com pais e alunos e por ter lutado ao longo do tempo para que o programa continuasse a existir.

“[...] Até pelas questões políticas e tudo o mais, entendemos que era importante alguém que tinha vivenciado essa história pra poder estar na gestão do processo. [...] ou a gente **chamava alguém de fora**, o que a gente tinha muito medo, ou **a gente assumia essa situação**, mesmo não tendo essa experiência com gestão. Hoje eu sou muito aberto em relação a isso, não é o que faço de melhor, o que eu faço de melhor é dar aula mesmo (risos) [...] nós somos os três diretores, dos três departamentos que eu falei (rendimento e formação, educacional e participação e esportes adaptados) mas **eu ainda dou aula**, eu ainda pego uma segunda à tarde (risos) e ainda, eu falei: ‘Não, eu vou ainda dar aula, que preciso entender porque que eu estou aqui!’. **Eu preciso manter esse foco dos porquês**, eu sinto muita falta ainda dessa parte prática[...].” (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

De fato, a formação em Educação Física é para a atuação na prática, sendo pouco abordada questões de gestão. No entanto, frequentemente os profissionais da área

se deparam com tais situações. Disciplinas de esporte adaptado também são recentes nas grades dos cursos, essas discussões na área começam a efervescer na década de 1990. Muitos dos profissionais que hoje atuam iniciaram na área por alguma motivação pessoal e tiveram que buscar essa capacitação, posteriormente, assim como o grupo de educadores que iniciou o PEAMA, conforme relatado.

“A gente, historicamente, não sei se coincidência ou não, as pessoas que começaram o programa, elas tinham um **histórico na família**. Eu não acho que seja coincidência, na verdade, eu acho que, infelizmente na época, o que precisou foi sentir essa dificuldade na pele pra começar essa ação, esse tipo de ação, esse tipo de programa, não é? [...] o PEAMA nasceu de um grupo que fazia especialização em Educação Física Adaptada na UNICAMP [...] eles iam e voltavam juntos, ouvindo, entre outras pessoas, o Gavião, o Edison Duarte, daí surgiu a ideia de criar aqui, até por provocação do Gavião [...] Então a partir dessa provocação e a partir dessa conversa, as professoras Romilda e Denise, que são fundadoras, elas falam que o PEAMA nasceu na Anhanguera ali, não é? (risos) nesse ir e vir de Campinas para cá, então ele nasceu a partir deste grupo de Educação Física Adaptada, que era um grupo de professores que não tiveram na época da formação a educação física adaptada e foram buscar essa formação.” (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

Atualmente, apesar de consolidado os desafios para a gestão estão presentes, principalmente, em demonstrar o valor do trabalho desenvolvido, que não está baseado na caridade, mas sim, no direito das pessoas com deficiência em participarem da vida social. Todo trabalho só pode ser desenvolvido com apoio financeiro, nesse sentido, o entrevistado destaca novamente as limitações de sua formação para a gestão, no que se refere à captação de recursos por meio de editais.

“Eu diria que o principal desafio aqui hoje é demonstrar para o restante da secretaria a **importância do nosso atendimento**. Porque claro que as pessoas falam: “- Nossa, que legal, que trabalho bonito, vocês vão para o céu” (risos). Disso a gente já está cheio (risos), mas a gente precisa de **apoio financeiro**, a gente precisa de dinheiro. Precisamos costurar mais com projetos, ter a questão dos projetos. Às vezes as pessoas vêm e falam: “- Um programa como o seu não tem nenhum projeto?” (risos) É que realmente é uma falha na minha formação, essa parte de execução de projetos, busca por projetos tanto incentivados com verbas estaduais ou federais que a gente ouve que existem. Talvez por essa minha ligação com a prática, ao atleta, ao aluno, ao profissional, acabei me afastando um pouco dessa parte teórica de projetos (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

O PEAMA é mantido com recursos oriundos da prefeitura, de patrocinadores e de uma associação que administram, como explicado a seguir.

“[...] A gente tem recurso municipal, o espaço é público, boa parte dos profissionais são públicos, nós temos patrocinadores, e uma coisa muito legal que é o aluguel de bicicletas no maior parque aqui da cidade. O recurso vem todo por uma associação que a gente montou AJEP - Associação Jundiaense de Esportes Paralímpicos, no entendimento, que o município tem que dar conta da iniciação, não é o município que tem que levar um ou dois atletas para nadar o brasileiro em Manaus, quem tem que fazer isso é a iniciativa privada. A partir daí montamos a associação e temos recurso para contratar hoje os nossos profissionais. Temos hoje 15 profissionais contratados por essa associação que dão conta de fazer o que a prefeitura não dá. Porque eles têm um gargalo de pessoal e espaço, então, por meio dessa associação que é uma ferramenta jurídica do PEAMA, é um CNPJ do PEAMA a gente contrata esses profissionais que prefeitura não consegue de contratar. [...] Porque entendemos que o rendimento tem que funcionar a parte da prefeitura. **Não é função da prefeitura cuidar de um pequeno número de atletas, a função da prefeitura é cuidar de muitos atletas e aumentar a participação no esporte adaptado.**” (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

O entrevistado destaca sobre a importância do trabalho da prefeitura estar voltado para a iniciação ao esporte, fato que será melhor discutido a diante. Pelo fato de Jundiaí apresentar características próprias no atendimento de pessoas com deficiência em programas físico-esportivos devido a criação do PEAMA, preferiu-se iniciar a discussão pelo município de Jundiaí. Como em Barueri e Campinas o esporte para pessoas com deficiência é conduzido em parceria com a Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e por Associações, respectivamente, foram entrevistados representantes/gestores desses espaços para se compreender melhor como se estabelece a parceria e como são ofertados os programas a esse público. A caracterização desses gestores é apresentada no Quadro 10.

Quadro 10. Caracterização dos gestores de secretarias ou órgãos parceiros do esporte no município.

Características dos Gestores de Secretárias ou Órgãos Parceiros do Esporte			
	Barueri		Campinas
	Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência		Associação Paraolímpica de Campinas (APC) e Associação de Esportes Adaptados de Campinas (ADEACAMP)
Entrevistado	G8	G9	G10
Data da entrevista	24/08/2018	24/08/2018	29/08/2018
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino
Idade	49 anos	51 anos	48 anos
Função	Diretora do Departamento Esportivo	Diretora do Departamento de Cultura e Lazer	Diretor de projetos
Formação	Educação Física (FEFISA)	-	Educação Física (PUC)
Ano de Formação	1991	-	1992
Tempo de atuação na secretaria	8 anos como professora 1 ano e meio na gestão	10 anos	12 anos
Formação Complementar	Pós-graduação em educação, psicopedagogia, gestão e esporte adaptado	-	Mestrado Unicamp (2003) Doutorando (Unicamp)
Experiência profissional	Professora de educação especial	Professora de educação especial	Confederação Brasileira de Esportes para Cegos Federação Paulista de Esportes para Cegos Comitê Paralímpico

Fonte: Elaborado pela autora

A política de esporte em Barueri é gerida por uma Organização Social (OS), contratada por meio de chamamento público. O esporte para as pessoas com deficiência também é gerido por essa Organização Social que realiza a contratação dos profissionais que atuam na Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. As atividades são desenvolvidas nas dependências desta secretaria atendendo diversas deficiências com atividades culturais, recreativas, atividades físicas e esportivas. Entre o público, as deficiências intelectuais e múltiplas são predominantes.

“Então, a secretaria de esportes fez um chamamento, que trouxe uma organização social chamada Raízes, e ela recebe subvenção municipal pra conduzir o programa Barueri Esporte Forte. Barueri Esporte Forte numa das vertentes tem a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e atende com profissionais, fisioterapia, educação física [...] pra que eles executem todas as demandas que eles tenham hoje. [...] Mas então, essa é a relação, contratamos, fizemos o chamamento, essa OS contrata o pessoal, a OS depois desenvolve o trabalho lá da forma que eles querem atuando com os profissionais que nós cedemos. [...] a OS tem que atender, bater uma meta e ela geralmente, tem vistas à parte quantitativa, porque ela precisa justificar o dinheiro que recebeu, aí a orientação, por isso que é legal que ela não desenvolva nada sem ter o especialista da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porque senão, ela vai contratar qualquer professor, então tem que ter especialidades, tem que ter o conhecimento [...]” (Barueri - Gestor 5 – G5)

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Barueri surge em 2010 e incorpora ex-funcionários e alunos da escola especial. A escola foi criada em 1991 por um vereador que tinha um filho com Síndrome de Down. Com a extinção da escola especial as pessoas em idade escolar foram para a escola regular, mas adultos e idosos com deficiência que não conseguiam ingressar no mercado de trabalho, passaram a ser atendidos pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

“[...] Aí quando se findou a escola especial, os que estavam dentro, alguns que tinham idade escolar foram pra escola e a gente tinha muito idosos ainda, gente acima de 25 anos. Esse grupo, ele ficou separado, a gente criou um centro de atenção integral à pessoa com deficiência, ele está ligado à secretaria. Então, se manteve esse **atendimento por direito**, a gente não tinha o que fazer, não temos o centro dia, nem se falava de centro dia nessa época ainda, acho. Nós temos um minicentro dia com eles, só que de porta fechada e aí eles passam por vários atendimentos: atividades físicas, culturais”. (Barueri – Gestora 9 – G9)

“O ideal seria, dentro da proposta de secretaria, fazer com que eles tenham **condições de poder transitar pelo município**, uma pessoa que tenha condição realmente [...]” (Barueri – Gestora 8 – G8)

A secretaria oferece serviços de acolhimento, tecnologia assistiva, empregabilidade, atividades culturais, esportivas e de lazer, entre outras. A porta de entrada sempre é o acolhimento e a triagem. A partir da avaliação e dos interesses da pessoa ela é atendida em um dos programas da secretaria ou encaminhada para algum outro serviço municipal (polo), de preferência, próximo a sua residência que tenha a possibilidade de atender essa pessoa com deficiência de maneira inclusiva.

“Quando a gente olha a pessoa com deficiência, a gente não tem só um olhar voltado para o esporte, a gente tem um olhar voltado pra várias possibilidades em que ele pode estar inserido tanto no esporte como na cultura, como no lazer, então a gente faz esse apanhado, alguns casos que vêm pra gente, passa por uma triagem e, às vezes, ele não tem o perfil pro esporte, passou pelos instrutores, não tem o perfil, mas ele pode ser encaminhado (para outra atividade) [...] Hoje na secretaria cadastrados é em torno de 8 mil pessoas com deficiência, laudado, munícipe, laudado [...] A gente não conseguiu puxar ainda um mapeamento de quantos tem matriculados nos polos, a gente não tem essa média, mas eu estou falando de uma média de 8 mil munícipes cadastrados, sendo que eu tenho 360, esses ou não estão ou estão nos polos [...] (Barueri – Gestora 8 – G8)

A entrevistada destaca o reduzido número de pessoas que são atendidas regularmente diante da demanda existente no município e a falta de mapeamento das pessoas com deficiência que são atendidas em outros serviços, os chamados polos. Outro desafio apontado é o atendimento e a inclusão de pessoas com deficiências severas.

“Eu acho que o ponto positivo é que a gente tem construído muitas coisas interessantes no sentido de ver possibilidades [...] Negativos que eu tenho sentido na cultura é que, às vezes, parece que eles vão ficar pra sempre... É você começa, vamos pensar, quem está fazendo pintura em tela e tem alguns que estão há 8 anos com a gente [...] eu tenho esse desafio, e desafio todos a pensar comigo, como gerir isso com eles agora, mesmo que seja uma vez por semana e eles continuam, criaram um vínculo de amizade, um vínculo de produção. Eles estão produzindo em casa, porque eu sei que tem mãe que vende as telas [...] tem mais a ver com o social, tem mais a ver com **participar de algum lugar** e pra mim o desafio é esse e vamos seguindo, então eu penso, aí eu só fico preocupada com isso, às vezes eu começo a pensar que é uma pequena escola especial. Ai meu Deus, e a gente foge do modelo? Mas e talvez esse modelo ainda exista, me perpassa e a gente talvez não tenha como quebrar. [...] Já pesquisei sobre tentar profissionalizar eles como artesão e propor um espaço, mas aí alguns são dependentes da mãe e um cuidador, e aí você empaca nisso [...] então acho que esse pra mim é **um desafio de fazer programas que tenham começo, meio e fim e eu consiga encaminhá-los pra esse outro lugar** [...]” (Barueri – Gestora 9 – G9)

Similarmente, ocorre no município de Jundiá com as atividades esportivas oferecidas:

“[...] cerca de 60% dos nossos atendidos **são pessoas com deficiência intelectual, são aquelas pessoas que, é, passaram da idade escolar e não foram inseridas no mercado de trabalho** por conta da deficiência intelectual, não é? Porque a gente sabe que a questão da lei de cotas é, vai procurar aquele que tem uma **pequena deficiência,**

aquele que não vai gerar uma grande adaptação e deficiência intelectual, via de regra, fica fora disso.” (Jundiaí - Gestor 7 – G7)

De fato, pessoas com deficiências graves são mais dependentes e possuem menos oportunidades de se inserirem socialmente, devido às barreiras da própria deficiência, as barreiras do ambiente pouco acessível e das barreiras sociais relacionadas à estigmas e preconceitos. Esse é um desafio que está posto para a prática profissional e para os gestores como destacado pelos entrevistados são poucos os espaços que oferecem oportunidades às pessoas com deficiência isso exige um olhar crítico do profissional que está no atendimento.

“[...] então atividades esportivas, vamos se dizer que, a maioria não faz, mas atividades enquanto qualidade de vida, enquanto participação, às vezes, as pessoas confundem: – ai terapia. Tem pais que vêm trazer o filho e diz assim: – ah, hoje a terapia do meu filho foi ótima. **Eles ainda confundem esse papel do profissional, por quê?** [...] A gente lida muito com as famílias também, eu acho que essa relação com a família é de extrema importância, porque eles têm **uma confiança no nosso trabalho**, nas pesquisas, quando a gente faz a pesquisa, eu não sei se é pra agradar, se não é, mas, eu acho que, pelo menos dentro da ouvidoria, a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência não tem reclamação[...].” (Barueri – Gestora 8 – G8)

“[...] porque existe essa valorização por causa que os nossos alunos são **carentes de atenção**, a pessoa com deficiência é uma pessoa que no esporte é muito carente de atenção, não tem oportunidades, é, eu costumo falar bastante para os professores que **a gente tem que ser muito crítico no nosso trabalho**, avaliando o nosso trabalho, porque a gente tem poucos críticos de fora, porque as pessoas vêm e falam: “nossa, que legal!” Mesmo os pais falam: “nossa! Não encontrei isso em lugar nenhum”. É, ou seja, **a gente não tem críticos e não tem concorrentes**, então o que faz com que a gente precise ser muito criterioso no nosso trabalho, **porque eventualmente ele não está ali porque o trabalho é bom, ele está ali porque não tem opção**, então isso precisa ser considerado, a gente precisa ser muito atento a isso e ser muito crítico na avaliação do nosso trabalho, do nosso atendimento. [...]” (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

Outro aspecto destacado pelos gestores de Jundiaí e Barueri é a procura de municípios próximos para a troca de experiências.

“Eu acho que **a secretaria vem contribuindo até com os municípios próximos** hoje, a gente sabe disso, porque vem nos procurando no sentido de trocar ideias, ver o que tem [...] mas nossos municípios próximos estão muito voltados ao que a gente faz e a gente tem tentado, com poucas pernas, **porque é muita coisa pra poucas pessoas** [...] E eu vejo ainda muita gente fora desse sistema, ainda

muita gente fora, mas e a gente corre atrás dessa formação, aí corre atrás também de tentar transferir o que se faz, a gente precisa de formação e a gente já tem uma formação pra passar[...] eu acho que tem muita história, assim, de sucesso, **de coisas que foram sendo construídas** [...] mas atender, divulgar e tentar discutir o que se faz, que é possível, as pessoas nos procuram com isso [...]” (Barueri – Gestora 9 – G9)

“[...] um outro problema político, digamos assim, **a gente hoje atende a doze cidades além de Jundiaí**, então são cidades que não têm nenhuma iniciativa esportiva adaptada do entorno. Eu falo que é um problema político, porque eu tenho mães que estão na fila de espera que vêm e falam: “e aí? Mas eu sou de Jundiaí, eu pago imposto aqui e eu tenho uma pessoa lá que é do município vizinho e está fazendo atividade e eu não posso?” (risos) [...] A gente não vai colocar ninguém pra fora, até por causa que a gente sabe, a dificuldade, que tem poucos, então a gente vai tentando crescer e vai tentando atender à medida das nossas possibilidades. [...] Já houve alguma tentativa, mas ainda não conseguimos efetivar nada, **a nossa tentativa é de que na cidade floresça alguma coisa**, então nós já tivemos algumas cidades que, Cabreúva aqui, por exemplo, Itupeva, Limeira até que não é nem tão próximo, mas já começaram programas municipais a partir daqui. A gente procura dar esse tipo de incentivo, pra daí poder atender mais o pessoal daqui mesmo.” (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

As experiências locais de Jundiaí e Barueri apontam para ações exitosas que foram se consolidando ao longo do tempo, que embora distintas, possuem conceitos norteadores e desafios em comum. A consolidação de tais ações se deu conforme apresentado por condições particulares desses municípios que foram disparadores para as políticas públicas construídas. A gestão não é algo dado, isso é construído com o tempo e depende de fatores políticos locais, no entanto, a aproximação de outros municípios e as tentativas de disseminar tais iniciativas é positiva. Como levantado pelo gestor da Secretaria Municipal de Esportes de Barueri, na política é essencial continuidade e ter claro quais são as prioridades para a gestão.

[...] o órgão público nunca é muito fácil, é isso, você deve conhecer, mas aqui, a vontade de crescer foi sempre muito boa, porque politicamente, a resposta que aconteceu foi o seguinte: **houve continuidade dos programas**, porque os prefeitos, um indicava o outro e sucessivamente eles tinham uma linha de continuidade, mas ficou uns 25 anos aí, é, 23 anos na verdade sem mudar, alterar nada, só ia crescendo o projeto. **Quando houve uma ruptura**. [...] a secretaria de esportes há mais ou menos uns cinco anos não disputa mais jogos regionais nem abertos, porque nós entendemos que estamos reorganizando uma casa [...] No último mandato, ficou muito ruim, **o prefeito realmente abandonou o esporte e agora nós estamos reconstruindo**, então a hora que você vai colocar numa

planilha quais são as **prioridades**, disputar jogos regionais não era uma delas. (Barueri - Gestor 5 - G5)

Embora o esporte de rendimento esteja presente nos municípios, inclusive para pessoas com deficiência, este não é o foco das ações. Para o gestor de Jundiaí isso é bem claro, o esporte de rendimento é bom, mas deve acontecer naturalmente, como resultado de um trabalho desenvolvido com foco na inclusão, participação em diversas práticas esportivas, desenvolvimento motor e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo.

“Aqui a gente usa a atividade física e o esporte como uma ferramenta da pessoa com deficiência perceber as suas **possibilidades**. Poderia ser qualquer outra coisa, **podia ser a música, podia ser o teatro, podia ser a literatura, mas o que a gente sabe fazer é esporte**, então a gente usou o esporte e a atividade física, então hoje a gente atende cerca de 330 alunos, já passaram mais de 1500 alunos pelo PEAMA nesses 23 anos[...] um dos maiores pontos positivos do PEAMA, é, nós somos um programa que **foca a iniciação esportiva** adaptada, enquanto estiverem essas pessoas aqui que criaram, é isso que a gente vai focar, eu vejo que a gente tem muitos programas, é, no Brasil, que começam no alto rendimento paralímpico e automaticamente vão descartando as pessoas que não têm interesse no alto rendimento, não é? É, e é isso que a gente não vai fazer, não quer fazer, não vai fazer nunca, não é? Que o **nosso objetivo é dar oportunidade esportiva para a pessoa com deficiência**, não é? Então eu acho que esse é um diferencial grande do nosso programa, ter esse **foco na iniciação esportiva e não no alto rendimento**”. (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

No município de Barueri estão implementando algumas ações voltadas para o esporte de rendimento, a partir, da aproximação com grupos paradesportivos já existentes no município. Entretanto, as gestoras reconhecem que este percentual de atendimentos é ínfimo diante da demanda real por práticas esportivos, recreativas e culturais.

“É interessante que o esporte em si e o rendimento são objetivos diferentes, o esporte rendimento é resultado, o objetivo deles em competição é resultado, mas já no esporte escolar existe mais aquele cunho educacional de inclui-los, não que o rendimento, mas infelizmente ou felizmente, o **rendimento é seletista**, ele seleciona os melhores, então você tem lá um grupo, você, mesmo sendo pessoa com deficiência, você quer ganhar, então o esporte na questão da competição da pessoa mesmo sendo pessoa com deficiência ou sem deficiência é o mesmo objetivo: **resultado**.” (Barueri – Gestora 8 – G8)

Em Campinas as políticas de esporte para as pessoas com deficiência se situam no esporte de rendimento, por meio de associações contempladas com o Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas (FIEC), o principal objetivo é a formação de paratletas para representar a cidade em competições.

“O trabalho desenvolvido aqui, na realidade, sofreu um pouquinho de retrocesso ao invés de ir pra frente, até pelo **momento econômico** que a gente tá passando, todas as prefeituras tão passando. Então o que aconteceu foi o seguinte: a gente antes tinha contato com um número muito maior de equipes e tinha mais recurso pra oferecer para as equipes. Hoje a gente tem que lidar com **menos equipes, com menos recursos** e tentar fazer mais qualidade de trabalho. Então, eu acho que essa é a grande diferença do gestor hoje, é encontrar algum jeito de oferecer algo, vamos dizer assim, pros parceiros que a gente tem, que representam Campinas, pra eles poderem tá representando a cidade sem prejuízo do trabalho deles, né? [...] essas ações do esporte pra deficiente, elas têm parceiros que são, na maioria são associações, que são contempladas por edital do FIEC e elas realizam todo o trabalho, o que a gente dá pra eles além da **verba** é o **espaço** que eles vão desenvolver as atividades. Então, hoje a gente tem um Centro Esportivo de Alto Rendimento, que eles fazem o atletismo, fazem a natação lá, a gente tem quadras poliesportivas nas praças, que eles desenvolvem treinamento também. Então a parceria é assim, eles fazem o atendimento que a gente não tem condição de fazer, né? Até porque pra trabalhar com deficiente precisa ser uma pessoa que tenha conhecimento de como se trabalha, quais são as deficiências e tudo o mais.” (Campinas - Gestor 6 - G6)

O entrevistado destaca como uma das dificuldades dessa forma de gestão a falta de conhecimento das pessoas que atuam no esporte em elaborar projetos.

“[...] Então, eu acho que a grande dificuldade das pessoas que mexem com esporte é que eles são ex-atletas, ex-técnicos ou o filho joga e o seu pai gosta do esporte e na hora que você tem que sentar pra escrever um bom projeto, não sai. Então, esse é um ponto negativo no sentido de diminuir mais ainda as associações, quem entra pra solicitar esse dinheiro, né? E alguns entram que não tem nem condição de aprovar, porque **o projeto também não tá bem escrito**. É uma dificuldade. [...] o nosso secretário fez uma parceria com o Sescon, que é a rede de contabilistas aqui de Campinas, com o SESI, pra dar curso de projeto. Então, nós chamamos todas as entidades que trabalham com esporte em Campinas e nós demos um curso pra eles, pra eles aprenderem a fazer projetos. [...] Primeiro precisa aparecer mais projetos, porque se aparece mais projetos inscritos, a gente atinge o teto pra aquele setor, que seria, no caso, o esporte pra deficientes... Como atingiu o teto, a gente poderia justificar pro ano seguinte aumentar o teto.” (Campinas - Gestor 6 - G6)

No entanto, o Gestor 10 entrevistado que atua pela Associação Paraolímpica de Campinas (APC) e pela Associação de Esportes Adaptados de Campinas (ADEACAMP),

ambas associações contempladas com os editais do FIEC no município comenta sobre a sua experiência na gestão do esporte paraolímpico e na captação de recursos por meio do FIEC, lei de incentivo ao esporte, lei paulista de incentivo ao esporte e patrocinadores.

“[...] eu comecei em 1990, a lei (lei de incentivo ao esporte) surgiu em 2007, foi razoavelmente tranquilo porque, na verdade, **eu fui transferir a expertise que eu tinha do acadêmico, de fazer projetos acadêmicos para fazer projetos esportivos**. O que deu um pouquinho mais de trabalho foi entender a burocracia do ambiente público e compreender o que de fato a lei permitia e o que ela não permitia, mas assim, sem grandes problemas. [...] têm que estar atento às mudanças das leis, às portarias novas, existem movimentos políticos, mudanças de ministro, de secretário. Você tem que estar o tempo todo ativo, buscando e entendendo o que pode acontecer no futuro para você criar um caminho menos árduo. Do ponto de vista da capacitação, você tem que estar abrindo um **diálogo com outras áreas do conhecimento**. [...] a fundação dessas entidades (APC e ADEACAMP) se deu por conta da lei, coisa que não se tinha antes, a lei do esporte e a gente entendeu que era um dos caminhos para gerar **sustentabilidade do projeto** e aí a gente se organizou institucionalmente para se tornar apta para buscar isso [...] No caso da Associação Paraolímpica de Campinas, nós conseguimos no ano de 2017 ser a única entidade paraolímpica do país a estar entre as vinte entidades que mais captaram recursos no ano de 2017 [...] No âmbito da ADEACAMP a gente tem vinculado um dos patrocinadores, que é um dos maiores do Brasil e o que só investe em rúgbi. A gente conseguiu que, além de investir no rúgbi convencional, que era o que ele sempre fazia... ele passou a investir no rúgbi paraolímpico, ele tá com a gente implantando projeto na lei de incentivo [...] (Campinas – Gestor 10 – G10)

A APC foi criada em 2007 e oferece as atividades de atletismo e natação. A ADEACAMP foi fundada em 2008 a partir do projeto de Extensão Atividades Motoras e Esportes Adaptados da Educação Física (FEF) da UNICAMP. A associação atua com rúgbi, handebol e esgrima em cadeira de rodas e ainda mantém parceria com a universidade para a utilização do espaço e para a realização de pesquisas acadêmicas. O Grupo de Amigos Deficientes e Esportistas de Campinas (GADECAMP) é outra associação citada pelo entrevistado que teve sua origem na UNICAMP, na década de 1980, mas que em 1999 se desvinculou para que a equipe de basquete em cadeira de rodas pudesse focar nas competições. Em Campinas também há a Equipe Gigantes de rúgbi em cadeira de rodas, fundada em 2012 e que participa de diversos campeonatos. São várias as associações que atuam em Campinas com esporte adaptado, o histórico delas destaca o papel da UNICAMP nessa construção, assim como ocorreu em Jundiaí, município próximo, no entanto, a configuração foi totalmente distinta. Enquanto em Jundiaí houve o vínculo com a prefeitura em Campinas os projetos surgiram na universidade, se desvincularam, criam associações visando o esporte de rendimento e hoje

dependem da captação de recursos. O entrevistado G10 destaca o quanto Campinas tem potencial para desenvolver o esporte para as pessoas com deficiência, porém, falta articulação política.

“[...] o esporte paraolímpico é tão forte, primeiro porque ele tá dentro de um universo que **produz recursos humanos muito qualificados** que é a própria **UNICAMP** que tem uma história de referência nacional no esporte paraolímpico então não falta recursos humanos aqui em Campinas, tem de sobra. A gente tem a **PUC** que também tem uma história longa com trabalho com pessoa com deficiência, você tem grandes hospitais que trabalham com reabilitação, você tem entidades muito sólidas que trabalham também com a reabilitação (Rede Lucy Montoro), não com esporte, mas com reabilitação de maneira geral. A gente teria um cenário perfeito. Nós temos indústrias, uma das principais indústrias do desenvolvimento de próteses (*Ottobock*) está em Campinas. Mas ninguém conversa, **não tem um veículo articulador** pra isso, no meu entendimento isso deveria ser feito através de **política pública**. As secretarias deveriam criar um diálogo com essas pessoas e fomentar isso. Você tem a secretaria de esportes isolada de um lado, a secretaria da pessoa com deficiência isolada de outro... entendeu? Cada um criando sabe-se lá o quê. Nós temos um conselho que também não articula, cada entidade brigando por sua querela financeira, provando que tem um valor x lá de atendidos porque recebe per capita [...] As entidades não são um problema. O problema é o ambiente público que é feito de um marasmo absoluto e de uma falta de desejo de criar qualquer coisa, então assim, a gente vive esse momento no Brasil de uma desconfiança absoluta de tudo que é público, sobre quem faz a gestão pública, como são geridos os recursos e uma preguiça de quem está lá em querer fazer qualquer coisas. Você pega uma cidade como Campinas, por exemplo, é vergonhoso! Se as entidades pararem de fazer esporte paraolímpico **não tem nenhuma ação, nenhuma do próprio município**. Se as iniciativas privadas resolverem parar acabou o esporte paraolímpico no município de um milhão e duzentas mil pessoas, um dos maiores PIBs do país. [...] apesar de ter todo um cenário favorável, não há articulação em relação a isso. **A secretaria, que deveria fazer o papel articulador**, às vezes ela não articula as coisas. Então eu vejo que a gente tem limitações [...]” (Campinas – Gestor 10 – G10)

Em sua fala o entrevistado cita nomes de paratletas medalhistas que passaram por projetos do município como Clodoaldo Silva, Alan Fonteles, Verônica Hipólito e Silvânia Costas e destaca que muitos dos atletas atuais recebem bolsa atleta em diversos níveis, além de, esclarecer como tem optado em submeter os projetos para as leis de incentivo ao esporte.

“Os projetos de formação estão ligados a lei estadual, porque é uma prerrogativa da **lei estadual, tem como prioridade projeto educacional**. Tanto a APC quanto a ADEACAMP enviam projetos nessa linha e a **lei federal tem uma tendência a aprovar e liberar recursos para o esporte de rendimento**, claramente o que se tem de recursos lá acaba gerando rendimento. A gente criou uma política

interna das entidades para isso: lei estadual é formação, esporte educacional, lei federal é rendimento [...] tem atletas nossos tanto recebendo bolsas do governo federal, tem atletas nossos que são do time de São Paulo e tem atletas nosso que recebem benefícios menores, então nós, principalmente a APC ela tem uma ramificação maior, ela **tem atletas recebendo bolsas de quase todos os níveis**.[...]” (Campinas - Gestor 10 - G10)

Sobre a formação esportiva relatou sobre a dificuldade em captar recursos para a formação esportiva adaptada já que o perfil das pessoas com deficiência difere do perfil encontrado no esporte convencional. Segundo o entrevistado G10, captar recursos para o esporte de rendimento é facilitado pela maior visibilidade que possui, em partes devido a mídia e ao trabalho do Comitê Paralímpico Brasileiro.

“[...] o **rendimento é aquele que abre, mais visível**, a gente fala e eles não entendem o que é, quando você fala de esporte de formação é meio esquisito ainda mais num universo paraolímpico [...]. Como é o perfil do atleta de rúgbi? Ele é um adulto que sofreu um acidente ou um jovem adulto entre 18 e 30 anos, então eu tenho que fazer iniciação esportiva com essa pessoa, esse é um trabalho de formação, quando a gente fala em formação a primeira coisa que vem é criança, no esporte paraolímpico não é, você tem um universo de adultos que estão fazendo indicação esportiva ou por veículo de reabilitação ou pra dar continuidade a sua vida ativa esportiva mesmo então isso ainda é meio confuso na cabeça das pessoas, é preciso desmistificar isso. Até quando você vai escrever projetos pra trabalhar recebendo recursos públicos, você coloca lá que vai trabalhar até 35 anos [...] aí você tem que explicar, trazer as estatísticas nacionais, o perfil de quem é que tem esse tipo de lesão e não sei o que... É um trabalho de desenvolvimento de consciência crítica nessas pessoas que as vezes estão muito distantes desse universo. [...] Como o comitê paraolímpico vem fazendo um trabalho muito bom de **mídia**, de contextualização de quem é esse atleta isso já tá meio no inconsciente das pessoas, o trabalho de formação agora, o comitê também tem essa meta de trabalhar formação, trabalhar o resgate de mulheres para o esporte, então talvez a gente tem que navegar um pouco nessa onda que o comitê vai criando também **numa política maior e de visibilidade** [...]” (Campinas – Gestor 10 – G10)

Ainda sobre a formação paradesportiva os entrevistados de Campinas divergem sobre a maneira que ela deve ocorrer. O entrevistado G6 ligado à Secretaria de Esportes de Campinas defende a ideia que o esporte deve ser fomentado na escola. Para G10 na sua opinião a formação de paratletas deve ocorrer nos clubes e, portanto, estes devem ser fortalecidos. Até porque quanto atuava no Comitê Paralímpico trabalhou com a formação de educadores.

“[...] eu acho que seria o caminho levar o esporte junto com a universidade. Então, são parcerias de estágio das pessoas, de utilização de espaço, de avaliação, de desenvolvimento, de preparação, até de cursos, né? Abrir pra oferecer cursos, então essa parceria, é, **esporte universidade ou esporte escola**, eu acho que ela é muito importante e ela ocorre muito pouco, que é, na realidade, o perfil do esporte dos EUA, né? O esporte do Brasil, ele vem do modelo europeu, então aqui a gente faz esporte dentro de clube, só que **os clubes hoje não têm dinheiro** mais pra fazer esporte, eles fazem esporte social, do sócio e o modelo americano, não, o modelo americano, o esporte tá dentro da escola, que é onde tá a criança, que é onde tá o adolescente, que é onde, na universidade, então eu acho que esse é o caminho. (Campinas – Gestor 6 – G6)

“Eu peguei o **início da inclusão escolar**, então as pessoas tinham aversão a isso [...] Nesse período aí, meados da década de 90, 95, 96 até o início dos anos 2000 tinha muita **resistência**. Era um período duro de você ir moldando a cabeça das pessoas. Agora tem uma lógica que a gente também percebe que é assim, a pessoa ela tem uma vocação a inclusão ou ela não tem uma vocação pra inclusão. Isso é da pessoa. [...] A gente percebia às vezes estruturas boas com profissional totalmente avesso a inclusão e aí não funcionava. Você tinha às vezes estruturas ruins com profissionais totalmente flexível, criativo e aberto a fazer isso e aí funcionava [...] Tô envolvido agora em outro tipo de política que é o **fortalecimento dos clubes**, a profissionalização dos clubes desportivos paraolímpicos. Minha bandeira nesse momento é essa, fortalecer e mostrar que aquela ideia da **entidade assistencial acabou**. O esporte ele é vivo, **é um esporte de rendimento mesmo** e a gente tem que construir um fortalecimento maior dos clubes para que eles possam abrir diálogo, principalmente, com o comitê e com outras confederações que gerem os clubes [...] (Campinas – Gestor 10 – G10)

Assim como outros gestores entrevistados, G10 assume papel de gestão a partir da sua prática ainda no Comitê Paralímpico Brasileiro, quando acumulava o cargo de técnico da natação e coordenador nacional da natação para cegos. Ao retornar das Paralimpíadas de Sidney com uma medalha inédita na natação na categoria de deficientes visuais ele é questionado a escolher uma das funções.

“[...] Eu tinha acabado de ganhar uma medalha de ouro, a única medalha de ouro para o Brasil [...] Eu entendia que se eu tinha sido colocado em xeque naquele momento mesmo sendo o único cara a ganhar medalha de ouro é **porque alguém precisava fazer o papel da gestão** então, assim, é... você, como eu, tem uma formação acadêmica acima da média para o profissional de Educação Física isso, ser doutor, é uma coisa que é um sonho de muitos, a gente tá tendo esse **privilégio**, então a gente tem uma

formação que traz pra gente pensar coisas mais inovadoras e foi esse papel que eu abracei hoje. [...]” (Campinas – Gestor 10 – G10)

A partir da fala dos entrevistados é possível identificar similaridades na trajetória profissional, nos desafios da gestão e na constituição de tais ações, projetos e programas, embora a forma como a gestão esteja estruturada seja distinta nos municípios. Os municípios estudados foram escolhidos por serem municípios contemplados para receber os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs), nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre a infraestrutura esportiva do município, sobre a construção do CIE, sobre a Rede Nacional de Treinamento e sobre o legado das Paralimpíadas de 2016 para o esporte e para o município.

Sobre a infraestrutura esportiva dos municípios os gestores destacam alguns pontos que precisam ser analisados. Em Barueri foi o fato das estruturas serem antigas e não possuírem acessibilidade. Em Campinas, foi destacado o baixo número de equipamentos, visto o tamanho da cidade. Em Jundiaí, foi o fato das estruturas estarem desgastadas devido ao tempo.

“[...] Então ela (infraestrutura esportiva) é, em quantidade, ela é fantástica; em qualidade precisa melhorar bastante. Mas se a gente mantivesse essa quantidade, que é uma pretensão, melhorando pra novos projetos de verticalização, como eu já disse, é imbatível. [...] Então, mas tem que melhorar muito. Melhorar a qualidade, que a quantidade tá boa. [...] tem 13 ginásios e um com 5 mil pessoas, não tem uma Arena Barueri, que cabe 40 mil pessoas, ninguém tem isso. Então nossa estrutura é muito boa, mas a hora que você vai falar do atendimento, a hora que você fala de como que consiste o atendimento [...] muito antiga, tá precário, tá ultrapassado, alguns deles ultrapassados, alguns estão sendo modernizados agora. [...] essa estrutura é muito antiga, precisa derrubar e verticalizar, aí funciona bem, porque da forma que tá não tem acessibilidade, não tá preparado, não tem rampa de acesso e não tá legal e aí como agora você não consegue nada se não for com as normas técnicas específicas, então fica muito mais fácil, quebrou, você levanta pra fazer outro direitinho.” (Barueri - Gestor 5 - G5)

“Olha, nós temos aqui uma infraestrutura boa pra atendimento, nós temos aí 36 praças, poderia ampliar um pouquinho mais, mas, falta estrutura esportiva mesmo, não de atividade física e exercício físico, mas esportiva, Campinas hoje tem 1 milhão e 200 mil habitantes e tem dois ginásios cobertos. [...] Quer dizer, é muito pouco, teria que ter no mínimo, no mínimo uns dez ginásios. O quadro de professores do esporte hoje tá reduzido até pela lei da responsabilidade fiscal, então a gente tem poucos professores, não tem concurso, quer dizer, tudo tá relacionado ao dinheiro. Então assim a estrutura, ela é boa, mas ela

poderia ser muito melhor se tivesse maior investimento[...]" (Campinas - Gestor 6 - G6)

“Todos os espaços de treinamento são espaços públicos. Temos 3 centros esportivos, esse e mais dois. A gente está em um parque, que é o parque da cidade, que é público, só que não pertence ao esporte, mas é público... é onde tem o ciclismo e a canoagem [...]. Acho que é uma boa estrutura, des-gas-ta-da.... o Bolão aqui, esse centro esportivo é o principal centro esportivo nosso, ele tem 65 anos, mas até hoje ele é.... ele chama a atenção na cidade, pela arquitetura, o espaço, pelo entorno, está no coração da cidade. E por isso também que a gente quis vir pra cá, por que a gente queria estar onde tivesse o que tem de melhor para atender as pessoas com deficiência. Então, ós nascemos aqui e já tiveram tentativas de tirar a gente daqui (risos) mas a gente estamos aí, sobrevivendo. Mas eu considero, perto de cidade que a gente visita, que a gente tem uma estrutura legal, sim.” (Jundiaí – Gestor 7 - G7)

Recentemente, os municípios de Barueri e Campinas receberam equipamentos esportivos, que foram viabilizados por meio de parceria com o Governo Federal. Estes equipamentos integram a Rede Nacional de Treinamento. Em Barueri foi entregue o Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) – modelo I, em maio de 2018 e em Campinas o Centro Esportivo de Alto Rendimento (CEAR) foi parcialmente inaugurado em 2008, sem, no entanto, ter as obras totalmente concluídas. Em Campinas e em Jundiaí, apesar de terem os projetos contemplados para a construção dos CIEs, estes não tiveram as iniciadas.

“[...] eu acho que é difícil que seja consolidado até pelo histórico que a gente tem sobre isso, até pelo tempo também que passou, é, seria bacana, seria um salto grande até porque na nossa cabeça iria para uma área muito carente de recurso esportivo aqui da cidade, não é? Mas é infelizmente por questões financeiras e políticas aí, entendemos que dificilmente consiga sair.” (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

“[...] o município cede o local, tem que tá com uma verba, que é uma construção é compartilhada, tudo tem que ser documentado [...]. Então o que acontece? É foi uma coisa assim nós imaginávamos uma coisa com muito mais dificuldade, mas aí a hora que você põe a mão mesmo pra ver que que tem, como tem que ser feito, quanto que recebe, o controle da coisa é muito tranquilo, vale muito a pena fazer e ter e o município [...]” (Barueri - Gestor 5 - G5)

“[...] O Centro Esportivo de Alto Rendimento, ele foi uma parceria da prefeitura com o governo federal na época do Orlando Silva, que ele era o ministro do esporte, então, a prefeitura cedeu um espaço, que era uma fazenda e foi a iniciativa privada, foi uma fazenda e nessa fazenda, a iniciativa privada, ela construiu uma piscina, são, na realidade, são três piscinas, uma de 50 metros, uma de 25 e um tanque de saltos ornamentais. Hã, o condomínio que cedeu, ele construiu

quadra de tênis, 4 quadras de tênis e o governo federal deu dinheiro pra construção de uma pista de atletismo, que hoje é uma das melhores que tem no Brasil. Além disso tinha projeto pra construção de ginásio, de uma arena badminton, é, de, alojamento e aí salas, né? De musculação e tudo, é um centro de rendimento, mas hoje esse centro ele tá, o que tá funcionando lá é a pista de atletismo, porque a gente tem a Orcampi (Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima) , que é uma equipe, que é a melhor do Brasil hoje, de atletismo e ela que toma conta daquele espaço. As piscinas, a prefeitura mantém, limpa tudo, mas como quebrou caldeira, tá frio, então não tá aquecendo aí, cai na verba, não tem verba pra entrar. Então ficou meio assim o Centro Esportivo de Alto Rendimento era pra atender o estado de São Paulo, só que o governo federal mudou o ministro e largou tudo pra prefeitura e a prefeitura não tem perna pra conseguir realizar todo aquele trabalho. Então hoje ele tá funcionando uma parte só, o restante tá tudo parado. Não tem o ginásio, não tem nada.[...] hoje todo o custo dele é da prefeitura de Campinas, o que a gente tem feito? A gente até abre pras outras cidades treinarem, mas a gente pede um aluguel pra ajudar pra manutenção do centro, que é muito caro, e aí a cidade não quer, entendeu? [...] eu sei que o Centro Esportivo de Alto Rendimento foi uma parceria, só que hoje a gente gasta por mês 200 mil reais. Quer dizer é dinheiro, então fica difícil e aí eles vêm, usam tudo e vão embora e a gente tem que repor tudo, esse é o problema.” (Campinas - Gestor 6 - G6)

Ainda sobre a construção do CEAR em Campinas o G10 complementa:

“Na época o secretário municipal era o cunhado do ministro, ele se articulou porque tava vindo olimpíada para cá e construíram um centro. A ideia da construção do centro (CEAR) não é ruim para uma cidade do nosso tamanho, certo? O problema é que eles esqueceram de combinar quem ia manter isso depois porque o patrimônio passou a ser da prefeitura, o investimento do governo federal e o patrimônio e a manutenção da prefeitura. Ele só esqueceu de combinar quem ia gerir isso. A prefeitura numa ineficiência absoluta virou o famoso elefante branco lá, está se deteriorando .” (Campinas - Gestor 10 - G10)

O G6 destaca as dificuldades da gestão em lidar com projetos, prazos e outras secretarias tanto para a efetivação do CEAR quando para a proposta do CIE.

“Tem umas coisas importantes do funcionamento da máquina pública, que é assim: nós tínhamos verba pra construção do ginásio poliesportivo do CEAR, então quando a verba vem, ela entra numa conta, só que você precisa apresentar o projeto, mas o projeto não é o projeto escrito, é o projeto estrutural, é a planta do que vai ser desenvolvido com aquele dinheiro e aqui, o que acontece, eu não sei, eu acredito que seja na maioria das prefeituras, é assim, você pede então para a secretaria de urbanismo, que é onde estão os arquitetos e engenheiros tudo o mais ou secretário de obras, eles retornam dizendo que eles estão entupido de coisas, que não dá pra eles fazerem o projeto, aí você perde o prazo. Então vamos contratar alguém pra fazer. Chega lá [...] no comitê gestor, ele fala que você não pode

contratar, porque tem um concursado dentro da prefeitura pra fazer aquilo lá, então você não consegue, entendeu? [...]” (Campinas - Gestor 6 - G6)

“Mas é um projeto federal (CIE). Quando retornou, o que aconteceu, precisa ter uma planilha junto de levantamento de todos os orçamentos dos materiais que precisavam, porque é obrigatório fazer isso, três orçamentos e a planilha, ela é gigantesca, então o que eu peguei, eu fui simples, direto e objetivo, eu falei minha parte eu já fiz, agora financeiro, a planilha tá aqui, o material tá aqui, vocês façam o levantamento e devolva, porque tem prazo. Perdeu o prazo. [...] todo mundo aqui dentro sabe que foi assim, então o que que adiantou? O que que adianta? Você escreve um projeto, ele é contemplado, mas na hora que você precisa da outra parte, que é pra dar o andamento da papelada e tudo o mais, não vai.” (Campinas - Gestor 6 - G6)

Sobre a proposta do CIE em Campinas o G10 complementa:

“ [...] A planta dos centros de iniciação esportiva ela vem pronta do governo federal e, em tese, é para ter, por força de lei, condições de acessibilidade. [...] são três modelos de planta, eu não sei quais dos modelos de planta Campinas foi beneficiada, o que eu espero é que se foi, que tenha acessibilidade mínima para que as pessoas possam fazer uso e para que os esportes paraolímpicos possam se beneficiar disso também. Agora eu acho que isso já tem mais de cinco anos [...] Não saiu do papel ainda. Campinas tem tido **um histórico de perder recursos junto ao governo federal na área do esporte por ineficiência na elaboração dos seus projetos e por não conseguir dar conta a tempo das demandas que o governo federal exige**, a gente já perdeu recursos em outro momento para o próprio CEAR, milhões de reais porque não deram conta de resolver imbróglios lá administrativos, jurídicos e esse dinheiro acabou se perdendo. Dinheiro que, por incrível que pareça, que o próprio prefeito enviou na época em que ele era deputado federal. [...] Tudo bem, quando a gente fala de dinheiro público a gente tem algumas variantes mais complexas que talvez o financeiro e o jurídico da prefeitura tem que entrar, mas é vontade política, entende? Pegar, sentar, vamos preencher esse negócio [...] (Campinas - Gestor 10 - G10)

A infraestrutura para prática esportiva é uma variável importante para a implementação de programas, em especial, para as pessoas com deficiência. Tanto que as políticas criadas nos últimos anos têm contemplado essas questões. Na prática, porém, observamos que há inúmeras dificuldades para a concretude dessas ações, que estão ligadas a recursos financeiros, interesses políticos, organização da gestão, conhecimento dos gestores, entre outros. O resultado tem sido uma política de esporte bem definida conceitualmente, mas pouco exequível.

Perguntados sobre a realização dos Jogos Rio 2016, em especial a Paralimpíada os entrevistados levantaram questões relacionadas à cobertura da mídia e refletiram

sobre o quanto isso reflete a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência e o quanto pode ter alguma influência nas políticas públicas.

“[...] no esporte paraolímpico, quando eles oferecem os jogos, você quase não vê nada, você tem que caçar pra ver, você tem que ter uma TV a cabo, que não é todo mundo que tem, ficar olhando uma internet, [...] então não se divulga da forma que deveria as milhões de possibilidades que tem nos esportes adaptados [...] então eu acho assim como um processo pra se mostrar o que é possível, é legal, mas ainda tá longe de ser uma coisa que realmente vá dar frutos pra você criar **políticas públicas** pra que isso realmente atenda todo mundo [...]” (Barueri - Gestor 5 - G5)

“[...] a **mídia deixa em segundo plano**, então não é uma coisa que todo mundo acompanha. [...] ia ter uma disseminação maior se todos pudessem ter acesso, eu acho que a mídia faz não acontecer muitas coisas ou acontecer, então quando traz para o Brasil ainda, muito interessante, a mídia é tudo hoje, se não passa na televisão, as pessoas não têm essa informação, porque poucas vão pra lá assistir o evento de fato.” (Barueri – Gestora 9 – G9)

“[...] o Brasil no esporte paralímpico, ele tá indo muito bem, obrigado, mas não retrata a educação física pros deficientes. Então, apesar da gente ter aí alcançado pódios, cada vez melhor colocado, aí entre os países da Paralimpíada, eu acho que isso daí ainda **não reflete a dificuldade que as pessoas que têm deficiência** têm aqui no Brasil em tudo: acessibilidade, oportunidade e assim por diante. [...]” (Campinas - Gestor 6 – G6)

Sobre as Paralimpíadas os entrevistados destacam que houve legados relacionados à visibilidade e a construção do Centro de Treinamento Paraolímpico em São Paulo. Contudo, comentam que os investimentos cessaram o que prejudica a continuidade dos trabalhos. Por outro lado, a forma como o esporte paralímpico está estruturado e a maneira como o Comitê Paralímpico tem conduzido as suas ações foi apontado como um aspecto positivo.

“A questão dos jogos, eu acho que é muito legal para gente que é de esporte é muito legal, mas eu não acho que a gente estava preparado para isso, não é? [...] não acho que tenha agregado, é, muita coisa até porque **os investimentos cessaram** e isso para a gente ficou muito claro, não é? A gente precisa de projetos com investimento contínuo, é, infelizmente o que a gente percebeu é que os investimentos pararam [...] em relação à perspectiva do esporte adaptado, é eu acho que a gente está num momento crescente [...] o esporte paralímpico brasileiro tem os resultados que tem, porque começou sem alguns vícios que o esporte regular tem, não é? Olhou para aquilo que tinha de errado e conseguiu evitar algumas coisas, é, então muito por conta disso, por ter pessoas sérias também que estão ali à frente [...]” (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

Paes e Amaral (2017) ao analisarem o impacto dos Jogos Olímpicos 2016 nas políticas públicas de esporte educacional no estado de São Paulo observaram o discurso de legitimação da pirâmide esportiva ao se valorizar os resultados obtidos por atletas paulistas durante as Olimpíadas. As autoras também notaram o discurso de pseudovalorização do esporte ao creditar ao megaevento a possibilidade de fortalecimento do esporte social, mas sem, no entanto, se ter o devido acompanhamento financeiro. No esporte paralímpico, aparentemente há a mesma tendência de se valorizar o esporte rendimento.

“[...] O Brasil entregou bem a olimpíada e a paralimpíada do ponto de vista técnico. Por incrível que pareça, a gente não gerou tantos elefantes brancos assim se a gente for comparar com a copa do mundo. [...] No caso da paraolimpíada a gente teve dois ganhos muito claros, um ganho de **visibilidade social** [...] Do ponto de vista social esse é um legado efetivo. O maior legado é o **centro de treinamento** que tá em São Paulo, se alguém tiver dúvidas que existe legado é só chegar lá e visitar. O Comitê Paralímpico nesse aspecto já nasceu mais maduro e entendendo como manter esses pós jogos com metas mais claras, a gente foi beneficiado pela lei brasileira de inclusão que aumentou recursos e isso gerou uma sustentabilidade financeira para os jogos. Eu vejo pra 2020 os atletas paraolímpicos em condições muito melhores de treinamento e de situações de trabalho do que os olímpicos. [...] o comitê tem uma clareza e é mais fácil de gerir porque é menor também, gerir um esporte olímpico é um tamanho, paraolímpico é outro tamanho. A interferência das outras confederações é muito menor, no esporte olímpicos as confederações bagunçam um pouco mais a coisa. Eu vejo como muito positivo para o universo do esporte paraolímpico. Isso tem gerado mercado de trabalho para mais profissionais [...] Agora é para se fortalecer, por isso que eu tô batendo nessa tecla, o comitê sozinho não vai sustentar, nós precisamos amadurecer os clubes.” (Campinas - Gestor 10 - G10)

Visibilidade, infraestrutura, recursos humanos e financeiros são fundamentais para que as os projetos sejam sustentáveis na iniciação de pessoa com deficiência no esporte e para a formação de paratletas. Os entrevistados comentaram sobre a participação dos municípios em competições como os jogos escolares, jogos regionais e jogos abertos do interior. Com relação aos jogos escolares a necessidade de contato com as escolas, via secretaria de educação para se obter os dados dos participantes foi apontado como um dificultador do processo, principalmente, para as associações que não possuem um vínculo com os órgãos públicos.

“ [...] temos a participação no JEESP, os Jogos Escolares do Estado de São Paulo, que a gente encaminha alguns usuários indicados pelos profissionais que têm a condição, que está dentro da faixa etária e que

estuda, está regularmente matriculado nas escola [...] tem o período de inscrição, a gente faz no período de inscrição, faz um link com a educação e nós enquanto secretaria acabamos disponibilizando o transporte, se necessário, entramos em contato com o Comitê Paralímpico Brasileiro [...] (Barueri – Gestora 8 – G8)

“Eu tenho algumas críticas sobre a forma como acontecem as seletivas e tudo mais, o governo do estado é bem bagunçadinho também em relação a isso, fica uma coisa meio caixa-preta, quem tá lá no meio tá sabendo das informações, quem não tá... não é uma coisa que chega e assim, na prática, é o aluno que se inscreve pela escola, ele não se inscreve pelo clube, mas quem tá treinando é o clube. Fica uma coisa meio complicada, às vezes a gente precisa de uma informação da escola e a escola nem sabe do que se trata. [...] o governo do estado organiza a seletiva dos jogos escolares de qualquer modalidade e tem a paraolímpica, as escolas com seus professores deveriam inscrever seus alunos, isso porque é a escola, só que quem faz esportes, treinamento de esporte em escolas? Ninguém faz! Aí o clube tem que fazer o papel da escola [...] de inscrever também diante das informações que a gente recebe da escola. Só que isso gera muito furo, entendeu? Aí não aparece o nome do clube, é o nome da escola, fica difícil justificar algumas coisas, entendeu?” (Campinas - Gestor 10 - G10)

Em Jundiaí por ter um trabalho sólido construído ao longo dos últimos 23 anos, segundo o entrevistado, o município tem conquistado bons resultados por ter um grande número de atletas.

“[...] a gente faz seletiva para ir para os jogos regionais abertos, enquanto as cidades fazem aí uma busca no momento, não é? A gente tem muitos atletas, então a gente vai sempre com a equipe completa para pontuar, fazer o máximo de pontos possíveis, tanto que a gente tem para escolher ali as melhores pessoas para irem participar, não é? Então a gente acaba tendo essa vantagem e por conta disso a gente teve um resultado muito bom, sempre ficamos em primeiro, tanto na natação como no atletismo da nossa região. Quando chega nos abertos, daí como tem a questão das contratações, tem atletas paralímpicos, tem cidades que gastam muito, nessa contratação, coisa que a gente não faz, a gente não paga nenhum atleta. Nem no regular, nem no PEAMA, então daí a gente não tem um resultado tão bom, a gente fica ali: quarto, quinto, sexto, não é? Mas considerando que é só com as pessoas que a gente forma em casa, acaba sendo um resultado bem legal.” (Jundiaí - Gestor 7 - G7)

O entrevistado comenta também sobre alunos do PEAMA que competem nos jogos escolares e já se destacaram em âmbito internacional nos Jogos de Inverno, sendo este um processo natural da formação esportiva para aqueles que possuem um perfil, embora não seja o foco do programa.

“[...] Hoje a gente tem atletas que estão despontando no ambiente paralímpico, a gente tem o Thomas, o Cristian, mas uma coisa que é importante, que eu acho que é legal ressaltar, que a gente nunca buscou o alto rendimento. Hoje a gente tem meninos e meninas aí que estão no alto rendimento por conta de que o esporte de competição acontece naturalmente [...] O pessoal das Paralimpíadas de inverno, veio nos procurar, porque eles tinham uma verba e não tinham atletas. Eles fizeram uma peneira dentro dos nossos atletas, procuraram e acharam alguns meninos como o Cristian [...] ele ficou em sexto lugar na Coréia agora nas Paralimpíadas de Inverno, o que representa o melhor resultado do Brasil na história da neve. [...] perceberam o potencial dele, era uma federação que tinha dinheiro, tinha um projeto incentivado, então levou para a neve, então ele passou várias vezes na Itália, passou várias vezes lá na Argentina, treinou muito, mas assim, é aquela história do Jamaica Abaixo de Zero⁵, porque a molecada de lá não acreditou, não é? Quando viu um menino do Brasil que viu neve só no último ano da vida e conseguiu um resultado desse. Então, foi bem legal, mas por conta desse trabalho de base. Desses muitos alunos que a gente tem com deficiência, que fazem esporte independente de buscar um resultado, mas o resultado acaba acontecendo naturalmente para aqueles que têm o perfil.” (Jundiá - Gestor 7 - G7)

A partir do exposto pelos entrevistados com base nas experiências particulares dos municípios e dos desdobramentos que essas ações, projetos e programas desenvolvidos têm obtido na consolidação dessas políticas, na captação de recursos, no atendimento das pessoas com deficiência e na formação de paratletas, se faz necessário, compreender melhor o perfil dos participantes. Para isso, no próximo capítulo são apresentados dados paratletas das principais competições do país.

⁵ Filme de comédia de 1993 baseado em fato real ocorrido nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1988, no Canadá, no qual a Jamaica estreia com a equipe de *bobsleigh* (esporte de inverno no qual equipes compostas por duas ou quatro pessoas em um trenó realizam descidas cronometradas em uma pista de gelo sinuosa). No filme é retratado como esses atletas que nunca viram neve antes se preparam para a competição.

VII – PERFIL DOS PARATLETAS

Para compreender como o esporte para as pessoas com deficiência está estruturado no Brasil e em especial no estado de São Paulo, se faz necessário além de conhecer os marcos normativos, a legislação, os documentos oficiais e os gestores, compreender como as políticas públicas têm-se efetivado por meio de ações, projetos e programas.

Ao longo do texto foram discutidas estas questões, porém, o esporte para as pessoas com deficiência possui forte relação com a atuação do Comitê Paralímpico Brasileiro, para além do esporte como rendimento. A atuação no estado de São Paulo se dá por parceria com a Secretaria Estadual de Esporte e com a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que buscam por meio do fomento ao esporte escolar proporcionar o esporte de base e a formação de paratletas.

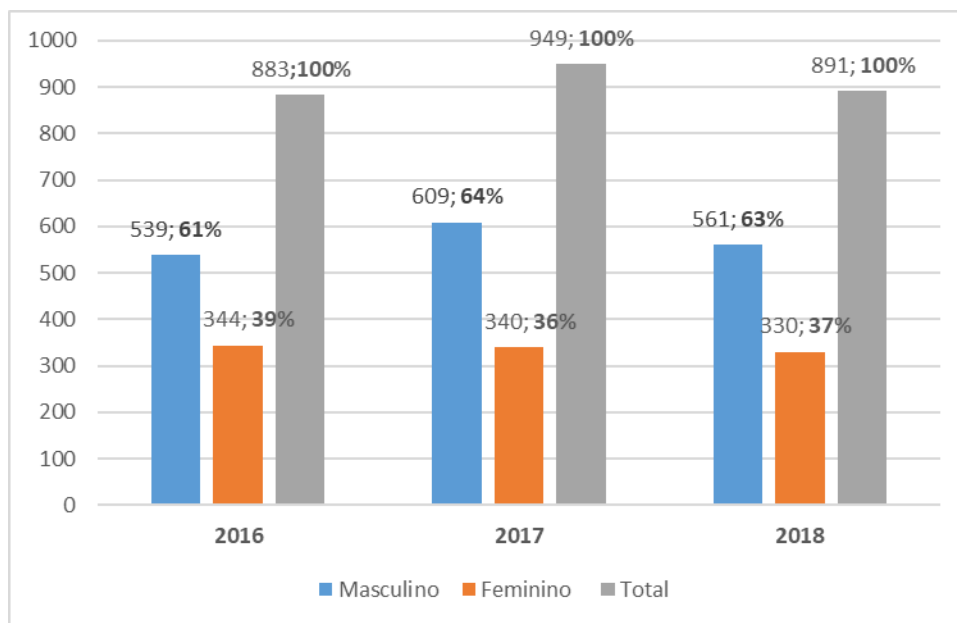
Infelizmente, durante a pesquisa não foi possível acessar os dados das competições realizadas pela Secretaria Estadual de Esportes (JEESP, Jogos Regionais e Jogos Abertos), apenas aqueles disponibilizados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (Paralimpíadas Escolares e Regional São Paulo). Portanto, os dados apresentados compreendem os anos de 2016, 2017 e 2018, com quase 5 mil cadastros de paratletas. A partir desses dados, é possível analisar o perfil dos paratletas no que diz respeito a sexo, deficiência e região de origem.

As Paralimpíadas Escolares é o maior evento mundial para jovens com deficiência em idade escolar (12 a 17 anos). O evento ocorre anualmente desde 2009 e reúne estudantes de todo o Brasil para as competições. Na edição de novembro de 2019 serão realizadas competições em doze modalidades: atletismo, bocha, futebol de 5, futebol de 7, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, voleibol sentado, basquete em cadeira de rodas e parabadminton (CPB, 2019).

O Regional São Paulo é patrocinado pelas Loterias Caixa e composto por quatro fases regionais (Regional São Paulo, Rio-Sul, Norte-Nordeste, Centro-Leste), nas modalidades atletismo, natação e halterofilismo e duas nacionais, além de um Campeonato Brasileiro individual de cada modalidade. Os resultados obtidos nas competições ranqueiam os paratletas para as competições nacionais e internacionais (CPB, 2019).

Ao analisar os dados dos últimos três anos das Paralimpíadas Escolares nota-se que houve pouca variação no número de participantes das edições, porém, em todas elas há um porcentual maior de meninos do que meninas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Participantes das Paralimpíadas Escolares nos anos de 2016, 2017 e 2018 conforme sexo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

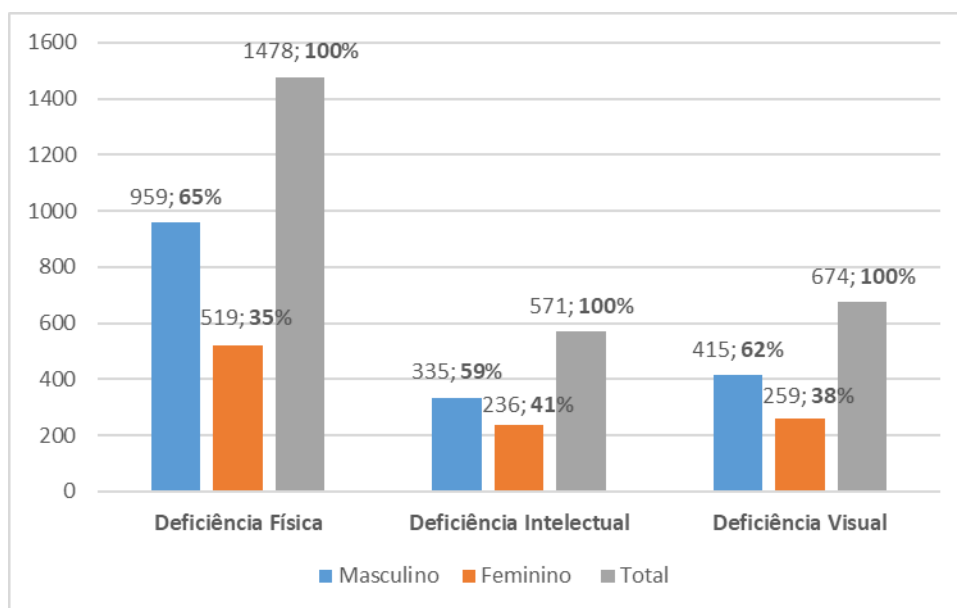
As relações de desigualdade de gênero entre homens e mulheres são abordadas na literatura e estão presentes na luta feminista por direitos. Embora pauta em comum entre as mulheres tem-se defendido cada vez mais a pluralidade do feminismo em torno da diversidade e das especificidades entre mulheres (brancas, negras, com deficiência, entre outras).

Mulheres e meninas com deficiência, por exemplo, possuem maior probabilidade de sofrerem negligência, violência, maus tratos e abuso sexual do que aquelas sem deficiência. Mesmo no esporte o recorte de gênero apresenta discrepância. Nas aulas de educação física é comum que as meninas sejam pouco incentivadas e que haja o favorecimento dos meninos para a ocupação do espaço e para a prática esportiva. As meninas e mulheres são frequentemente vistas como menos capazes, habilidosas e com corpos frágeis para a prática esportiva, principalmente em determinadas modalidades.

No esporte rendimento também há menor visibilidade da mídia para as mulheres que, constantemente, recebem menos patrocínios, menores salários e premiações. Os dados apresentados apontam que o fator gênero também é determinante entre as pessoas com deficiência para o acesso ao esporte. Estas são questões estruturais que refletem em todos os espaços sociais. Como apontado pelos dados, no esporte para pessoas com deficiência as relações de desigualdade de gênero também estão presentes e devem ser consideradas por profissionais e gestores.

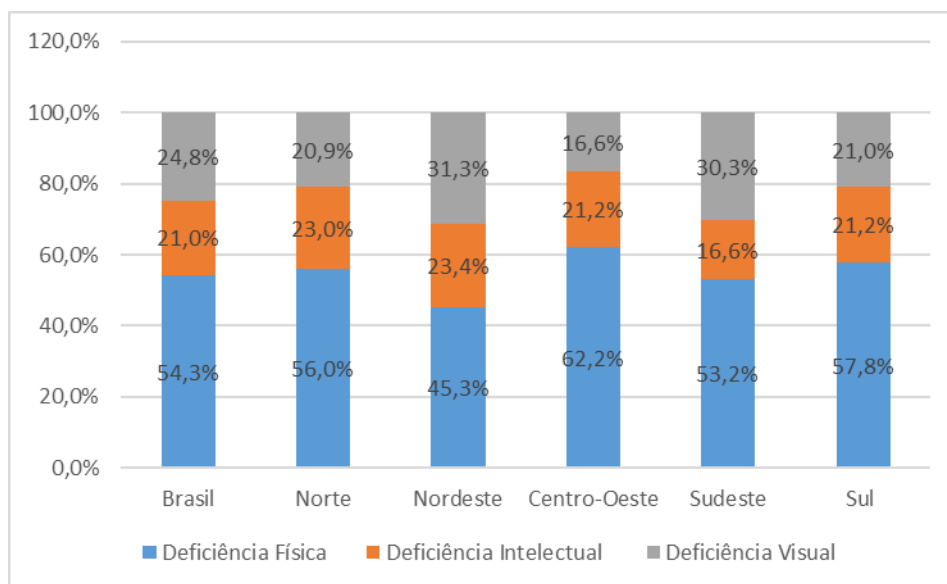
Ao considerar as três últimas edições foram 2.723 participantes, sendo que há o predomínio de estudantes com deficiência física, seguidos por aqueles com deficiência visual e intelectual (Gráfico 16). O tipo de deficiência e o grau de deficiência são outros fatores determinantes para o acesso à educação, trabalho e a outros espaços de convívio social. Quanto mais limitante a deficiência menores são as oportunidades de acesso.

Gráfico 16 - Participantes das Paralimpíadas Escolares conforme sexo e deficiência nos anos de 2016, 2017 e 2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Nas três últimas edições das Paralimpíadas Escolares, entre os 2.723 estudantes, havia 473 (17,4%) da região Norte, 632 (23,2%) do Nordeste, 471 (17,3%) Centro-Oeste, 628 (23,1%) Sudeste e 519 (19,1%) da região Sul. No Gráfico 17, é apresentada a distribuição dos participantes por região e tipo de deficiência.

Gráfico 17. Participantes das Paralimpíadas Escolares por deficiência e região.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

A Tabela 12 compila os dados dos participantes das três últimas edições das Paralimpíadas Escolares de acordo com os estados de origem. Observa-se que os estados que tiveram maior número de participantes foram: Santa Catarina (262), Pará (220), São Paulo (215), e Minas Gerais (199). Embora as últimas edições tenham sido realizadas na cidade de São Paulo, surpreende a expressiva participação de estudantes do Pará, o que pode ser indicativo de um programa estruturado para pessoas com deficiência no âmbito escolar, o envolvimento dos professores de educação física e o possível incentivo das Secretarias de Esporte e de Educação dos municípios e do estado.

Ao analisar separadamente os dados dos estados observa-se que, embora seja mais frequente a participação de pessoas com deficiência física, os estados da Bahia e do Piauí não tiveram nenhum representante nessas condições. O estado da Bahia teve entre os seus estudantes 61,8% com deficiência visual, seguido pelo Rio de Janeiro com 43,6% e do Maranhão com 38%, estes estados tiveram o maior percentual de pessoas com deficiência visual nos seus grupos. Tocantins (40,9%), Bahia (38,2%) e Maranhão (34,85) foram estados que tiveram em seus grupos um percentual significativo de estudantes com deficiência intelectual, já que Piauí e Roraima possuem um percentual maior, porém pouquíssimos participantes.

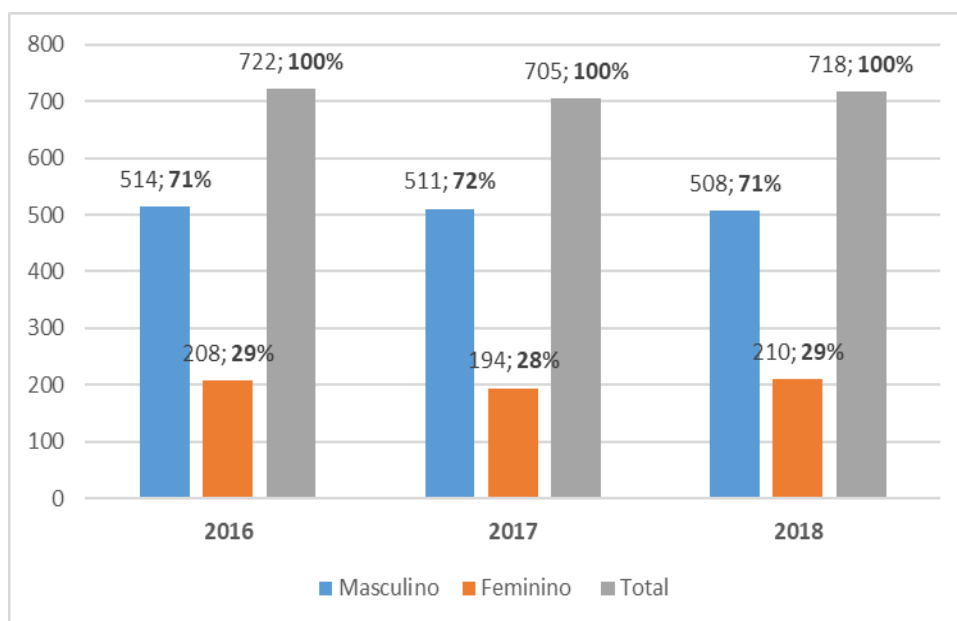
Tabela 12. Participantes das três últimas edições das Paralimpíadas Escolares por deficiência e estado.

	Deficiência Física		Deficiência Intelectual		Deficiência Visual		Total 2016	Total 2017	Total 2018	Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	Nº	Nº
Brasil	1478	54,3	571	21	674	24,8	883	949	891	2723
Norte	265	56,0	109	23	99	20,9	144	167	162	473
Acre	18	64,3	8	28,6	2	7,1	7	16	5	28
Amapá	28	63,6	10	22,7	6	13,6	14	15	15	44
Amazonas	41	82,0	0	0,0	9	18,0	16	13	21	50
Pará	116	52,7	42	19,1	62	28,2	65	76	79	220
Rondônia	40	48,8	28	34,1	14	17,1	30	31	21	82
Roraima	2	40,0	3	60,0	0	0,0	0	2	3	5
Tocantins	20	45,5	18	40,9	6	13,6	12	14	18	44
Nordeste	286	45,3	148	23,4	198	31,3	203	208	221	632
Alagoas	23	76,7	7	23,3	0	0,0	9	5	16	30
Bahia	0	0,0	13	38,2	21	61,8	15	12	7	34
Ceará	36	49,3	13	17,8	24	32,9	21	29	23	73
Maranhão	25	27,2	32	34,8	35	38,0	28	32	32	92
Paraíba	77	50	24	15,6	53	34,4	60	50	44	154
Pernambuco	34	55,7	10	16,4	17	27,9	20	15	26	61
Piauí	0	0,0	3	100	0	0,0	0	3	0	3
Rio Grande do Norte	47	48,0	23	23,5	28	28,6	25	34	39	98
Sergipe	44	50,6	23	26,4	20	23	25	28	34	87
Centro-Oeste	293	62,2	100	21,2	78	16,6	136	150	185	471
Distrito Federal	106	68,8	33	21,4	15	9,7	45	55	54	154
Goiás	46	67,6	11	16,2	11	16,2	20	11	37	68
Mato Grosso	21	35,6	16	27,1	22	37,3	22	20	17	59
Mato Grosso do Sul	120	63,2	40	21,1	30	15,8	49	64	77	190
Sudeste	334	53,2	104	16,6	190	30,3	252	252	124	628
Espírito Santo	58	59,8	24	24,7	15	15,5	28	35	34	97
Minas Gerais	105	52,8	39	19,6	55	27,6	64	63	72	199
Rio de Janeiro	61	52,1	5	4,3	51	43,6	67	50	0	117
São Paulo	110	51,2	36	16,7	69	32,1	93	104	18	215
Sul	300	57,8	110	21,2	109	21	148	172	199	519
Paraná	69	59,5	27	23,3	20	17,2	37	36	43	116
Rio Grande do Sul	80	56,7	37	26,2	24	17	33	52	56	141
Santa Catarina	151	57,6	46	17,6	65	24,8	78	84	100	262

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Ao considerar os dados dos participantes das três últimas edições do Regional São Paulo, encontra-se um perfil semelhante. Maior participação de homens e de pessoas com deficiência física. Ao todo participaram das competições do Regional São Paulo 2.145 paratletas, sendo que 1.533 (71,5%) eram do sexo masculino e 612 (28,5%) feminino. Nota-se que a desigualdade de gênero entre os participantes das duas competições se torna mais acentuada no Regional São Paulo, o que indica que, ao longo da vida, diminuem as oportunidades de acesso às práticas físico-esportivas pelas meninas/mulheres

Gráfico 18. Participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018 conforme sexo.



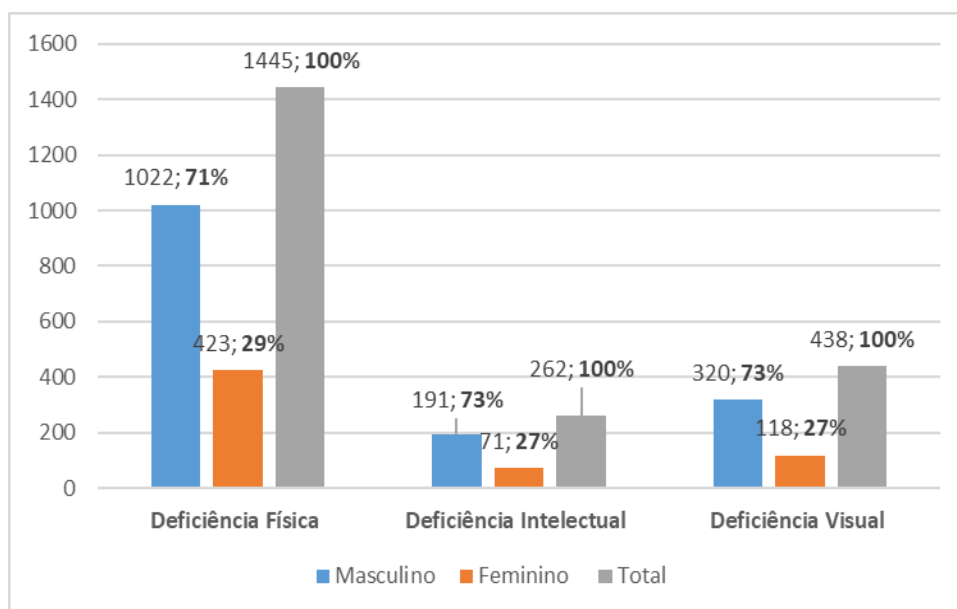
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Dos 2.145 paratletas participantes 262 (12,2%) possuíam deficiência intelectual, 438 (20,4%) deficiência visual e 1.445 (67,4%) deficiência física (Gráfico 19). Diferentemente das Paralimpíadas escolares que atendem jovens entre 12 e 17 anos, o Regional São Paulo permite a participação de pessoas com deficiência de qualquer faixa etária (Gráfico 20).

Os competidores mais jovens possuíam 14 anos e os mais velhos 70 anos. A faixa etária entre os 20 e 49 anos é onde se concentra a maior parte dos participantes. Isso se justifica, pois, no paradesporto é comum a iniciação esportiva tardia, após acidente e aquisição da deficiência. Outro fato, é que por possuir uma diversidade entre as deficiências e categorias em cada modalidade isso permite ao paratleta permanecer

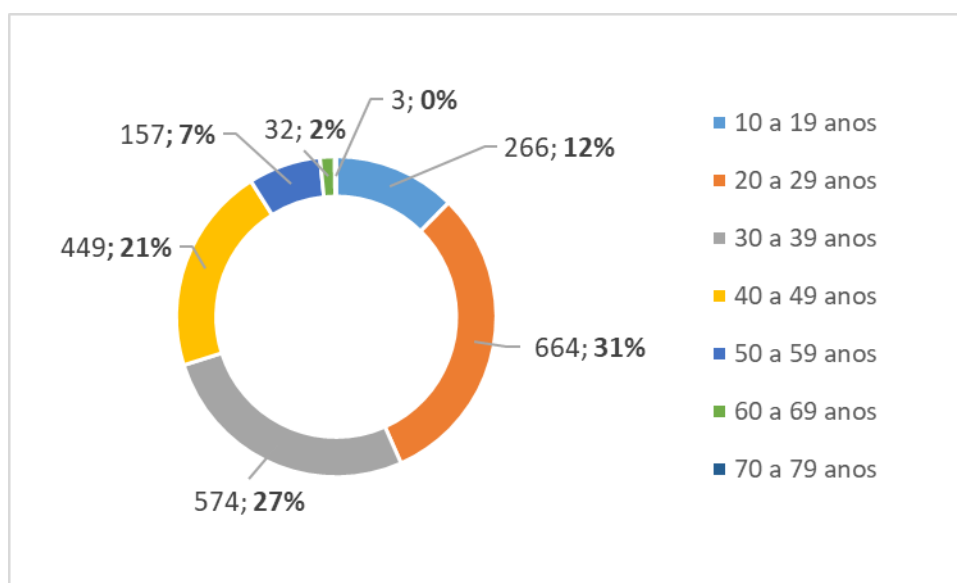
por mais tempo no esporte de rendimento, visto que em algumas condições o fator de seletividade do esporte pouco atua.

Gráfico 19. Participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018, por deficiência conforme sexo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Gráfico 20. Paratletas participantes do Regional São Paulo nos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme faixa etária.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Ao considerar a distribuição no estado de São Paulo dos paratletas do Regional São Paulo, observa-se que a maioria são das Regiões Esportivas 1 (Grande São Paulo e Santos), 4 (Campinas) e 2 (São José dos Campos), Quadro 11. Na região 1 as cidades de São Paulo e São Bernardo do Campos levaram respectivamente, 377 e 123 paratletas. Na região 4, 85 paratletas eram de Indaiatuba, 80 de Campinas e 42 de Bragança Paulista. Na região 2 São Jose dos Campos teve 59 paratletas, seguido por Suzano com 56.

Quadro 11. Distribuição dos paratletas do Regional São Paulo de acordo com a região esportiva no estado de São Paulo.

Região Esportiva	Diretorias Regionais de Esporte e Lazer (DREL)	Nº de Municípios	Nº de paratletas
Região 1	DREL da Grande São Paulo DREL de Santos	32	692
Região 2	DREL de São José dos Campos	55	300
Região 3	DREL de Bauru	70	104
Região 4	DREL de Campinas	67	415
Região 5	DREL de Ribeirão Preto DREL de Franca DREL de Barretos DREL de Araraquara	86	104
Região 6	DREL de São José do Rio Preto DREL de Araçatuba	139	156
Região 7	DREL de Presidente Prudente DREL de Marília	112	142
Região 8	DREL de Sorocaba	84	227
Não foi possível identificar			5
Total		645	2145

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Ao analisar as cidades de origem dos paratletas, a maioria é de São Paulo (377), São Bernardo do Campo (123), Itu (96) e Indaiatuba (85). As duas últimas cidades surpreendem por serem cidades com cerca de 200 mil habitantes. Todos os paratletas de Indaiatuba são da Associação Paraolímpica de Indaiatuba e no caso de Itu há 3 entidades: Associação Atlética Ituana, Associação dos Corredores Reunidos, Inclusivos e Adaptados e da Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais - “Escola de Cegos Santa Luzia”.

Quadro 12. Cidades com maior número de paratletas no Regional São Paulo (2016, 2017 e 2018) e região esportiva.

	Cidades	Região	Total de paratletas
1	São Paulo	Região 1	377
2	São Bernardo do Campo	Região 1	123
3	Itu	Região 8	96
4	Indaiatuba	Região 4	85
5	São José do Rio Preto	Região 6	83
6	Campinas	Região 4	80
7	Marília	Região 7	64
8	Praia Grande	Região 1	61
9	Guarujá	Região 1	59
10	São José dos Campos	Região 2	59
11	Suzano	Região 2	56
12	Taubaté	Região 2	48
13	Jacareí	Região 2	42
14	Bragança Paulista	Região 4	42
15	Mairinque	Região 8	40
16	Jundiaí	Região 8	36
17	Santos	Região 1	35
18	Nova Odessa	Região 4	35
19	Limeira	Região 4	33
20	Araraquara	Região 5	33

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela Academia Paralímpica Brasileira (2018).

Outras cidades também apresentam um número expressivo de paratletas no Regional São Paulo o que desperta o interesse em compreender melhor como os programas esportivos estão organizados. Pela estrutura clubista do esporte e pelo que os dados têm apontado se acredita que a maioria dessas iniciativas partam de ONGs e Associações, no entanto, é interessante saber se elas de alguma forma recebem incentivo do poder público por meio de repasse de verbas ou se possuem parcerias com centros de reabilitação ou universidades, por exemplo. Contudo, para análise mais aprofundada o ideal seria ter o histórico de um período maior dessas e outras competições, lembrando que o Regional São Paulo é organizado pelo Comitê Paralímpico e os Jogos Abertos do Interior e dos Jogos Regionais são organizados pela Secretaria Estadual de Esporte, provavelmente ao analisar e comparar esses dados eles apresentariam perfis diferentes. Entretanto, essa análise inicial já fornece alguns indícios e possibilidades para novos recortes e estudos.

IX – AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS FÍSICO-ESPORTIVOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O RETRATO ATUAL.

Inicialmente, quando a pesquisa foi idealizada tinha-se grande expectativa com relação ao contexto vivido no Brasil, a década dos megaeventos esportivos, iniciada em 2007 com os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos e finalizada em 2016 com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, nunca antes realizados na América do Sul. Tais eventos, em tese, possuíam potencial para impulsionar as políticas de esporte, a infraestrutura esportiva do país, a captação de recursos, a capacitação de recursos humanos, o reconhecimento do esporte como direito social e ferramenta de mudança social, devido as suas proporções, abrangência e visibilidade internacional. De fato, tal cenário despertou o interesse de pesquisadores de diversas áreas em estudar o fenômeno e seus desdobramentos. Passado o momento, os fatos evidenciam poucos aspectos positivos e o agravamento do contexto político do Brasil.

Ao delinear a presente pesquisa esperava-se observar os desdobramentos de tais eventos nas políticas de esporte para as pessoas com deficiência, a partir, dos municípios, para aquilo que de fato é realizado pelo poder público. Por vivência como pesquisadora e profissional neste campo e pelo histórico de constituição das políticas de direito das pessoas com deficiência, empiricamente, percebia que a participação destas pessoas em práticas físico-esportivas estava majoritariamente atrelada a instituições sociais e a clubes esportivos. Em resposta às indagações iniciais sobre as políticas públicas de esporte para as pessoas com deficiência observa-se que não há uma política estruturada de atenção para essa população, a legislação e os documentos oficiais afirmam o direito dessas pessoas à participação, porém, não há programas específicos, diretrizes de atendimento ou recursos financeiros com essa finalidade. A implementação de ações, projetos e programas depende do entendimento dos gestores, e como discutido, conforme o contexto histórico-político de cada lugar isso se configura de determinada forma, tendo a princípio, ao menos nos municípios estudados, recebido pouca influência da Paralimpíada Rio 2016.

Na esfera pública o acesso ao campo é dificultado, o estudo passou por diversas adaptações na tentativa de se aproximar do problema de pesquisa em questão. O que exigiu a construção de vias alternativas para a compreensão da temática, principalmente com o apoio de documentos oficiais, que nos dizem mais sobre “o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz” (SOUZA, 2006, p.36) ou como salientam Behring e

Boschetti (2010, p.26) discute-se, “não a política social como ela é, [...] mas como ela deve ser”, sob uma perspectiva prescritiva que não permite a análise da realidade. As autoras complementam afirmando que:

[...] muitas vezes, o debate sobre a política social torna-se fortemente descritivo, com um volume excessivo de dados técnicos, os quais evidentemente não falam por si: requisitam a análise exaustiva de suas causas e inter-relações, e das razões econômico-políticas subjacentes aos dados. Esse é um procedimento que amiúde despolitiza a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, e esvaziando-a das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.25)

Entende-se que os dados e os resultados expostos, mesmo que com as limitações de sua abrangência, dizem muito mais sobre como deveriam ser as políticas de esporte para as pessoas com deficiência do que de fato como são. A dificuldade de se acessar os órgãos públicos, assim como a falta de transparência das informações e de relatórios de avaliação são fatores que contribuíram para a característica mais descritiva desse estudo, porém, na tentativa de reduzir essa limitação buscou-se analisar as possíveis causas e inter-relações, a partir, do campo construído com os gestores entrevistados e da análise dos contextos histórico e político.

A política é abrangente composta por suas dimensões institucional, processual e material (FREY, 1999). As dimensões institucional e material são mais visíveis, pois a primeira se refere a estrutura e organização da política, enquanto a segunda, ao conteúdo (leis, programas e projetos). No entanto, é na dimensão processual nos conflitos e disputas inerentes à dinâmica política que se encontram a complexidade e os desafios da construção das políticas.

Nas políticas sociais é importante considerar a sua múltipla causalidade que compreende as dimensões da história, economia, política e cultura que “não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.43).

Apesar de se compreender a abrangência das políticas e sua complexidade não foi possível neste estudo abarcar todos esses aspectos, portanto, foi necessário deter-se mais em reunir informações que pudessem dar a dimensão do problema de pesquisa. Complementarmente, a fala dos gestores como principais atores para a implantação das

políticas, embora muito restrita ao lugar comum da fala, foi capaz de fornecer alguns indícios para além daqueles conhecidos, referentes ao trabalho no setor público, como: as diferentes formas de gestão e as parcerias estabelecidas de forma a dar sustentabilidade às propostas, a dificuldade do setor público em exercer o papel de articulador e como o Comitê Paraolímpico Brasileiro tem assumido esse papel.

Ao entrevistar os gestores estaduais observam-se políticas transversais de incentivo ao esporte rendimento visando o ciclo paralímpico entre 2012 e 2016, principalmente com o Time São Paulo. A partir da reestruturação desse programa e de outros, como as Paralimpíadas Escolares e os Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP), houve maior preocupação com o esporte escolar, de base e para a formação de possíveis paratletas. Isso vem sendo protagonizado, principalmente, pelo Comitê Paralímpico que, embora esteja investindo na capacitação de professores em competições escolares e em programas de formação de base em diversas modalidades como é o caso do Centro de Formação Esportiva e do *Camping* Paralímpico, tem como objetivo final o esporte rendimento. Porém, o CPB compreende as lacunas existentes no campo e busca estratégias para supri-las criando projetos sustentáveis, como destacado pelo entrevistado, os Centros de Referência buscam a parceria com os governos estaduais, municipais e universidades para implementar os programas. Desta forma, dificuldades de infraestrutura e mão de obra local especializada são solucionadas, considerando-se que estados, municípios e algumas universidades possuem infraestrutura esportiva; as universidades têm estudantes em formação e com potencial acadêmico para a realização de pesquisa e o CPB conhecimento técnico específico para capacitar profissionais e recursos financeiros para algum custeio. Por esses motivos, descentralizar tais ações, em um país com dimensões continentais como o Brasil, se torna mais viável.

Nas falas dos gestores entrevistados foi frequente a indicação da falta de recursos, dos entraves e burocracia do serviço público, da falta de infraestrutura esportiva acessível e de qualidade, da ausência e precariedade em suas formações profissionais para lidar com a gestão e com as pessoas com deficiência, do esporte como uma das possibilidades de inserção social e reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto cidadãos. Informaram também a dificuldade de inserção das pessoas com deficiência intelectual e severas, o esporte rendimento como consequência de um trabalho de base, não como fim, como também a importância das famílias no processo. A estrutura clubista do esporte no Brasil, a atuação transversal em parceria com outras

secretarias, instituições e universidades e a troca de experiências com municípios vizinhos também foram sinalizados pelos gestores como as possibilidades de desenvolvimento das propostas. A atuação transversal pressupõe:

atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia. Quando aplicado a políticas para grupos populacionais específicos, por exemplo, o conceito compreende ações que, tendo por objetivo lidar com determinada situação enfrentada por um ou mais destes grupos, articulam diversos órgãos setoriais, níveis da Federação ou mesmo setores da sociedade na sua formulação e/ou execução. (IPEA, 2009, p.780)

Embora muitas das questões sejam similares entre os três municípios estudados, a forma de lidar com a gestão do esporte para as pessoas com deficiência é distinta. Em Campinas isso é atribuído às associações por meio da destinação de recursos que fomentam o esporte rendimento. Em Barueri, a gestão do esporte como um todo é conduzida por uma Organização Social, sendo o esporte para as pessoas com deficiência, administrado pela Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por esta razão as ações possuem caráter inclusivo, na dimensão do esporte lazer. Ao passo que a atuação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência busca contemplar o esporte rendimento ao ceder espaço para associações já consolidadas. Em Jundiaí, a Secretaria Municipal de Esporte desenvolve ações para esse público há cerca de 25 anos, sendo o trabalho no campo do esporte lazer a fundamentação para as ações. Por ser um trabalho sólido tem contribuído para a formação de paratletas em competições internacionais, inclusive nos Jogos de Inverno, onde o Brasil não tem tradição.

Os gestores também apresentaram discursos contraditórios ao valorizar o esporte educacional, mais para a formação de talentos esportivos, quando na realidade possuem uma articulação frágil com as Secretarias de Educação. Outro ponto é o reconhecimento das práticas físico-esportivas como direito das pessoas com deficiência, porém, com ações que reforçam a visão paternalista, como o repasse de verbas públicas às associações paradesportivas, e a falta de mobilidade urbana e acessibilidade que permitam o acesso das pessoas com deficiência aos equipamentos esportivos.

Pierre Bourdieu em palestra proferida na Universidade Lumière-Lyon em fevereiro de 1999, ressaltou que no campo político apenas um certo número de pessoas

preenche as condições de acesso, isso porque, a capacidade de acesso é desigual, porque ela está atrelada à educação e ao tempo livre e, conseqüentemente, um excedente econômico que permite à pessoa se abster das atividades produtivas. Além disso, há o pressuposto fundamental de que só os políticos têm competências para falar de política, dessa forma se reforça a exclusão daqueles que não têm acesso ao campo político, para que os mesmos políticos se mantenham no poder (BOURDIEU, 2011).

Pensar no perfil dos gestores entrevistados ajuda a refletir sobre quem tem historicamente acessado os espaços de constituição das políticas de esporte e de direitos das pessoas com deficiência. Entre os entrevistados, a maioria são homens, com alto grau de instrução (doutores), portanto, detentores de poder simbólico para ocupar o campo político. Pela trajetória dos gestores entrevistados em algum momento de suas carreiras ocupar esses espaços no campo político se mostrou necessário, como forma de resistência e visibilidade na defesa de direitos (esporte e pessoas com deficiência) pouco presentes na agenda política. Como no caso do gestor de Jundiaí e das gestoras da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, que embora não possuíssem alto grau de instrução construíram o acesso ao campo de forma gradativa ao longo da carreira, sendo que essas últimas por serem mulheres sofrem, conforme relatado, maiores questionamentos em relação ao trabalho que desempenham.

Culturalmente no Brasil não há incentivo para a educação e participação política, seja no ambiente escolar, acadêmico ou nos espaços de convívio social. Isso explica em parte porque as políticas se configuram de determinada forma, reafirmando privilégios de poucos. Pensar em quem conseguiu ocupar esses espaços mesmo não possuindo condições para tal ou, por outro lado, de quem ainda está fora do campo político nos traz outras reflexões sobre o quanto se faz necessário que pessoas diversas estejam ocupando esses espaços. Embora entre os gestores entrevistados não estejam presentes pessoas com deficiência vale destacar que, no momento das entrevistas, estas ocupavam o cargo de presidente ou vice no Comitê Paralímpico Brasileiro, na Secretaria Estadual de Direitos das Pessoas com Deficiência e na Secretaria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Barueri. Fato de extrema importância quando falamos sobre o lugar de fala nos espaços de discussão política e no lema dos movimentos de luta pelos direitos da pessoa com deficiência “Nada sobre Nós, Sem Nós”.

O direito ao esporte e o direito das pessoas com deficiência em diversos âmbitos foram resultados das discussões colocadas por organismos internacionais e dos movimentos sociais do final da década de 1970, que resultaram, no Brasil, na Constituição de 1988. Embora, reconhecidos esses direitos, ainda são encontradas contradições nas políticas considerando sua construção ao longo da história, resultante de diferentes embates ideológicos. Como afirmam Behring e Boschetti (2010, p.25) “toda análise de processos e relações sociais, na verdade é impregnada de política e disputa de projetos societários”. A política no Brasil já passou por ditaduras, períodos de transição e democráticos, Behring e Boschetti (2010, p.181) apontam que as marcas mais recorrentes desse processo são: “o autoritarismo no Estado e na sociedade, a cultura senhorial, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela, o favor.”

Ao discutir as políticas públicas de esporte para as pessoas com deficiência nota-se que ainda há resquícios da sua constituição ao longo da história, conforme apresentado inicialmente. No esporte, ainda se encontram o viés clubista e de rendimento, e no âmbito das políticas para as pessoas com deficiência, a caridade e a filantropia. Embora divergentes, essas visões de mundo ainda coexistem como resultado do processo histórico brasileiro.

O esporte adaptado surgiu nas associações de pessoas com deficiência em busca de direitos, para além da educação e saúde ofertada pelas entidades filantrópicas, considerando seu potencial como ferramenta de reabilitação ao se pautar, principalmente, nas experiências estadunidenses. Hoje, documentos normativos internacionais e nacionais defendem o esporte como direito, ferramenta de inclusão social e formação cidadã do indivíduo. Porém, na prática esse discurso não se apresenta claro nas ações, projetos e programas propostos. Alguns indícios são: 1. Falta de documentos norteadores para as políticas de esporte para as pessoas com deficiência; 2. Falta de uma política estruturada que delimite quais devem ser e como devem ser as ações, projetos e programas de esporte para esse público; 3. Desconhecimento de informações a respeito dos equipamentos esportivos, das pessoas com deficiência e dos recursos humanos existentes; 4. Despreparo dos gestores de esporte para lidar com a política e com o conhecimento da área de educação física, mesmo para os profissionais da área.

Essa configuração favorece que as ações, projetos e programas esportivos para pessoas com deficiência se constituam em associações paradesportivas, desta forma, o

poder público não precisa lidar diretamente com as especificidades que as ações para as pessoas com deficiência exigem e reduz suas responsabilidades ao delegar suas obrigações para a sociedade civil. Estas por estarem fundamentadas, em geral, nos valores da caridade, da filantropia acabam sustentando as suas ações a partir de doações, repasses de verbas públicas por meio de emendas parlamentares, projetos, editais e leis de incentivo fiscal (Lei de Incentivo ao Esporte). Como comentam Behring e Boschetti (2010) há a tendência de redução e restrição dos direitos sob o argumento da crise do Estado, condicionando esses direitos ao acesso a ações pontuais e compensatórias de acordo com o ideário neoliberal da privatização, focalização e descentralização, sendo esta última, mera transferência de responsabilidades para o terceiro setor, entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas (BEHRING; BOSCHETTI, 2010) Ao longo da pesquisa observou-se essa tendência, com massiva atuação das associações paradesportivas e do Comitê Paraolímpico Brasileiro, considerando o atual contexto político de redução ainda maior de acesso aos direitos sociais é possível que tal cenário se acentue. Entretanto, se faz necessária maior reflexão sobre a temática, para isso outros estudos que analisem as ações na esfera pública, mesmo com recortes locais, podem trazer contribuições relevantes. Outra via poderia ser a análise dos clubes e associações, que a princípio possuem maior abertura do que órgãos públicos, para compreender as possibilidades que estes oportunizam para acesso aos esportes pelas pessoas com deficiência. A compreensão de como isso se estrutura irá aprofundar as discussões e pode corroborar com alguns dos apontamentos aqui apresentados.

X – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou discutir as políticas públicas para promoção do direito das pessoas com deficiência às práticas físico-esportivas, por meio da compreensão da organização da gestão esportiva no Brasil e no estado de São Paulo e da análise de experiências locais na gestão do esporte para pessoas com deficiência com base naquelas realizadas em três municípios: Barueri, Campinas e Jundiaí, contemplados com os Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs).

Conforme discutido, embora no texto constitucional o esporte seja afirmado como um direito individual, alguns autores do campo da educação física e das políticas públicas têm defendido o esporte enquanto direito social, assim como o lazer. Também há a defesa das políticas de esporte, principalmente, na dimensão do esporte educacional e do esporte lazer. Embora, constantemente haja o favorecimento do esporte rendimento nas políticas públicas.

Os estudos no campo das políticas públicas de esporte no Brasil são recentes e ainda possuem fragilidades, no entanto, o aumento de pesquisas na área, em parte impulsionados pelos megaeventos esportivos, são um aspecto positivo. Porém, poucos abordam o financiamento e os processos de avaliação de tais políticas. Pesquisas sobre o direito das pessoas com deficiência a práticas físico-esportivas ainda são escassos. Nesse sentido, o presente estudo buscou trazer contribuições para as discussões, apesar das dificuldades de acesso ao campo, da falta de informações estruturadas, da superficialidade da fala dos gestores e do conteúdo mais descritivo dos resultados.

As contribuições desse estudo consistem na temática ainda pouco abordada em pesquisas acadêmicas, na compilação e leitura dos dados do IBGE que retratam o acesso das pessoas com deficiências às práticas físico-esportivas, na voz dos gestores estaduais e municipais trazendo, além das dificuldades da gestão, as peculiaridades e experiências locais. Esses aspectos proporcionaram a compreensão da complexidade na constituição das políticas públicas que são permeadas por contextos históricos, políticos, econômicos e culturais, que devem ser considerados como lentes para a análise.

Por outro lado, este estudo aponta indícios de construções necessárias, principalmente, no que diz respeito à formação dos profissionais de educação física no campo das políticas públicas e de direitos das pessoas com deficiência, à capacitação dos gestores, ao fortalecimento de espaços e mecanismos de participação popular, à

atuação transversal entre as secretarias e à articulação das mesmas com o território (comunidade, instituições, empresas privadas, municípios vizinhos). O fortalecimento das ações de esporte nas dimensões do esporte educacional e do esporte lazer, principalmente, e a estruturação das políticas de esporte para as pessoas com deficiência se faz necessária. Para isso é imprescindível a participação e o protagonismo das pessoas com deficiência no campo político. Elas precisam de voz e poder para a tomada de decisões.

O contexto da Paralimpíada Rio 2016 contribuiu para o aumento e/ou criação de programas visando o ciclo paralímpico, porém, ao término e com o atual contexto político de desmonte, principalmente das políticas sociais, tem se observado a redução de tais ações. Durante o período, pode-se destacar o fortalecimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro e as suas ações estratégicas para a formação de novos atletas e a consolidação da imagem dos paratletas por meio da mídia. Fato que tem contribuído para a difusão do esporte como forma de participação social, visibilidade e empoderamento dessa população. Contudo, as reais influências dos megaeventos esportivos para as políticas de esporte só poderão ser analisadas a longo prazo e com base em mais estudos sobre a temática.

Por esses motivos, há necessidade de novos estudos que podem colaborar, ao analisar outras experiências locais. Outros caminhos possíveis para estudar a temática seriam pesquisar a atuação dos clubes ou mesmo as ações do Comitê Paralímpico Brasileiro, em especial, os Centros de Referência que começam a ser implantados e reconhecer de que maneira tem se tratado o direito às práticas físico-esportivas nesses novos equipamentos sociais.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA. Planilha com os dados dos paratletas participantes das Paralimpíadas Escolares e do Regional São Paulo. Destinatário: Andresa Caravage de Andrade. [S. l.], 02 out. 2018. 1 mensagem eletrônica.

ALMEIDA, B. S. et al. Federal government funding and sport: the case of Brazil 2004-2009. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 4, n. 3 - Special Olympic and Paralympic Policy, p. 411-426, 2012.

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JUNIOR, W. O Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 1, p. 163-179, 2011.

ALMEIDA, M, A, B. Discussão sobre as mudanças na legislação esportiva brasileira: caso do futebol e a do passe. **Revista Digital – Buenos Aires**, Buenos Aires, v. 12, n. 111, p. 1-5, 2007.

ALMEIDA, M.A.B; GUTIERREZ, G. A interface da esfera civil nas políticas públicas esportivas: uma análise habermasiana. **Motrivivência**, v. 25, n. 41, p. 57-70, 2013.

ALVES, M. L.T; SANTOS; L.G.T. F; DUARTE, E. Improving practicum experience of undergraduate physical education students: Paralympic sports event for children. **Journal of Physical Education and Sport**, 18 Supplement issue 2, p.1118 - 1122, 2018.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

ANDRADE, A. C. et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, 2014.

ANDRADE, A. C.; ALMEIDA, M. A. B. Análise documental das políticas públicas de incentivo as práticas físico-esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência no Brasil. **Conexões**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 42-60, 2012.

ARAÚJO, P.F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte; 2011.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 213, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. I Conferência Nacional do Esporte. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. Ministério do Esporte. II Conferência Nacional do Esporte. Relatório Final. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2006b.

BRASIL. Ministério do Esporte. III Conferência Nacional do Esporte. Caderno 1: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, *In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado.* Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2009a.

BRASIL. Ministério do Esporte. III Conferência Nacional do Esporte. Caderno 2: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, *In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado.* Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2009b.

BRASIL. Ministério do Esporte. III Conferência Nacional do Esporte. Caderno 3: Programas e Ações do Ministério do Esporte, *In: Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado.* Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2009c.

BRASIL. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). **I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Acessibilidade, você também tem compromisso.** Brasília, DF: SDH/PR – SNPD – Conade, p. 306, 2006a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). **II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: SDH/PR – SNPD – Conade, p. 224. 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). **III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Brasília: SDH/PR – SNPD – Conade, p. 152, 2013b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). **IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: SDH/PR – SNPD – Conade, p. 59, 2016^a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: SEDH, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, DF: SDH/ PR, SNPD, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência**. Brasília, DF: SDH-PR/SNPD, 2013a.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania**, 2014. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/pintando/default.jsp>> Acesso em Jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, (17 jul. 2001); Sec 1:1.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 07 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Centro de Iniciação ao Esporte**, 2016b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/cie>> Acesso em: 12 dez. 2016b.

BRASIL. Ministério do Esporte. Rede Nacional de Treinamento, 2016c. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/rede-nacional-de-treinamento>> Acesso em: 22 julho. 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Notícias**. 2019. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/noticias>> Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselhos no Brasil. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/conselhos-no-brasil> Acesso em: 13 jan. 2018b.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 2008.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Revista Movimento**, v. 24, n. 3, p. 987-1000, 2018.

CARTA-PROPOSTA DE FRANCA. Centro de Iniciação ao Esporte. **ID Proposta 587 – Franca**, 2013.

CARTA-PROPOSTA DE ITAPETININGA. Centro de Iniciação ao Esporte. **ID Proposta 264 – Itapetininga**, 2013.

CARTA-PROPOSTA DE PIRACICABA. Centro de Iniciação ao Esporte. **ID Proposta 389 – Piracicaba**, 2013.

CARTA-PROPOSTA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Centro de Iniciação ao Esporte. **ID Proposta 681 – São Bernardo do Campo**, 2013.

CARTA-PROPOSTA DE SUZANO. Centro de Iniciação ao Esporte. **ID Proposta 133 – Suzano**, 2013.

CARVALHO, C. M. **Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2013.

CASTELAN, L.P. As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2010.

CASTELLANI FILHO, L. O esporte e a Nova República. **Corpo & Movimento**, APEF/SP, São Paulo, n. 4, p. 7-10, 1985.

CASTRO, S. B. E. et al. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, p. 272-550, 2012.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Planejamento estratégico 2017 - 2024. São Paulo: CPB; s/d

COSTA, A.M., SOUZA, S.B. Educação física e esporte adaptado: História, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

DODÔ, A.M.; REIS, L.N. Século XIX e o Movimento Ginástico Europeu: o processo de sistematização da ginástica. **Revista Digital – Buenos Aires**. Buenos Aires, v.18, nº 190, 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>Acessado em: [julho 2016](#).

FIEP – Federação Internacional de Educação Física (FIEP). **Manifesto Mundial da Educação Física**. Foz do Iguaçu, 2000.

FIGUERÔA, K.M; SEVEGNANI, P; MEZZADRI, F.M; SILVA, M.M. Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 55-71, 2014.

FREY, K. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n.18, p. 1-36, 1999.

GOHN, M.G.M. **O papel dos conselhos gestores na gestão urbana** In: Ribeiro A.C.T. Repensando a experiência urbana na América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, p. 175-201, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Portaria Geral da Coordenadoria de Esporte e Lazer 66/2017. Divisão Esportiva do Estado de São Paulo para 2018. São Paulo, p. 5, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselhos Municipais no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>> Acesso em: 13 jan. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico e Contagem da População**. Sistema IBGE de Recuperação de Automática SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3426&z=cd&o=13&i=P>> Acesso em: 20 ago. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 75, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)**. Perfil dos Municípios Brasileiros - Suplemento Esporte 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/munic_esporte_2016> Acesso em: 20 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic)**. Perfil dos Estados Brasileiros - Suplemento Esporte 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/estadic_esporte_2016> Acesso em: 20 nov. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Série: Brasil: o estado de uma nação, v.3. Brasília: IPEA, p.825, 2009.

LINHALES, M.A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

LORENZO, M. C. **Análise das práticas de participação em conselhos deliberativos de políticas: o caso do Conselho Nacional do Esporte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2008.

MANHÃES, E. D. **Políticas de esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1986.

MARQUEZAN, R. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas: Papyrus, p. 160, 2009.

MELETTI, S. O relato oral como recurso metodológico de pesquisa em educação especial. *In*: MARQUEZINE, M.C; ALMEIDA, M.A; OMOTE, S. (Org.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, p. 1-25, 2003.

MENDES, A.; CODATO, A. The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 563-593, 2015.

MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. *In*: MEZZADRI, Fernando Marinho (Org.). **Políticas públicas e esporte**. Várzea Paulista: Fontoura, p.15-31, 2014.

MINAYO, M.C.S. Construção dos instrumentos e exploração de campo. *In*: MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 12ª ed., p. 189-199, 2010.

PAES, V.R; AMARAL, S.C.F. Políticas públicas de esporte educacional em São Paulo: impactos dos Jogos Olímpicos de 2016. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 715-728, abr./jun. de 2017.

PANCOTTO, H. P. **O esporte nas políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiências no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Limeira. 2016.

PEREIRA DA SILVA, J. V. **Políticas Públicas de Esporte/Lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>> Acesso em: 15 ago. 2018.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil – **Movimento é vida**: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, p. 392, 2017.

REIS, R. E. **Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba. 2014.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 1, p. 58-69, 2017.

ROCHA, E.F. Deficiência e Reabilitação: Questões históricas e epistemológicas. *In*: ROCHA, E.F. (Eds.) **Reabilitação de pessoas com deficiência: A intervenção em discussão**. São Paulo, SP: Roca, p. 9-60, 2006.

ROJO, J. R.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 8, p. 128-139, 2019.

SANTOS, FC. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, p. 168, 2013.

SILVA, E. A. G. **Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba. 2017.

SILVA, S. A política educacional brasileira e as pessoas com deficiência: como difundir o discurso de uma política pública de direitos e praticar a privatização. *In*: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas, SP: Mercado de Letras - Associação de Leitura do Brasil (ALB), p. 73-100, 2003.

SILVA, D.S; BORGES, C.N.F; AMARAL, S.C.F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

SILVA, F.B; JACCOUD, L; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. *In*: JACCOUD, L (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 373-407, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. C. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SOUSA, W. L. L.; SILVA, R. H. R.; SILVA, T. O. O "estado da arte" em políticas públicas de esporte e lazer - 2007/2012. **18º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Brasília, p. 16, 2013.

STAREPRAVO, F.A; MEZZADRI, F.M; MARCHI JÚNIOR, W. Criação e mudança na estrutura do Ministério do Esporte no Brasil: tensões nas definições de espaços. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 29, n.2, p.217-28, 2015.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. S.; MARCHI JÚNIOR., W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas

no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Anais...* Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE, p.1-14, 2009.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise.

Movimento, v.17, n.3, p. 233-251, 2011.

STAREPRAVO, F.A. Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2011.

TEIXEIRA, M. R. et al. Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (R)emendado. **Revista Movimento**, v. 24, n. 2, p. 593-606, 2018.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**, Maringá: Eduem, p. 163, 2010.

UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, p. 6, 1978.

UNESCO. Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, p. 11, 2015.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado Joga a Favor do Privado: as políticas de esporte após a constitucionalização de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005.

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa de doutorado **“Programas físico-esportivos para pessoas com deficiência no estado de São Paulo”**. O estudo será realizado por meio de duas etapas: **(1) pesquisa documental**, na qual serão levantados documentos sobre as políticas públicas e programas físico-esportivos existentes no país e serão analisadas as propostas apresentadas pelos municípios contemplados pelos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), juntamente com os respectivos portais eletrônicos das prefeituras. Também serão analisados outros dados disponíveis sobre o tema como o Perfil esportivo dos Estados e Municípios Brasileiros realizado pelo IBGE, dados de competições realizadas pelo Comitê Paralímpico e demais dados disponíveis que possam interessar **(2) entrevistas semiestruturada** com gestores ou responsáveis pela Secretaria Estadual de Esportes e a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comitê Paralímpico. A depender do andamento da pesquisa e das possibilidades também poderão ser entrevistados o ministro do esporte e o secretário especial dos direitos da pessoa com deficiência, representantes a nível federal. A partir da pesquisa documental e das entrevistas serão selecionados alguns municípios para a entrevista de gestores e profissionais locais.

Ao participar desta pesquisa, você contribuirá para a construção de conhecimento sobre as políticas públicas no âmbito físico-esportivo para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas, você possuirá também uma cópia deste termo de consentimento que possui os dados e contatos da pesquisadora. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Rodovia Washington Luiz SP-310, Km 235 - Fone: 3351-9683 – e-mail: cephumanos@ufscar.br.

Seu nome será mantido em sigilo, para garantir a privacidade e você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Caso você decida participar ou não deste estudo, isso não prejudicará sua relação com a pesquisadora e o seu atendimento na instituição em que participa. Você não terá nenhuma despesa pessoal para participar de qualquer fase do estudo, e também não terá nenhuma compensação financeira, sua participação é voluntária. Você poderá acompanhar os resultados do estudo durante qualquer etapa, sempre que solicitado. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados coletados somente para os objetivos relacionados a este estudo e descrito neste termo de consentimento.

Andresa Caravage de Andrade

E-mail: andresa.caravage@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa que foram descritos acima e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 201__.

Sujeito da pesquisa *

Responsável pelo sujeito da pesquisa (Quando necessário)

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Estamos desenvolvendo um estudo sobre os programas físico-esportivos para as pessoas com deficiência no estado de São Paulo. Com o intuito de mapear e compreender como os programas são estruturados e como as políticas públicas (Federal, Estadual e Municipal) dão suporte a essas ações. Pela sua Vivência e experiência acreditamos que poderia contribuir para o estudo com uma entrevista. Esta será gravada e sua identidade permanecerá preservada podendo desistir de participar a qualquer momento. Você autoriza a gravação da conversa, sua transcrição e utilização das informações fornecidas para a pesquisa?

INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo F () M ()

Endereço: _____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Nome da instituição em que trabalha: _____

Endereço da instituição: _____

Data da entrevista: ____/____/____

TRABALHO E EXPERIENCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação? Onde e quando se formou?
2. Como você se preparou ou prepara profissionalmente? Possui formação complementar na área de gestão ou pessoa com deficiência? Tempo de duração? Quando fez? Onde fez?
3. Já trabalhou antes com gestão? Onde? Por quanto tempo? Como foi o seu primeiro contato?
4. Já trabalhou antes com pessoas com deficiência? Onde? Por quanto tempo? Como foi o seu primeiro contato?
5. Há quanto tempo você trabalha na Secretaria?
6. Qual a função que exerce? Quais atividades desenvolve?
7. Como você ingressou no trabalho?
8. Como foi o início do seu trabalho?
9. Quais são os desafios do seu trabalho?
10. Você se sente capacitado para a função que exerce? Por quê? Se não, o que você acha necessário para se preparar/capacitar melhor?
11. De 0 a 10 como você avalia o seu trabalho? Comente aspectos positivos e negativos?

PERGUNTAS DISPARADORAS

1. Para você entendo por esporte e atividade física?
2. O que você entende por pessoa com deficiência?
3. Para você qual a relação entre atividade física/esporte e as pessoas com deficiência?

4. Na sua opinião, como essa relação é construída no seu município? Se possível, aponte aspectos positivos e negativos.

SECRETARIA E PROGRAMA FÍSICO-ESPORTIVO

1. Me conte um pouco sobre a Secretaria. Como é sua estrutura organizacional? Quais são seus principais objetivos?
2. Relate brevemente quais os principais programas e ações da Secretaria.
3. Há alguma ação que se relacione com... (Esporte e lazer ou pessoas com deficiência)? (Praia Acessível – Esporte para todos - 2010, Virada Inclusiva, Praça paradesportiva, Time São Paulo Paralímpico)
4. Você pode comentar sobre estas ações? Elas são realizadas em parceria com alguma outra secretaria ou instituição? O que as parcerias estabelecem?
5. A secretaria possui documentos, textos informativos ou relatórios que possam ser consultados ou disponibilizados para se obter maiores detalhes?
6. Qual a verba anual da secretaria?
7. Em média quantas pessoas com deficiência participam destes programas físico-esportivos?
8. Me fale sobre os pontos positivos do programa? E sobre os pontos negativos?
9. Há alguma intenção de expansão do programa? Novas atividades? Ou número de pessoas atendidas?
10. Há eventos e competições esportivas organizados para atender as pessoas com deficiência? (Paralimpíadas escolares, Jogos Escolares do Estado de São Paulo, Jogos Abertos e Jogos Regionais)
11. Como você avalia a Infraestrutura esportiva no município?
12. Como você avalia o acesso das pessoas com deficiência à estas infraestruturas?
13. O seu município elaborou a proposta para receber uma unidade do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) e foi contemplado pelo Governo Federal em 2013. Como você avalia a construção deste equipamento no município para o fomento do esporte?
14. Comente sobre a rede de treinamento esportivo? (Centros de iniciação ao esporte, Centro de Treinamento Paraolímpico). Qual a sua relação com o esporte adaptado?
15. Como você avalia a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 no atual contexto esportivo do Brasil? Quais as suas perspectivas com o esporte e em especial, para o esporte adaptado?

ESPAÇO ABERTO PARA COMENTÁRIOS

Você gostaria de fazer algum comentário, relato de caso, observação ou comentário final para finalizar a entrevista fique à vontade.